

No
próximo
Domingo

Conferência Nacional do PCP sobre as Eleições Legislativas

Pág. 8

Assembleia
da
Organização
Regional
de Coimbra

Pág. 5



Assembleia
da
Organização
da Célula
da Mague

Págs. 3 e 4



Jornadas
Legislativas
do PCP
no distrito
de Setúbal

Pág. 10



Comício
com Álvaro
Cunhal
em Baleizão

Pág. 7



FESTIVAL

XV
FESTA
Avante!

Atalaia • Amora • Seixal 6, 7 e 8 Setembro 91.

VII Bienal e 3.º Festival de Música Juvenil

Págs. 8 e 23

Seis notas sobre as eleições

- Artigo
de José
Casanova



Pág. 18

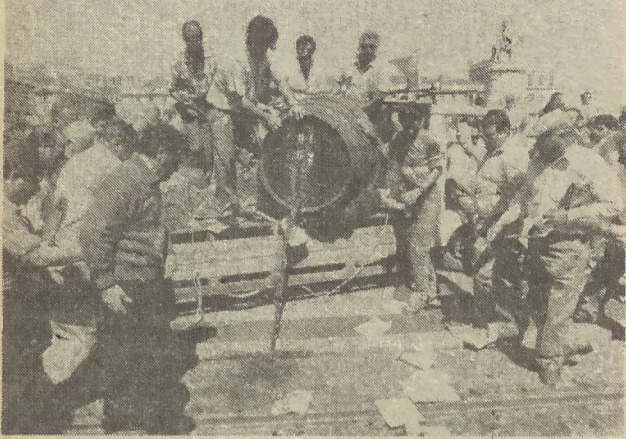
Uma forte razão para regionalizar

- Artigo
de Daniel Branco

Pág. 19

As visitas do Papa

Pág. 22



Viticultores despejaram no Terreiro do Paço «zurrapa espanhola» e deram a provar «bom vinho português»

RESUMO

14 Terça-feira

No CDS Basílio Horta decide abandonar todos os cargos de direcção que ocupa por divergências com Freitas do Amaral ■ A Comissão Política do PCP, reunida ontem, anuncia em conferência de imprensa que a política monetária do Governo «está a gerar elevadíssimos níveis das taxas de juro, tornando o crédito incomportável» ■ Na África do Sul Winnie Mandela interpõe recurso a uma sentença de seis anos de prisão pelo alegado rapto de quatro adolescentes e cumplicidade na agressão a esses jovens ■ No Nepal o Partido Comunista Nepalês (marxista-leninista) vence as eleições na capital, Katmandu, e obtém excelentes resultados a nível nacional, afastando o chefe do executivo do país.

15 Quarta-feira

O general Augusto Pinochet chega a Lisboa numa visita que terá como objectivo a compra de material para as Forças Armadas do Chile ■ Todas as delegações partidárias recebidas por Mário Soares, à excepção do CDS, concordam com a data de 6 de Outubro para as próximas eleições legislativas ■ Procedem-se na Bolsa de Valores à operação de privatização do Diário de Notícias ■ Michel Rocard é substituído no governo francês por Edith Cresson por decisão do presidente François Mitterrand.

16 Quinta-feira

O Governo de Luanda e a UNITA confirmam oficialmente a observância generalizada do cessar-fogo ■ Os músicos do São Carlos decidem suspender a greve e assim viabilizam a estreia da ópera «Blumunda», baseada no livro «Memorial do Convento» de José Saramago ■ No final de mais uma ronda pelo Médio Oriente, o secretário de Estado norte-americano James Baker não consegue o acordo de Israel para uma conferência de Paz para a região.

17 Sexta-feira

As Feiras do Livro de Lisboa e Porto são inauguradas sem pavilhões da Secretaria de Estado da Cultura ■ Os professores discutem as hipóteses de uma greve às avaliações e aos exames finais no ensino básico e preparatório depois de as educadoras de infância terem cumprido um dia de greve ■ Uma vaga de paralisações em Espanha afecta a aviação, telefones e os transportes quando se entra na última semana de campanha eleitoral autárquica no país.

18 Sábado

Vinte e oito romenos de raça cigana chegam a Aveiro e pedem asilo político. Dizem ter vindo da Roménia dentro de um camião TIR directamente para o nosso país ■ O Governo do Iraque conclui um acordo com os dirigentes curdos para a autonomia do Curdistão

iraquiano ■ O ANC suspende o diálogo com o governo branco da África do Sul por não terem sido aceites as condições apresentadas para terminar com a violência no país ■ Na capital da Coreia do Sul vive-se uma atmosfera de revolta e violência generalizada com estudantes a promoverem sucessivas manifestações contra o presidente Roh Tae Woo.

19 Domingo

O Conselho Nacional da UDP aprova por unanimidade o acordo eleitoral com a CDU ■ Um referendo na república jugoslava da Croácia, boicotado pela população sérvia local, regista uma esmagadora maioria de votos croatas a favor da formação de uma associação de Estados soberanos ■ No final da visita de Jiang Zemin, dirigente chinês, a Moscovo, é emitido um comunicado conjunto com a URSS onde se afirma a vontade de aprofundamento das relações entre os dois países ■ O Sport Lisboa e Benfica sagra-se campeão nacional de futebol da 1.ª divisão da época 90/91.

20 Segunda-feira

O Presidente português, Mário Soares, em visita a Moscovo para um congresso em memória de Sakharov, encontra-se com o presidente soviético, Mikhail Gorbachev ■ Sabe-se que o Presidente envia de novo ao Tribunal Constitucional a Lei dos Baldios que o PSD aprovou na Assembleia ■ A CNA está com os viticultores no Terreiro do Paço em protesto contra o excesso das importações quando há vinho português em armazém ■ O representante da Croácia na presidência colegial da Jugoslávia proclama-se presidente da Federação embora não tenha sido eleito pelos seus pares ■ Nas eleições em Chipre regista-se uma grande subida dos comunistas e dos conservadores que ganham as eleições.

21 Terça-feira

A Assembleia da República decide «estar em condições de dar o seu acordo de princípio à fórmula» que viabiliza o envio de uma delegação parlamentar a Timor-Leste ■ Rajiv Gandhi, antigo primeiro-ministro indiano, morre vítima de um atentado à bomba, que ainda não foi reivindicado, ocorrido quando Rajiv se preparava para realizar um comício eleitoral no Estado de Tamil Nadu; o atentado vitimou mais 12 pessoas ■ O presidente etíope, Mengistu Haile Mariam, demite-se das suas funções e abandona o país, com destino, provavelmente, ao Zimbábue ■ É adiado por 48 horas o lançamento do vaivém espacial Columbia, devido a problemas detectados nos sistemas informáticos considerados vitais ■ Nelson Mandela e outros dirigentes do ANC iniciam uma greve da fome de 24 horas, em solidariedade com os 200 presos políticos que se encontram em greve da fome desde o dia 1, seis dos quais foram já hospitalizados em estado grave.

A válida contribuição do PCP

A realidade af está sem a m b i g u i d a d e s diante dos portugueses: por destemperada iniciativa do governo cavaquista e pessoalmente do seu chefe a batalha política visando as legislativas de 91 entrou de súbito numa fase de sobreaquecimento.

Tomar viva consciência deste facto e das agudas questões em jogo na sociedade portuguesa contemporânea e dar-lhe a necessária resposta no terreno do movimento operário, popular e democrático com particular ênfase na sua expressão de massas; dar continuidade às formas de afirmação política das propostas e do papel inconfundível do PCP na conjuntura actual e nos horizontes temporais do limiar do século XXI; dinamizar e fortalecer a organização e acção do Partido em todas as frentes, constitui um dever indeclinável e impostergável dos comunistas portugueses no momento actual.

Visando as legislativas de 91, a Conferência Nacional do PCP sobre as eleições a realizar no próximo fim-de-semana no Pavilhão da SFUAP na Cova da Piedade coroará todo um vasto trabalho em profundidade de preparação de todo o Partido para o acto eleitoral de 6 de Outubro em estreita colaboração, conexão e unidade com os seus aliados da CDU, a coligação eleitoral que integra o PCP, o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática e democratas independentes.

Além disso o acordo esta semana concluído para a inclusão de candidatos da UDP como independentes nas listas do PCP alarga e reforça sem dúvida a representação democrática nas eleições.

Derrotar o cavaquismo governante, interromper o seu longo domínio do poder tornou-se uma questão de sanidade política e nacional.

O governo do PSD, capitaneado por Cavaco Silva em 6 dos cerca de 14 anos de participação ou de direcção política absoluta de gestão governativa da direita, teve o «leite» excepcional de beneficiar, para a realização dos seus objectivos antipopulares e antidemocráticos de uma conjuntura internacional de «vacas gordas» actualmente em vias de esgotar as «tetras» que lhe garantiu e pode ainda garantir-lhe por algum tempo um espaço de manobra que seria néscio subestimar.

O chefe do PSD atinge o cúmulo da mistificação política ao anunciar o «início» (!) na semana transacta do que ele chama o «arranque» da sua pré-campanha eleitoral quando toda a sua prática política desde os primórdios de 1990 é marcada pelo

eleitoralismo, pela demagogia, pela manipulação política do poder e dos órgãos de comunicação social estatizados de grande audiência - como a TV - visando as eleições como instrumentos privilegiados de ludíbrio da opinião pública acerca da verdadeira natureza reaccionária do cavaquismo governante.

Desde os começos do ano transacto tudo foi pela direita governante planeado e subordinado à conquista de nova maioria absoluta nas próximas eleições legislativas. As «mãos livres» nas presidenciais; o «suporifero» embalador dos sonhos da bipolarização para adormecer o PS

«a principal forma de impedir a vitória da direita - simultaneamente com a organização de uma resposta eleitoral vitoriosa - é a dinamização da luta de massas em todas as frentes»

e contrariar a formalização perigosa para os interesses da direita restauracionista de uma alternativa democrática credível e só possível em convergência com o PCP e as restantes forças democráticas; o inchaço de um «saco azul» eleitoralista de centenas milhões de contos à margem do Orçamento do Estado e do controlo institucional destinado a corromper a opção de voto dos cidadãos menos esclarecidos, são alguns dos truques da direita com vistas ao acto eleitoral de 6 de Outubro.

Dariam inadmissíveis mostras de estultícia e de incúria políticas os partidos, organizações e personalidades democráticas que não avaliassem na sua justa medida os perigos reais e o verdadeiro significado dos actos e das palavras dos actuais ocupantes das cadeiras do governo e da maioria parlamentar e as suas consequências nefastas para a defesa dos interesses fundamentais do país, para o futuro do regime democrático e os próprios destinos a dilatado prazo do povo português.

O PCP entende que a principal forma de impedir uma nova vitória da direita revanchista - simultanea-

mente com a organização de uma resposta eleitoral vitoriosa - é a dinamização da luta popular de massas em todas as frentes de acção; o revigoreamento e o alargamento da unidade dos trabalhadores contra a política laboral do governo; a mobilização activa das mais vastas camadas da população em torno das suas reivindicações mais sentidas (como na última segunda-feira a original acção de protesto dos viticultores ao apelo da CNA frente ao Ministério da Agricultura); a intensificação das iniciativas no plano institucional (na Assembleia da República, na Assembleia Legislativa dos Açores, no Parlamento Europeu e com particular dinamismo no Poder Local democrático); o debate participativo e alargado dos principais problemas nacionais agravados ou não resolvidos pelo governo da direita.

Cientes de que sem o reforço da organização e da actividade do Partido seria praticamente impossível dar uma resposta cabal às solicitações e questões resultantes da política antipopular, antidemocrática e antinacional do governo PSD/Cavaco, os comunistas desenvolvem os melhores esforços e energias para ganhar para as batalhas políticas decisivas que se aviznam todo o colectivo militante do PCP e os seus simpatizantes, amigos e aliados com eles compartilham ideais e preocupações comuns.

Por todo o País as organizações regionais, distritais, concelhias e de empresa, de local, de sector de actividade multiplicam as suas iniciativas (assembleias de organização, encontros e reuniões plenárias onde se aprofunda o exame crítico e a superação de insuficiências e falhas; debates e convívios culturais abertos - como o recente encontro promovido pela JCP com a participação de mais de um milhão de jovens na Quinta da Atalaia onde se intensificam os preparativos para a Festa do «Avante!»).

Os contactos do Secretário-Geral do Partido, do Secretário-Geral adjunto e de outros dirigentes do PCP com largos sectores da população e da organização do Partido (na semana transacta em Baleizão, em Alverca, em Coimbra, em Silvalde, no Alentejo e noutras regiões do País) constituem positivos esforços de ligação com as massas, de atracção para as grandes consignas políticas do Partido das classes, camadas e sectores populares mais amplos, de ganhar todo o Partido para as grandes batalhas políticas em perspectiva.

Esta é a mais válida contribuição do PCP para a derrota eleitoral da direita em 6 de Outubro e a necessária convergência democrática para uma alternativa de governo e de política ao cavaquismo governante.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Seio Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Seio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's CDL, Central Distribuidora Livretre, SA Serviços centrais - Av. Santos Dumont, 57, 2.º, 1000 Lisboa - Telef. (01) 793 22 75/795 02 10
Alterações de última hora: Até às 17 horas - Telef. (01) 97 39 65
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto - R. Miguel Bombarda, 578, 4000 Porto - Telef. (02) 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra - R. Fernandes Tomás, 55-A, 3000 Coimbra Telef. (039) 20753
— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
Composto e Impressão na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA — 50 números: 7.000\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARRCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Em vésperas da Conferência Nacional intensa actividade partidária A ofensiva do capital na MAGUE

Despedimentos marcam a vida da empresa. Os trabalhadores, com os comunistas, lutam. Na assembleia de organização apontaram-se acções e na terça-feira houve greve.

Afrontas ao direito ao trabalho, política de despedimentos encapotada nas chamadas «rescisões por mútuo acordo», gente desempregada enquanto a administração concede trabalho a outras firmas em regime de subempreitada, introdução do capital estrangeiro através de uma empresa que em todo o mundo tem imposto uma política de diminuição de pessoal ou de encerramento de empresas a pretexto de pretensas reestruturações. Falamos da MAGUE, mas poderíamos estar a referir-nos a muitos outras fábricas do país. Falamos de factos resultantes de uma política governamental que privatiza e entrega ao capital estrangeiro sectores estratégicos da economia nacional. No caso da metalurgia e metalomecânica pesa-

da, de que a MAGUE é um dos principais representantes nacionais, para além das consequências macroeconómicas há quem de imediato sintam na pele os efeitos de cinco anos de governação PSD: na MAGUE, entre 1988 e 1990, 507 trabalhadores foram obrigados a deixar a empresa, 131 eram militantes do PCP. Até ao fim do ano poderão ir para a rua mais 300 trabalhadores.

Tudo isto numa empresa que, curiosamente, vê crescer os lucros e a produtividade de ano para ano. «À custa do nosso trabalho», dizem os empregados da MAGUE.

A 4ª Assembleia de Organização da Célula da Mague, realizada no último sábado em Alverca, e que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Álvaro Cun-

hal, constatou esta realidade. Sob o lema «reforçar, resistir e vencer», os comunistas da MAGUE afirmaram-se não derrotados por esta política; pelo contrário: melhorar o nível de intervenção dos militantes, manter uma firme disponibilidade de luta contra a ofensiva do patronato e do Governo são objectivos expressos na proclamação aprovada por unanimidade no final desta iniciativa.

«Na luta, os trabalhadores reforçam a sua organização, a sua capacidade, aumentam a sua resistência à ofensiva do capitalismo. Tem sido assim ao longo dos tempos». Afirmações dos comunistas da MAGUE que concluem: «Lutar vale a pena».

Razões que estiveram na base de uma greve de duas

horas que na terça-feira passada paralisou a fábrica em Alverca desta empresa metalúrgica. Para além da redução dos postos de trabalho esta greve inseriu-se num conjunto de paralisações que visam preparar a semana de luta de 3 a 7 de Junho anunciada no último 1º de Maio da CGTP contra o pacote laboral.

Aliás na MAGUE são grandes as tradições de luta e de intervenção do operariado. Ali os comunistas sempre tiveram grande influência, e desde 1958 que a luta faz parte do dia-a-dia dos seus trabalhadores: contra o fascismo primeiro, hoje contra a ofensiva patronal de que o Governo PSD é veículo.

Durante a discussão sobre o trabalho dos comunistas na MAGUE, diversas intervenções defenderam acções concretas nos domínios salarial, de regalias sociais, redução do horário de trabalho, formação profissional, higiene e segurança. Uma necessidade foi expressa: a unidade na acção dos trabalhadores, «elemento fundamental da organização dos trabalhadores» e «um factor indispensável e decisivo para o êxito da luta», diria um dos membros da mesa desta Assembleia.

Essa unidade tem sido conseguida. Só assim se justifica que, apesar de os militantes comunistas na MAGUE serem apenas 19 por cento do número total de trabalhadores, a lista para a comissão de trabalhadores por eles apresentada é, de há muitos anos a esta parte, sistematicamente eleita.



A acção dos comunistas na MAGUE tem sido decisiva para as conquistas efectuadas por todas as classes profissionais da empresa

Reforçar Resistir Vencer

A organização da célula de comunistas na MAGUE é composta por 233 militantes o que representa 19 por cento dos trabalhadores da empresa. Há pouco tempo esse número chegava quase aos 400. Despedimentos e rescisões de contrato estão na base deste *esvaziamento*.

Atendendo às profundas modificações introduzidas na empresa, entendem os participantes na 4ª Assembleia de Organização da Célula da MAGUE do PCP encontrar novas formas de estruturação da organização do partido na empresa, com a criação de cinco núcleos correspondentes às cinco grandes áreas de concentração de trabalhadores mais um núcleo de trabalhadores da Macoop, a cooperativa de consumo da empresa.

Aumentar a capacidade de recrutamento, praticamente nula desde a última Assembleia, e dar maior atenção

à recolha de quotizações e fundos são outros objectivos a alcançar, assim como aumentar os níveis de venda do «Avante!» e de «O Militante».

Decisões que pretendem colmatar insuficiências que ao longo do debate foram diversas vezes referidas em intervenções de participantes desta Assembleia.

Todos foram unânimes no reconhecimento de erros cometidos ao longo do tempo, mas também todos desejaram manifestar a sua satisfação pela decisiva influência dos comunistas na empresa («só ela possibilitou as muitas conquistas que ao longo dos anos conseguimos para os trabalhadores da empresa» diria um dos intervenientes) e o aumento significativo de participação de militantes comunistas que esta Assembleia registou.

No entanto ficaram algumas notas críticas: a contradição entre a forte in-

fluência dos comunistas nas organizações dos trabalhadores da MAGUE com a fraca participação na vida da organização partidária, alertas contra «o carreirismo» e a falta de unidade dentro da organização, assim como referências à alegada «pobreza» dos documentos em discussão.

A necessidade de reactivação de um meio de informação comunista dentro da empresa (há poucos anos existia um boletim intitulado «Vanguarda») e uma referência crítica à ausência de cobertura do «Avante!» a iniciativas de luta dos trabalhadores da MAGUE foram também feitas ao longo da tarde.

Mas depois de um debate franco e aberto, das *pistas* entretanto lançadas e do levantamento das razões que estiveram na base dos erros reconhecidos, a unanimidade dos participantes aprovou os documentos postos em discussão e a proclamação da Assembleia.

Álvaro Cunhal Trabalhadores: o mais grave

O secretário-geral do PCP falou na Assembleia da MAGUE das consequências para os trabalhadores da política do Governo PSD de Cavaco Silva.

(...) Nós apontamos muito justamente como um dos aspectos mais graves da política do Governo do PSD de Cavaco Silva a situação social e nomeadamente a situação dos trabalhadores: os despedimentos, o desemprego, a precariedade do trabalho, os baixos salários, as horas não pagas, as discriminações relativas às mulheres e aos jovens, as reformas insuficientes e essa monstruosa tentativa de liquidação de direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores que é o «pacote laboral».

Cabe dizer que talvez não estejam a ser devidamente avaliadas em toda a sua gravidade não só as situações de facto criadas em centenas de empresas de proibição efectiva e repressiva do exercício das liberdades e direitos dos trabalhadores, mas também as consequências que viria a ter o «pacote laboral» se viesse a ser lei e a entrar em vigor. (...)

Nós apontamos muito justamente entre os aspectos mais graves da política do Governo PSD de Cavaco Silva a degradação dos serviços de saúde e do ensino e os problemas da habitação que atingem um tal grau que quase parecem insuperáveis.

Nós apontamos muito justamente como um dos aspectos mais graves da política do Governo do PSD de Cavaco Silva as ofensivas contra a democracia política e componentes e elementos fundamentais que a integram a governamentalização das instituições, o desrespeito arrogante dos outros órgãos de soberania, o assalto das gentes e clientela do PSD aos lugares de chefia no aparelho do Estado e em toda a vida nacional, as tentativas de impor leis eleitorais que pervertam o princípio da proporcionalidade, a eliminação sucessiva de órgãos e processos constitucionais de fiscalização da acção governativa, as ofensivas contra o poder local democrático, a tentativa de leis antidemocráticas tão abjectas como a do segredo de Estado e da possibilidade de declaração directamente pelo Governo do estado de sítio disfarçado num decreto relativo à defesa civil, e (para não alongar e finalizar esta lista sinistra de atentados à democracia) a governamentalização, instrumentalização e manipulação da comunicação social e não só na prepotente situação criada na RTP que em diversos programas, métodos e perversões é digna dos tempos do fascismo, como na entrega ao grande capital, e muito particularmente aos grupos financeiros da clientela PSD, dos grandes órgãos de imprensa, - como acaba de suceder com o «Jornal de Notícias» e o «Diário de Notícias» em processos tão escandalosos que mereciam investigação e responsabilização criminal.

Passo a passo, o Governo PSD de Cavaco Silva está a perverter o regime democrático constitucional e vigente. A continuar ante a desprevenção geral, o povo português poderá um dia tomar subitamente consciência de que deixou de viver no regime de liberdade e democracia conquistado com Abril, mas num regime apelidado de democrático, mas com um sistema de domínio de facto, autoritário e despótico de um partido governante, com as possibilidades cortadas a uma alternativa.

Sim, é justo e é necessário apontar e denunciar esses gravíssimos aspectos da situação e organizar, promover, activar e desenvolver a luta contra leis, decisões e medidas.

Mas entre os elementos componentes da política do Governo existe um elemento que é o elemento central e fundamental, o objectivo estratégico determinante a que se subordinam e do qual decorrem e resultam todos os outros elementos da política de direita, designadamente a política contra direitos e liberdades dos trabalhadores e contra a democracia política.

Esse elemento central e fundamental, esse objectivo estratégico determinante é a reestruturação e restauração de grandes grupos económicos senhores da economia nacional, é a reestruturação e restauração do capitalismo monopolista.

A acrescida exploração dos trabalhadores e a limitação e liquidação de muitos dos seus direitos e liberdades é um instrumento directo para a produção de mais-valia, o aumento dos lucros, a acumulação de capital, quer directamente quer como instigação a investimentos ávidos de rápidos resultados.

Os atentados contra a democracia política que, passo a passo, vão desvirtuando e pervertendo o regime são também instrumento para cortar o passo às resistências contra o processo de restauração do capitalismo monopolista e criar, no plano político, uma situação efectiva de domínio do grande capital sobre toda a vida nacional e os destinos do nosso povo. (...)

Álvaro Cunhal na MAGUE

Por todas estas razões adquire importância primordial o processo das privatizações em todos os seus aspectos de fraudes e escândalos e em todas as suas incidências na organização da economia nacional.

É necessário esclarecer que o PCP não defende a estatização da economia. Defende sim que sejam socializados os principais meios de produção, os sectores e empresas-chave da economia portuguesa. Defendemos uma economia mista, em que as empresas privadas, cooperativas, empresas autogestionadas, unidades colectivas de produção e explorações agrícolas familiares têm importante papel a desempenhar.

A realidade é porém que a política do Governo PSD de Cavaco Silva, a política de reestruturação e restauração de grandes grupos económicos dominantes no quadro de uma submissão a interesses e planos dos países mais desenvolvidos da CEE é tal que muitas das empresas privadas são sacrificadas a esse processo, centenas de pequenas e médias empresas faliram nos últimos anos, as cooperativas atravessam graves dificuldades, UCPs são liquidadas, explorações agrícolas familiares abandonadas.

O processo das privatizações caracteriza-se pela entrega a grandes grupos económicos em formação, ou aos antigos senhores do tempo do fascismo, de empresas e sectores estratégicos. E isto a preços de favor, em termos de subavaliação, em vergonhosos leilões, a troco de títulos de «indemnização», e mesmo com recurso a fundos das próprias empresas a privatizar.

O que é rentável é entregue de mão beijada ao privado. O que não é rentável fica para o Estado porque o privado não quer. Com tal política se traduz também a natureza de classe do Estado e da política do Governo (...)

A recente proposta de lei do Governo para entrega ao sector privado de transportes aéreos internacionais e ferroviários (indiscutivelmente sectores básicos da nossa economia) é mais um exemplo do verdadeiro esbulho de bens do Estado e do que é rentável a favor dos grandes capitalistas.

Também a transformação da EPAL em SARL, apontando para a sua futura privatização além dos gravíssimos problemas que poderá criar aos municípios, põe em causa a natureza do serviço público que é a gestão da água (...)

A acrescentar à gravidade desta política de restauração do capitalismo monopolista, o processo das privatizações está conduzindo ao domínio do capital estrangeiro e das transnacionais empresas e sectores estratégicos da economia portuguesa.

Alavancas fundamentais para a vida e o desenvolvimento económico do país, não só ficam em muitos casos submetidos aos objectivos egoístas e rapaces dos grandes capitalistas portugueses como ficam submetidos a interesses estrangeiros.

A vertente antinacional do processo das privatizações que o PCP de há muito aponta, é cada vez mais evidente mesmo aos olhos de importantes sectores que de modo algum se podem considerar identificados com as propostas do PCP (...)

Quais os resultados desta política para a economia nacional?

Tanto a conjuntura internacional favorável como 700 milhões de contos que entraram no país ultimamente teriam permitido um desenvolvimento efectivo da economia portuguesa.

O facto é que não só o crescimento moderado do produto interno não está vencendo o atraso em relação aos países mais desenvolvidos, como não se verifica um desenvolvimento económico que corresponda a uma política nacional em conformidade com os interesses do povo português e de Portugal.

Como muitas vezes temos sublinhado, sem que o Governo dê uma resposta credível, não existe em termos nacionais uma política de aproveitamento dos recursos naturais, uma política industrial, uma política agrícola, uma política de pescas. Mantêm-se e agravam-se os défices da economia portuguesa. Aprofundam-se as assimetrias regionais. Acentuam-se as desigualdades sociais. Alastram as zonas de pobreza. E aumentam as distâncias em relação aos países mais desenvolvidos da CEE. (...)

Uma política de desenvolvimento, segundo o PCP, exige o aproveitamento dos recursos naturais, a valorização dos recursos humanos, o aumento da produtividade, o alargamento da produção de bens de equipamento, a reforma e modernização da agricultura e das pescas, a correcção das assimetrias regionais, a investigação científica e tecnológica, a aplicação das novas tecnologias.

Exige que seja considerada a vertente social como uma componente obrigatória do desenvolvimento.

Exige a defesa em termos nacionais de uma política económica portuguesa no quadro da CEE e da divisão internacional do trabalho. Exige que os fundos comunitários se destinem ao desenvolvimento efectivo do país (...)

Sesimbra

Eleita nova Comissão Concelhia

A 6ª Assembleia Concelhia de Sesimbra do PCP realizou-se no passado domingo, sob o lema «Com o PCP Sesimbra tem mais futuro!». Os trabalhos visaram fazer o balanço do trabalho realizado e traçar perspectivas de futuro, e contaram com a participação de José Soeiro, membro da Comissão Política, do Secretariado do CC e da CEN. No decorrer da assembleia, quatro convidados decidiram inscrever-se no PCP, preenchendo no local as suas fichas.

Embora aparentemente com um significado simbólico, este episódio reflecte o esforço de feito no sentido de dar a conhecer a organização a não militantes, espírito também presente na forma inovadora como decorreram os trabalhos da assembleia. Os comunistas de Sesimbra decidiram discutir o seu relatório em cinco painéis temáticos, o último dos quais foi aberto a intervenções dos convidados.

Registaram-se assim quarenta intervenções du-



Durante os trabalhos da assembleia quatro convidados inscreveram-se no PCP

rante as várias sessões que debateram a organização, a situação social no concelho, nomeadamente a situação dos pequenos armadores, o movimento associativo e cooperativo entre outras questões, e as eleições legi-

slativas. Foi eleita a Comissão Concelhia que tem agora 45 membros, 53 por cento dos quais são constituídos por operários e pescadores, e cuja média etária situa-se nos 44 anos. Outro aspecto a destacar prende-se com a criação

de 12 organismos que enquadram todos os camaradas com tarefas que não integram a nova Comissão eleita. Além do relatório, foram ainda aprovadas saudações à Conferência Nacional do Partido e ao movimento associativo.

Freguesia de Almada Preparar o futuro

Sob o lema «Preparar o futuro reforçando o Partido», teve lugar no passado sábado no cine-teatro Academia Almadense a 5ª Assembleia de Organização da Organização da Freguesia de Almada do PCP, em cujos trabalhos participou Manuel Sobral, da Comissão Executiva Nacional.

Os comunistas presentes aprovaram o relatório apresentado que caracterizou a freguesia nos seus vários aspectos, geográficos e populacionais, económicos e sociais. Um ponto importante refere-se ao trabalho nas colectividades, em número de 19 na freguesia, no âmbito das quais são desenvolvidas actividades viradas para a população, na área da cultura e do desporto. A assembleia apontou para a criação de uma coordenadora das colectividades, que ajude a desenvolver as actividades, em especial voltadas para a juventude, e a assegurar uma melhor ligação às autarquias locais.

Tendo em conta a necessidade da ligação às células de empresa, a assembleia decidiu reforçar esta frente de trabalho no vasto conjunto de empresas comerciais e industriais sediadas na freguesia. De referir ainda que foi eleita uma Comissão de Freguesia composta por 29 membros.

Governo esquece

Agricultura do Douro

A DOR Bragança promoveu domingo último em Carrazeda de Ansiães, um debate sobre os problemas da agricultura da região duriense. A iniciativa teve a participação de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e da CEN do PCP, bem como de outros dirigentes regionais.

Os problemas dos vinhos do Douro, nomeadamente os custos da reestruturação da vinha, as dificuldades de escoamento e de comercialização vantajosa para os agricultores, foram aspectos discutidos na sessão. Os presentes fizeram várias críticas ao Governo pela sua política agrícola que esquece a especificidade da região e favorece os negócios das multinacionais em prejuízo dos interesses dos viticultores durienses. Foram ainda levantados outros problemas da agricultura portuguesa ligados aos elevados custos do gasóleo, pesticidas, adubos e taxas de juro, bem como à degradação dos preços de outros produtos da região, como a amêndoa, o figo, gado, etc. Os participantes salientaram o papel essencial que as cooperativas agrícolas poderiam ter, caso fossem bem geridas e apoiadas pelo Governo.

Regulamento de transferências limita liberdade dos jogadores

A Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Futebol aprovou o regulamento de transferências adoptado pela Liga dos Clubes que não mereceu o acordo do Sindicato dos Jogadores. Tal proposta pode provocar, no imediato, as seguintes situações:

— Uma grave limitação à liberdade de exercício de actividade por parte dos jogadores de futebol, cuja mobilidade fica dependente de vultuosas compensações de valorização, do novo clube, ao clube precedente.

— Dá a possibilidade (face ao não pagamento das compensações) de fixar o jogador, mantendo-o ligado ao clube por tempo indeterminado e sem qualquer ac-

tualização salarial.

— Reedita, em termos práticos e de facto, o famigerado direito de opção, em vigor no tempo do fascismo e que havia sido abolido pela Portaria Regulamentadora de Trabalho dos Jogadores Profissionais de Futebol (PRT - 15/7/75), que este novo regulamento visa revogar.

— Corresponde a uma interpretação abusiva do Contrato Colectivo de Trabalho, recentemente aprovado e em vigor, quando este admite a possibilidade de compensações de formação e valorização ao Clube que «vende» um jogador.

— Resulta de uma quebra do processo negocial em curso entre o Sindicato

e os Clubes acerca do problema das compensações.

A aprovação pela A.G. da FPF deste regulamento faz ainda menos sentido se se tiver em conta que, desde a primeira hora, os jogadores se pronunciaram contra ele e ainda que à FPF, pelas suas atribuições e fins de carácter desportivo, não deverá caber decidir sobre questões do foro laboral.

A situação gerada é naturalmente de grande confusão e perturbação sendo públicas as opiniões e posições contra e a favor de associações e dirigentes desportivos e a posição contrária do Sindicato dos Jogadores.

O PCP manifesta a sua

solidariedade para com os jogadores profissionais de futebol e o seu sindicato e está disponível para, nas instituições próprias, contribuir para a solução deste grave problema.

— É moralmente reprovável a situação que a aplicação deste regulamento viria a criar. Nenhum regulamento pode significar a limitação das liberdades e dos direitos dos jogadores profissionais e que em qualquer caso deverá resultar da natural concertação entre entidades patronais e trabalhadores, respeitando a opinião dos trabalhadores e os seus legítimos interesses.

O Gabinete de Estudos sobre Política Desportiva do PCP

2.ª Assembleia Regional de Coimbra

Um Partido e um projecto necessários ao distrito

Caracterizar a situação política, económica e social do distrito e aprovar propostas com vista ao seu desenvolvimento foram objectivos desta assembleia que decorreu no passado domingo em Coimbra

Os 192 delegados presentes e cerca de uma centena de convidados encheram o anfiteatro Paulo Quintela, da Faculdade de Letras de Coimbra. Os trabalhos tiveram início de manhã e prolongaram-se até perto da 19 horas, culminando com a aprovação da resolução política, do manifesto à população, de uma moção sobre as legislativas e da proposta de direcção regional, que conta agora com 57 membros, dos quais 21 foram eleitos pela primeira vez.

Na mesa da Assembleia estavam Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, Vi-

dal Pinto, do Secretariado e da Comissão Executiva Nacional, Carlos Fraião, da Comissão Executiva Nacional e do secretariado da DORC, o deputado Vítor Costa, membro do Executivo da DORC, entre outros dirigentes.

Carlos Fraião, na sessão de encerramento, salientou a importância da resolução política aprovada, que «reflece um grande esforço de trabalho e constitui um texto de todo o Partido no distrito, que dá um contributo inestimável» para a actividade dos comunistas de Coimbra.

O documento contém, de

facto, para além da análise crítica a aspectos de organização e de trabalho do Partido nas diferentes áreas, importantes propostas que abrangem os vários sectores económicos e sociais da região, com vista ao seu desenvolvimento.

O implemento da regionalização, «trave-mestra ainda em falta no edifício democrático-constitucional português», e a consequente criação da Região Administrativa de Coimbra, tal como a elaboração de um plano de desenvolvimento integrado e de um plano de desenvolvimento industrial, são vistos como medidas estruturais indispensáveis para alterar a situação económica no distrito.

Foram considerados factores estratégicos, a manutenção e modernização das vias ferroviárias, a construção de infra-estruturas que permitam a circulação em via dupla entre a Figueira da Foz e Coimbra e a criação de circulação suburbana com ligação entre a sede do distrito, a Granja do Ulmeiro, Soure e Pombal, na linha do Norte. A electrificação do ramal da Lousã, com o seu prolongamento a Góis e Arganil, e a ligação do ramal Figueira da Foz-Cantanhede à linha do Norte, através de Alfaias e com passagem por Montemor e Mira, foram outras alterações preconizadas.

O PCP concluiu igualmente da necessidade da regularização do rio Mondego, para ficar navegável entre Coimbra e Figueira da Foz e a abertura da base aérea de Monte Real (Leiria) ao

tráfego civil. A assembleia analisou profundamente as actividades económicas, referindo nomeadamente que se regista uma «franca decadência» da actividade piscatória, e uma situação difícil na indústria da região, em que afecta particularmente as pequenas e médias empresas.

O desemprego tem deste modo registado um aumento acentuado, atingindo, em 1990, 13 por cento da população activa, enquanto os salários médios são os «mais baixos do litoral português». A isto também não é alheio o baixo nível de instrução existente - 44 por cento da população activa tem, no máximo, a quarta classe.

Na resolução política e nas intervenções feitas ressaltou uma grande e justificada preocupação com o meio ambiente, já que têm sido muitos os atentados nos últimos anos. Florestas devastadas pelos incêndios, cerca de 9,9 da área do distrito, estão a provocar gravíssimas consequências no clima, na fauna, flora e erosão. Por outro lado, cresce assustadoramente a área de eucalipto, sem que o Governo demonstre vontade política para resolver tais problemas. A progressiva destruição da Mata do Choupal, as catástrofes ecológicas ocorridas em vastas zonas do Baixo Mondego, na sequência do combate químico à mosca e aos lagostins de água doce, a poluição das águas do Paúl de Arzila e a consequente morte gradual da sua fauna e flora, foram outros graves problemas apontados, que necessitam de soluções urgentes.



A DORC fez um balanço positivo da intervenção do Partido no distrito ao longo dos últimos quatro anos

Aprovado Manifesto

A Assembleia de Organização aprovou um manifesto à população onde considera uma «mistificação» o desenvolvimento que o PSD e os organismos oficiais locais «agitam como bandeira de propaganda eleitoral». Os factos e os números trazidos à análise durante os trabalhos confirmaram que «no distrito tem havido um mero processo de crescimento económico, desigual e desordenado, que não garante às diferentes regiões e respectivas populações a melhoria generalizada e harmoniosa de condições de vida a que têm direito».

Neste sentido, os comunistas de Coimbra salientam que «o crescimento económico verificado tem agravado, dentro do distrito, o desequilíbrio e as assimetrias entre centros urbanos e rurais, entre regiões industriais e agrícolas, entre as zonas do interior e da planície do litoral». Por outro lado, no conjunto do distrito, o crescimento processa-se «a níveis inequivocamente mais baixos do que os de distritos vizinhos mais industrializados».

Ao responsabilizar a política de direita do PSD, em especial nos últimos cinco anos, que «aposta na restauração e reestruturação do capitalismo monopolista», o manifesto refere também o papel negativo que o PS desempenhou nesta ofensiva económica, política e social, «não só porque foi quem encetou os primeiros passos, enquanto foi governo, mas porque nas suas opções defende e apoia soluções muitas vezes coincidentes ou convergentes com as da direita».

«Os comunistas dispõem, na problemática do distrito, bem como nos mais diversos domínios da vida nacional, de conhecimentos e propostas para o desenvolvimento de que o povo e o País precisam». Transformar esses conhecimentos e soluções em componentes do programa dum governo democrático, exige o reforço eleitoral da CDU nas próximas eleições legislativas. Deste modo, a 2ª Assembleia Regional de Coimbra apelou à população do distrito para que contribua empenhadamente para a pré-campanha e a campanha eleitoral da CDU, dando-lhe mais força para a concretização do grande projecto de progresso, bem-estar, democracia e desenvolvimento.



Estamos confiantes

«Existem condições para tirar o PSD do Governo», afirmou Carlos Carvalhas no encerramento da 2ª Assembleia Regional de Coimbra, acrescentando que «as múltiplas iniciativas com as populações, a nova acção das instituições, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, no Poder Local, a intervenção nos sindicatos e no movimento popular mostra a activa e ampla presença do PCP na sociedade portuguesa». Por isso, referiu, «estamos confiantes, valem pelo nosso projecto, pelo nosso programa, pelo nosso trabalho. Somos uma força indispensável e necessária».

O secretário-geral adjunto do PCP salientou que «há um mal-estar que percorre muitas camadas da sociedade», apontando várias razões para tal. «Uma administração pública pesada e burocrática e que não funciona, o atropelo de direitos, os transportes, as dificuldades do quotidiano, o custo de vida, a degradação da saúde, o difícil acesso à habitação, o insucesso e o elitismo do ensino, a par do luxo, da tranquilidade e da ostentação de uma pequena fracção da população, acentua clivagens, desigualdades e exclusões que tornam imperativo uma nova política».

«O que está por baixo da máscara pré-eleitoral do PSD, onde se mistura a candura, o sorriso, os sacos azuis e as inaugurações à custa do orçamento, é a verdadeira face da arrogância, da prepotência, do partido do Estado, dos partidários laranja em tudo o que é direcção dos serviços públicos, grandes empresas, gestão de hospitais, actividades especulativas e rendosas», disse o dirigente comunista.

A verdadeira face do cavaquismo é revelada ainda, segundo Carvalhas, pela «lei do segredo de Estado, a afixação do poder local, a governamentalização de todas as esferas da vida nacional, a entrega das rádios locais e de jornais ao PSD e o recente projecto de protecção civil impregnado do vezo autoritário, limitador de direitos e de desrespeito pela Constituição». Com este diploma, o Primeiro-Ministro poderia limitar direitos dos cidadãos fora dos casos admitidos pela Constituição, ficaria com ultrapoderes, sem ter que dar contas à Assembleia da República ou ao Presidente da República. A ambição pelo poder é clara, como já era clara no projecto sobre o segredo de Estado».

Com participação de Luís Sá

Desenvolvimento de Santo Tirso foi tema de encontro do PCP

«O PSD esqueceu a promessa eleitoral da regionalização, acentua a centralização e o autoritarismo», afirmou Luís Sá, cabeça de lista da CDU pelo Círculo do Porto, quando falava sobre «regionalização e desenvolvimento regional» no Encontro sobre o Desenvolvimento de Santo Tirso promovido pela Comissão Concelhia do PCP, dia 10 de Maio.

Luís Sá considerou a regionalização como um instrumento decisivo para o desenvolvimento equilibrado das regiões, o caminho para que as populações te-

nam efectivo poder de decidir sobre as políticas que mais convêm às suas regiões e criticou a política centralista do Governo relativamente a Santo Tirso e ao Ave que mantém concentrada nos Ministérios a decisão sobre os meios disponíveis para a Região.

O Governo PSD só reconhece ao cidadão o direito de votar de 4 em 4 anos, afirmou Luís Sá que insistiu na necessidade de efectiva descentralização do poder e garantia do direito de participação dos cidadãos como de resto é garantido pela Constituição. O que se pas-

sa é a desvalorização crescente da democracia por parte do Governo PSD.

Na sua longa intervenção sobre os problemas regionais coube, ainda, referência às próximas eleições de Outubro, afirmando que «não estando claramente à vista qualquer perspectiva de maiorias absolutas, tornam-se praticamente indispensáveis acordos políticos pós-eleitorais», sublinhando que seria «incomportável» e «inaceitável» que o PS repetisse a experiência de triste memória de se aliar à direita derrotada.

No Encontro que contou

com larga participação de tirsenses que quase enchiam o Salão Nobre da Câmara, destacando-se pelo seu significado a presença dos eleitos municipais de todos os partidos, entrevistaram ainda o eng.º A. Pina sobre «Rede Viária», o arq.º Ricardo Figueiredo sobre «Ordenamento Urbano», o eng.º F. Teixeira sobre «Recursos Hídricos», o dr. Bernardino Neto sobre «Educação», Manuel Freitas sobre «A Vertente Social do Desenvolvimento», o dr. Sérgio Ribeiro sobre «A Indústria Têxtil e Fundos da CEE».

Carvalhas no distrito de Aveiro

«Nós não prometemos Nós fazemos»

A encerrar o ciclo «Diálogos com o PCP», Carlos Carvalhas visitou no passado sábado o distrito de Aveiro

Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, participou num conjunto diversificado de iniciativas realizado no distrito de Aveiro no passado sábado, dia 18, encerrando o ciclo de «Diálogos com o PCP», promovido pela Direcção da Organização Regional de Aveiro.

Esta presença de Carlos Carvalhas teve o seu início em Espinho, com um Encontro com a população da freguesia de Silvalde, aquela que no concelho terá mais vincadas características populares. O Encontro consistiu numa visita ao Bairro Camarário, ao Bairro Piscatório, na visita à sede dos Leões Bairristas Futebol Clube e num minicómité.

«Nós não prometemos. Nós fazemos», disse Carlos Carvalhas aos moradores do Bairro Piscatório que lhe chamaram a atenção para as barracas em que alguns ali vivem, para as condições deploráveis dos arruamentos, para o esgoto a céu aberto que representa a ribeira que ali passa tendo acrescentado que «nos locais em que somos maioria nas autarquias vemos reforçadas as nossas votações porque resolvemos os problemas. Nós cumprimos».

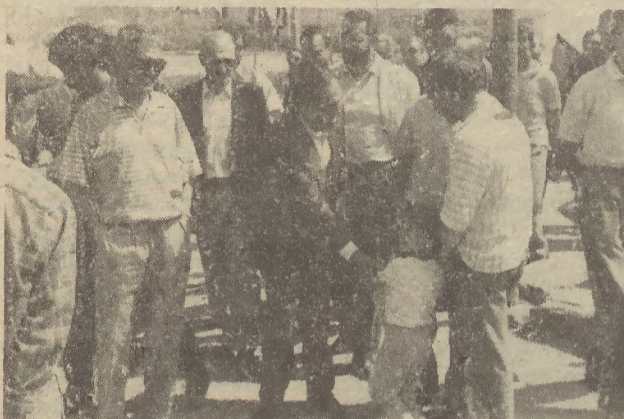
Mais adiante, perante uma jovem mulher que lhe pedia que se acabasse com

«os barracos», Carlos Carvalhas afirmou que «somos os únicos que levantamos as questões na Assembleia da República e no Parlamento Europeu mas precisamos que nos dêem a força necessária nas próximas eleições».

Junto à sede dos Leões Bairristas, que veio a visitar, Carlos Carvalhas foi cumprimentado pelos dirigentes da Colectividade. A DORAV do PCP através de Ramiro Silva deu nota de um requerimento recentemente apresentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP relativo àquela Sede.

No minicómité que se seguiu estavam presentes — além de Carlos Carvalhas — o cabeça de lista da CDU por Aveiro às eleições legislativas, José Amaro, Sérgio Teixeira, da Comissão Executiva Nacional do CC, camaradas que acompanharam Carlos Carvalhas durante toda a sua presença no Distrito.

Após uma intervenção de abertura feita por Jorge Carvalho, da Comissão Concelhia de Espinho, Carlos Carvalhas agradeceu a oportunidade que lhe foi dada para «ver de perto as condições em que vivem aqui trabalhadores, homens, mulheres e crianças», acrescentando que «nós queremos ver para actuar



No decorrer da visita Carlos Carvalhas teve oportunidade de contactar de perto com as populações

em todas as esferas em que possamos intervir». Reportando-se às situações observadas adiantou que hoje «todos os outros partidos, PS, CDS e PSD se dizem também contra as injustiças e as desigualdades sociais» pelo que, «para se poder diferenciar, para saber quem fala verdade, há que verificar a prática».

Afirmando que estamos «numa pátria que dá bem para todos», Carlos Carvalhas acrescentou que «todos poderiam viver melhor se não houvesse uma pequena fracção da população que vive no luxo e na ostentação, gastando milhões, enquanto uma parte da população vive um dia-a-dia de dificuldades».

Após Silvalde realizou-se um almoço de convívio que reuniu em Espinho mais de

uma centena de militantes do PCP e outros activistas da CDU do concelho.

Seguidamente Carlos Carvalhas participou, em Aveiro, num debate subordinado ao tema «O PCP. A Intelectualidade e a Cultura» que congregou num debate aberto e sem preconceitos várias dezenas de pessoas, muitas delas não militantes do Partido.

A última iniciativa do Ciclo consistiu num Jantar/Debate destinado a empresários e quadros das empresas, que teve lugar num restaurante de Oliveira de Azeméis e que contou com cerca de setenta participantes. Neste debate Carlos Carvalhas proferiu uma intervenção abordando o tema «O Processo de Integração Europeia e a Preparação da Economia Portuguesa».

UNIVERSIDADE DO PORTO SEM DINHEIRO

A Universidade do Porto debate-se com graves problemas financeiros que podem vir a inviabilizar o seu funcionamento regular e estão já a paralisar obras nalguns edifícios do Pólo 3 - alerta a direcção regional do PCP numa nota de imprensa da semana passada. O problema foi abordado, como o «Avante!» oportunamente referiu, nas jornadas legislativas que o Partido promoveu no distrito entre 2 e 4 de Maio; deu ainda origem a um requerimento ao Governo, apresentado na AR por Ilda Figueiredo, Carlos Brito e António Filipe, afirmando que «a causa fundamental desta situação reside nas insuficientes verbas transferidas do OE pelo Ministério da Educação, o que, se não for revisto, impedirá até o pagamento das remunerações dos professores e restante pessoal da Universidade, já que falta mais de um milhão de contos para garantir o seu funcionamento regular». Em causa está também a construção de novas instalações universitárias, devido à não inscrição de verbas no PIDDAC e a atrasos na chegada dos dinheiros do PRODEP - referem os deputados do PCP.

INJ EM BEJA AINDA SEM DELEGADO

A concelhia de Beja do PCP denunciou, num comunicado sobre a sua reunião de 13 de Maio, a demora na substituição da delegada do Instituto Nacional da Juventude, que há meses abandonou o lugar. Os comunistas de Beja protestaram igualmente contra as «declarações irresponsáveis» do governador civil, responsável pela nomeação, dizendo não estar preocupado com a vagatura do lugar. O PCP manifestou estranheza por ainda não ter sido inaugurado o Centro de Formação Profissional, concluído há mais de um ano e em actividade há alguns meses. Também a demora na criação da delegação de Beja da Direcção-Geral de Viação e o atraso no início da construção da escola C+S junto ao Patronato foram criticadas pela concelhia do Partido, que saudou os trabalhadores e a população pela participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio e se congratulou com a animação cultural, desportiva e turística de Beja.

possível alargar o âmbito da Coligação Democrática Unitária à UDP, e marcou para dia 7 de Junho um encontro de apoiantes e activistas da CDU no concelho para preparar a pré-campanha e a campanha eleitoral.

DORBRAGA DEFENDE AGRICULTORES

O controlo sanitário dos produtos importados (nomeadamente a carne e o vinho), a garantia de escoamento dos produtos nacionais e a limitação da importação de vinhos são medidas que o executivo da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP considera necessário tomar urgentemente, face à situação difícil que vivem os agricultores da região. Numa nota divulgada sexta-feira aquele organismo considera «resultados práticos do fracasso retumbante da política governamental» a dificuldade de escoamento dos produtos agrícolas, como aconteceu com a cebola em Esposende, a falta de procura do gado para abate e o perigo de se estragarem milhares de litros de vinho verde tinto. Entretanto, denunciando os comunistas de Braga, o Governo autoriza a importação de produtos hortícolas, carne congelada e gado vivo, assim como de vinho espanhol e francês para o «fabrico» de «vinho verde», pondo em risco a sobrevivência de milhares de economias familiares e destruindo uma das maiores riquezas da região.



Enquanto os agricultores têm dificuldades no escoamento dos produtos, o Governo autoriza a importação de vinho para o fabrico de verde

A privatização do «Diário de Notícias»

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP

A propósito da recente privatização do «DN», o Gabinete de Imprensa do PCP tornou pública a seguinte nota:

1. Como tinha sido cuidadosamente preparado e previsto, a operação de privatização do «Diário de Notícias» saldou-se no seu controlo pelo grupo Lusomundo (já proprietário do J. Notícias, do Comércio do Porto e de outras importantes posições na comunicação social) e traduz-se na significativa ampliação do «poder laranja» sobre um sector essencial na vida democrática do País.

2. É por isso natural que, afundado na totalitária identificação dos interesses do PSD com os interesses do Estado, o secretário de Estado das Finanças tenha proclamado que «o Estado está de parabéns» e tenha destacado que «a operação foi muito bem conduzida por Albino Soares» (secretário de Estado adjunto do ministro adjunto).

Registe-se entretanto que aquele membro do Governo declarou na mesma ocasião que, no caso da anterior privatização do «Journal de Notícias», o valor da empresa tinha sido «avaliado por baixo», numa confissão que fornece alguns elementos que certamente permitirão à opinião pública ajuizar melhor sobre os fundamentos dos «parabéns» ao Estado e sobre as operações «bem conduzidas».

3. A empresa editora de um jornal de referência, com uma linha editorial homogeneamente comum no panorama da comunicação social escrita, dotada de uma razoável situação económica e financeira, possuidora de valioso património (designadamente imobiliário), credora de milhões de contos em relação aos seus principais compradores, é assim entregue pelo Governo do PSD a um grupo económico que lhe é afecto, numa operação de concen-

tração e assalto partidário de bens públicos que nem o recurso a «testas de ferro» ou a «empresas-fantasmas» de comunicação social (num quadro de gritante falta de transparência) consegue disfarçar.

4. Peça fundamental na panóplia dos instrumentos de influência e de manipulação de que, articuladamente, o PSD e o grande capital se estão crescentemente dotando, continua a ser a governamentalização e o controlo sectário da RTP que, designadamente na área informativa, prossegue a prática de orientações discriminatórias em relação à cobertura das actividades, iniciativas e tomadas de posição dos partidos da oposição, designadamente do PCP, e insiste numa despuddorada propaganda das operações demagógicas do Governo e do seu frenesim eleitoralista, frequentemente entremeada com o não-inocente favorecimento da «bipolarização»

do debate político entre PSD e PS.

5. Sublinhando uma vez mais que estas situações afectam gravemente uma real democraticidade do próximo acto eleitoral, considerando que são elementos essenciais do regime democrático-constitucional que, com profundas consequências, estão sendo gravemente subvertidos pela voracidade do PSD, dos seus mandantes e das suas clientelas, o PCP renova a sua opinião de que se justifica uma enérgica intervenção das instituições democráticas no combate a este processo de domesticção e instrumentalização da comunicação social e reafirma a sua disponibilidade para acções convergentes ou diligências comuns com as outras forças democráticas em defesa da liberdade de informação, do pluralismo e de condições de efectiva democraticidade para o próximo acto eleitoral.

16.5.91

CDU NA COVILHÃ A 15 DE JUNHO...

No dia 15 de Junho terá lugar na Covilhã um encontro distrital da CDU, que terá como objectivos a apresentação pública da lista de candidatos, a aprovação do manifesto eleitoral e a eleição da comissão coordenadora da coligação no distrito de Castelo Branco - anunciou a direcção regional do PCP numa nota distribuída no final da sua reunião de 11 de Maio. No documento referem-se os nomes dos 6 candidatos indicados pelo Partido e do mandatário distrital; a lista será completada por um nome indicado pelo PEV e outro pela UDP, com quem irão ter lugar encontros de trabalho.

... E DIA 7 EM RÓDÃO

Na sua reunião da semana passada a concelhia de Vila Velha de Ródão analisou a composição das listas de candidatos do PCP no distrito (Castelo Branco), congratulando-se pelo facto de ter sido

Álvaro Cunhal em Baleizão

A confiança está viva!

No comício em Baleizão, perante milhares de pessoas, Álvaro Cunhal falou do papel insubstituível do PCP na democracia portuguesa, criticou de forma enérgica o Governo e garantiu que há alternativa à política actual

Separam-nos poucos minutos das 17 horas. Inclinadamente, o Sol mantém a temperatura a um nível abrasador. Estamos em Baleizão. Provenientes de terras vizinhas, renovando um acto cuja força reside no exemplo da figura evocada, milhares de pessoas juntam-se ao povo daquela aldeia do Baixo Alentejo para prestar homenagem à mulher, militante comunista, que se constitui num símbolo vivo de resistência e de luta pelo pão, pela liberdade e pela democracia.

O largo, a que Catarina deu o nome, fronteiro à casa que é hoje Centro de Trabalho do PCP, está repleto, como cheio está o espaço onde confluem as ruas adjacentes, o único a oferecer alguma sombra. Numa cadência forte, gritos de PCP, entre aplausos e o agitar de bandeiras vermelhas, mistura-se com as últimas palavras do orador. Palavras que falam de confiança. Confiança no Partido com um passado heróico, que não o renuncia, que se apresenta de pé, convicto da possibilidade de «com o povo e os trabalhadores» assegurar não apenas uma intervenção no presente, mas de assegurar também «um futuro livre, democrático, independente e progressista para Portugal e os portugueses».

Acolhidas com entusiasmo, foram estas as palavras finais do discurso produzido pelo secretário-geral



Um grande calor humano e entusiasmo foram notas dominantes no comício em Baleizão, para o que muito contribuiu a presença de um elevado número de jovens

do PCP no comício de homenagem a Catarina Eufémia, realizado no último domingo, um comício onde o entusiasmo, elevada participação e firmeza foram as notas dominantes, numa grande demonstração da força e influência do PCP.

Aspectos que Álvaro Cunhal justamente realçou, quando se referiu às tradições de luta do povo de Baleizão, logo no início do seu discurso, grande parte dele centrado no momento político presente e na posição do PCP relativamente a afirmações recentes de Cavaco Silva.

Antes, porém, numa resposta aos que, actualmente, «perante as tempestades que se dão no Mundo» querem pôr em causa toda a história do século em que

vivemos e fazer crer que a causa pela qual os comunistas lutam há muitos anos não tinha sentido e era uma utopia que não podia concretizar-se na vida, Álvaro Cunhal observou que quem proceda a uma reflexão sobre o século que agora termina, não pode deixar de constatar que ele foi portador de modificações de «carácter revolucionário que não poderão ser apagadas da História e que terão necessariamente continuidade no futuro», transformações estas que, sublinhou ainda, «marcam o século e constituem fundamentalmente o ideal dos comunistas».

À luta travada antes e depois do 25 de Abril para a instauração do regime democrático e bem assim para as transformações radicais que alteraram o quadro da vida nacional, dedicou também particular atenção o dirigente comunista, não deixando de recordar, a este propósito, o papel necessário e indispensável dos trabalhadores e do PCP para que estas conquistas democráticas fossem possíveis, conquistas que, apesar da sanha destruidora, ainda são hoje pontos de referência obrigatória para qualquer projecto de democra-

cia avançada neste findar do milénio.

As afirmações do Primeiro-Ministro de que não há alternativa à política actual do PSD, de que as forças da oposição não têm competência para exercer cargos ministeriais e que a estabilidade governativa constitui um valor supremo da democracia que só o seu partido está em condições de garantir, foram entretanto os temas que serviram de mote a uma desenvolvida e sistematizada resposta de Álvaro Cunhal, ocupando uma boa parte do seu discurso, atentamente escutado pelos presentes.

Álvaro Cunhal garantiu, designadamente, referindo-se à primeira questão, que há uma política alternativa à política actual, recordando o projecto diferente do PCP por oposição ao do Governo, e definindo este como atentatória das liberdades dos cidadãos e dos direitos dos trabalhadores. Socorrendo-se de alguns exemplos, citou o caso das novas leis eleitorais, a monopolização e instrumentalização da comunicação social, a afronta a outros órgãos de soberania, e, mais recentemente, o propósito governamental de, a pretexto da defesa civil, pretender declarar sozinho o «estado de sítio disfarçado», concluindo que existe «toda uma ofensiva tendente a destruir elementos essenciais da democracia portuguesa».

Álvaro Cunhal demonstrou ainda, neste domínio, como o Governo não tem sido capaz de assegurar o desenvolvimento dos recursos naturais e a sua entrega ao estrangeiro, como sucedeu com o cobre e estanho de Neves Corvo, o desprezo pela agricultura — «a irmã pobre da política nacional», segundo disse — e a ausência de uma política industrial. Um realce particular

Acolhimento caloroso

Em Montes Velhos, primeira etapa desta sua deslocação por terras do Baixo Alentejo, Álvaro Cunhal visitou o novo Centro de Trabalho do Partido, obra funcional e de bom gosto, construído e equipado pelos militantes da freguesia e outros habitantes que organizaram campanhas de fundos e jornadas de trabalho voluntário.

Recebido por algumas centenas de pessoas, o secretário-geral do PCP participou num breve acto público de apresentação da lista dos candidatos da CDU pelo distrito de Beja, alguns dos quais o acompanharam ao longo de toda a visita, tendo proferido uma breve intervenção no decorrer da qual salientou a tradição de luta e de influência do Partido na freguesia.

Esperado pela Filarmónica local e por uma pequena multidão que o acompanhou até ao edifício da Câmara Municipal, onde foi recebido no salão nobre por toda a vereação, de que fazem parte dois socialistas, a passagem de Álvaro Cunhal por Aljustrel foi igualmente marcada por manifestações de carinho e apoio. No encontro com o Executivo do município, recebeu palavras de saudação, tendo retribuído com felicitações aos presentes pela obra realizada no concelho e pela orientação dos eleitos da CDU quando em maioria, designadamente do PCP, de abertura aos eleitos dos outros partidos no sentido da distribuição de responsabilidades com vista à resolução dos problemas na área das respectivas competências.

Já cá fora, perante centenas de pessoas que sob um sol tórrido não arredaram pé, Álvaro Cunhal falou de Aljustrel e da sua história, rica em lutas operárias, nomeadamente dos mineiros. Detendo-se a analisar a política do Governo, desenvolveu a acusação de que está em curso o agravamento da exploração dos trabalhadores, da situação social, da saúde, do ensino e no plano de liquidação de direitos e liberdades essenciais constantes do «pacote laboral».

Álvaro Cunhal mostrou ainda a necessidade e possibilidade de uma viragem democrática na política portuguesa na oportunidade aberta pelas eleições legislativas de Outubro, tendo na ocasião feito o apelo ao voto na CDU e ao reforço da representação do PCP na Assembleia da República como elemento fundamental para que se concretize uma alternativa.

Depois de uma passagem por Ervidel, onde muita gente o aguardava, e a quem se dirigiu numa breve alocução, e a anteceder o comício em Baleizão, o secretário-geral do PCP participou numa romagem ao cemitério onde repousa Catarina Eufémia, tendo deposto flores na sua campa.

foi dado ainda ao acentuar das desigualdades sociais e ao nosso atraso relativo comparativamente com os países mais adiantados.

Quanto à alegada falta de competência dos comunistas e de outras forças da oposição para ocupar pastas ministeriais, argumento brandido por Cavaco Silva na festa de aniversário do seu partido, Álvaro Cunhal declarou que o PCP de facto não quer alguma vez ministros como Beleza, Cadilhe ou outros, que, «apesar de acusados de corrupção, continuaram protegidos pelo Governo».

«Não queremos ter ou participar num Governo que tenha atrás de si tantos escândalos», adiantou, deixando claro que «não queremos nem queremos nunca ministros como estes que caracterizam a gestão

do Governo PSD e de Cavaco Silva». «Mas temos homens e mulheres capazes, competentes e honestos que estão em condições de exercer com plena capacidade e com plena competência qualquer cargo e designadamente no Governo do País», rematou, desfazendo dúvidas a este respeito.

Desmontado pelo secretário-geral do PCP foi por fim o terceiro ponto relativo à suposta estabilidade governativa invocada por Cavaco Silva. Trata-se de uma «estabilidade», denunciou, que é sinónimo, isso sim, de desestabilização social, económica e até política, como o atestam o acentuar dos problemas dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e de muitas outras camadas sociais.

Associativismo em debate

O PCP realizou recentemente uma reunião de quadros sobre os problemas do associativismo popular. Em debate estiveram a política do Governo, a intervenção e as propostas do Partido, nomeadamente o projecto de lei do PCP sobre o «Quadro de Apoio ao Associativismo», já entregue na Assembleia da República e que será divulgado hoje, juntamente com as conclusões da reunião, aos órgãos de comunicação social, no decorrer de uma conferência de imprensa. A iniciativa, em que participaram quadros de vários pontos do País, visou igualmente dar contributos para o programa eleitoral do PCP.



Em Montes Velhos, após visita ao novo CT do PCP, Álvaro Cunhal falou para as centenas de pessoas que o aguardavam

Remodelado

«O Militante» sai hoje

É hoje posto à venda o número 192 de «O Militante», que apresenta várias inovações, fruto da remodelação anunciada em Abril.

Com capa a quatro cores e um total de 64 páginas, em papel de melhor qualidade e com uma apresentação gráfica mais moderna, este número inclui uma entrevista com Carlos Carvalhas, que aborda questões da identidade, situação e perspectivas do Partido e da política nacio-

nale e internacional, uma conversa com os médicos João Camilo e Paulo Fidalgo sobre a saúde em Portugal, e uma entrevista com José Barata Moura e Francisco Melo a propósito da publicação de «O Capital» em português.

A partir de agora com periodicidade bimestral, «O Militante» passa a custar 150 escudos por exemplar. As assinaturas, por 6 números e para o continente, custam 810 escudos.



TRABALHADORES

Domingo, em Almada

Conferência Nacional do PCP sobre as eleições legislativas

Na Conferência participarão centenas de camaradas de todo o País. Álvaro Cunhal intervém na abertura e no encerramento, Carlos Carvalhas apresenta grandes linhas do Programa Eleitoral do PCP

No domingo, às 10 horas, inicia-se no Ginásio da SFUAP, na Cova da Piedade, a Conferência Nacional do PCP sobre as eleições legislativas, marcadas na semana passada para o dia 6 de Outubro. Na iniciativa está prevista a participação de cerca de 750 camaradas das diversas

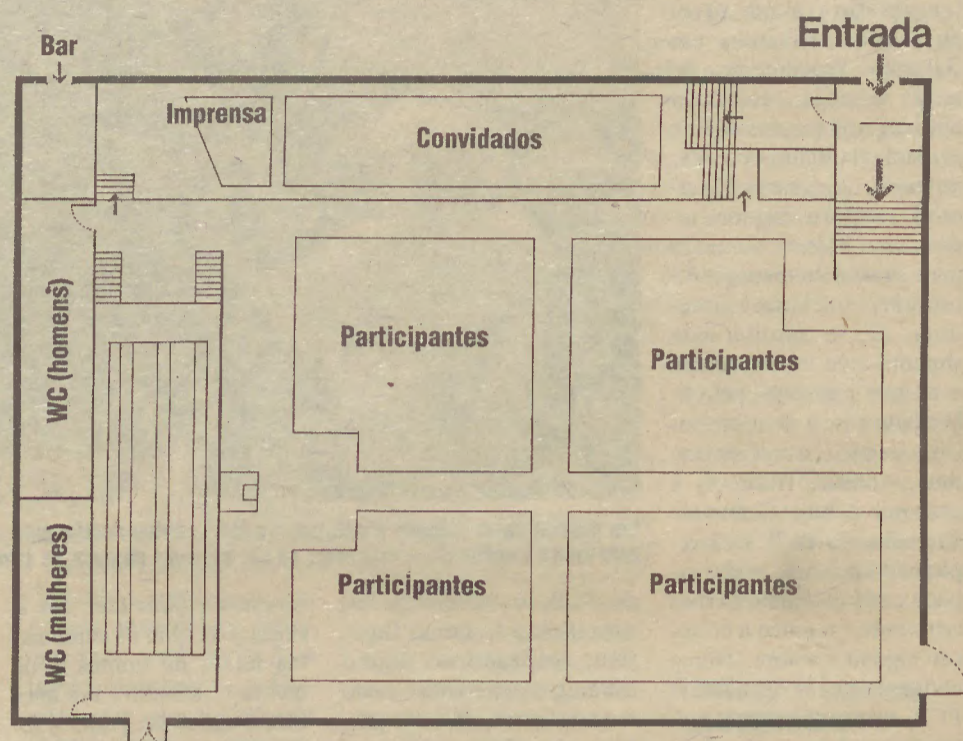
organizações do Partido, do Comité Central e do executivo da Direcção Nacional da JCP. Foram convidados representantes das forças que, com o PCP, integram a CDU e outras que estão com o Partido e a Coligação na batalha das legislativas.

Vai ser proposta a aprova-

ção de uma proclamação política, contemplando os problemas nacionais mais prementes, as propostas dos comunistas para a sua resolução e os objectivos do PCP para as eleições dos 230 deputados à Assembleia da República.

O secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, deverá intervir no início e no final dos trabalhos. Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, fará uma intervenção sobre as grandes linhas do Programa Eleitoral dos comunistas, documento em preparação que o CC irá aprovar em definitivo posteriormente.

Convocada com o objectivo de aprofundar, debater e aprovar as orientações e tarefas relativas à participação do PCP nestas eleições, a Conferência Nacional realiza-se poucos dias depois do anúncio das eleições para 6 de Outubro e da confirmação da CDU como espaço alargado de convergência dos democratas, abrindo uma nova fase no trabalho eleitoral: a finalização e apresentação das lis-

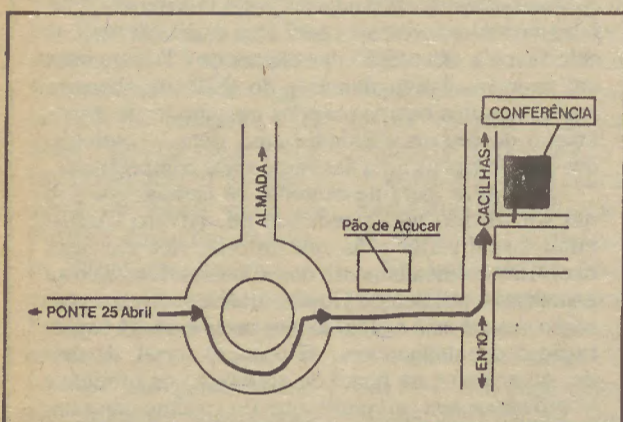


Esta vai ser a disposição na sala dos 750 participantes na Conferência e dos convidados. Os trabalhos decorrem, em plenário, das 10 horas às 12.30, recomeçando depois de almoço às 14.30; o encerramento está previsto para as 18.30. Serão garantidas refeições em número limitado aos participantes num restaurante frente à SFUAP e no CT concelhio, para o que as senhas devem ser adquiridas até às 12 horas no local da Conferência

tas de candidatos, a recolha de adesões e apoio à CDU, a conclusão do Programa Elei-

toral do Partido (com o prosseguimento das iniciativas temáticas) e a planificação

das iniciativas da pré-campanha e da campanha eleitoral.



Para chegar à Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (Largo 5 de Outubro, na Cova da Piedade), há que, na auto-estrada do Sul, tomar a direcção de Almada e, após a rotunda, seguir rumo a Cacilhas. Para quem se desloque de barco, com partida do Terreiro do Paço, há autocarros de Cacilhas. Esta hipótese deverá ser tida em conta igualmente por quem tenha que atravessar a Ponte 25 de Abril numa altura em que, habitualmente, se regista um tráfego muito intenso

3.º Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!»



As Organizações Regionais de Lisboa do PCP e da JCP organizam no quadro da realização da XV Festa do «Avante!» o 3.º Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!».

O Festival da Canção Juvenil decorrerá numa só fase a realizar na Amadora nos dias 29 e 30 de Junho de 1991.

As inscrições estão abertas até ao dia 7 de Junho, na Sede Nacional da JCP em Lisboa e nos Centros de Trabalho do PCP do distrito de Lisboa.

O Festival tem como objectivo a divulgação de novos valores da música portuguesa.

Para mais informações contactar a Sede Nacional da JCP (55 73 49, 55 73 64, fax 53 09 44) e os Centros de Trabalho do PCP da Amadora (494 11 61/2) e Vitória (53 21 61/2/3, fax 520076).

Regulamento

Artigo 1.º

As Organizações Regionais de Lisboa do PCP e da Juventude Comunista Portuguesa organizam no quadro da realização da XV Festa do «Avante!» (6, 7 e 8 de Setembro de 1991) o 3.º Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!».

Artigo 2.º

O Festival da Canção Juvenil decorrerá numa só fase, a realizar na Amadora nos dias 29 e 30 de Junho de 1991.

Artigo 3.º

Poderão concorrer ao Festival da Canção Juvenil, jovens não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos ou no Sindicato dos Músicos e com idade não superior a 30 anos.

Artigo 4.º

1. O Festival compreende a modalidade de «solistas» e a modalidade de «grupos de música rock» e «grupos de música popular».

2. Solista é o concorrente que se apresenta em palco, sozinho ou acompanhado por mais um músico.

3. Grupo é o concorrente que se apresenta com um número superior a dois elementos.

Artigo 5.º

Cada concorrente (solista ou grupo) inscrever-se-á com o

máximo de duas canções de tema livre, que será por ele interpretada em português. Juntamente com o Boletim de Inscrição os concorrentes deverão entregar uma maquete dos trabalhos concorrentes.

Artigo 6.º

Os concorrentes ao Festival não poderão utilizar qualquer forma de playback.

Artigo 7.º

1. Não é obrigatório que as letras sejam da autoria do concorrente.

2. Caso o não sejam, terão no entanto de ser de autoria de pessoa não inscrita no Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos, no Sindicato dos Músicos, na Sociedade Portuguesa de Autores ou na Associação Portuguesa de Escritores.

Artigo 8.º

1. A inscrição dos concorrentes ao Festival da Canção Juvenil far-se-á junto da entidade organizadora, dentro dos prazos por esta fixados e mediante o preenchimento do Boletim de Inscrição e a entrega de uma maquete dos trabalhos concorrentes.

2. Do Boletim de Inscrição constará designadamente o nome, data de nascimento, estado, profissão, local de residência, telefone ou outra forma de contacto dos autores da letra e da música caso não sejam dos próprios concorrentes.

3. No acto da inscrição os concorrentes deverão entregar um exemplar das letras das canções.

4. A Comissão Organizadora poderá recusar a inscrição de uma canção cuja letra atenta contra os valores da Paz e da Democracia.

Artigo 9.º

1. A cada um dos elementos do Júri, antes do início do Festival, serão entregues:

a) os elementos de identificação dos concorrentes-solistas e grupos;

b) um boletim de voto, contendo os títulos das canções concorrentes e os quadrados para a respectiva pontuação.

2. Cada elemento do Júri classificará cada uma das canções concorrentes em cada uma das modalidades, segundo uma escala de 0 a 10, correspondendo o 10 à mais alta pontuação.

3. No final da audição de todas as canções concorrentes e depois de efectuadas todas as pontuações. O Júri lançará numa urna os respectivos boletins de voto.

4. O apresentador do Festival procederá à leitura dos boletins de voto, um a um, canção a canção, inscrevendo as respectivas pontuações num quadro instalado no palco.

Artigo 10.º

1. A canção concorrente que obtiver a pontuação mais elevada em cada uma das modalidades será a vencedora.

2. Caso numa das modalidades não participe mais de um concorrente, caberá ao Júri do Festival decidir, tendo em conta critérios de qualidade, o seu apuramento ou não como vencedora nessa modalidade.

Artigo 11.º

1. A Comissão Organizadora constituirá um Júri, composto por nove elementos e por forma a ser amplamente representativo e qualificado do ponto de vista artístico, técnico, social e político.

2. Do Júri farão parte um membro do PCP e um da JCP do Distrito de Lisboa.

Artigo 12.º

1. O Júri, a convocação da Comissão Organizadora, reunirá para colectivamente decidir do seu modo de funcionamento bem como da respectiva atribuição dos prémios aos vencedores.

2. Os resultados serão divulgados e publicados no jornal «Avante!» da semana seguinte.

3. A Comissão Organizadora conjuntamente com as comissões da DORL do PCP e da JCP para a Festa do «Avante!», decidirão da hora, local e modo de funcionamento da actuação dos 3 primeiros apurados em cada uma das modalidades, num dos palcos da XV Festa do «Avante!».

Artigo 13.º

1. Será entregue aos primeiros apurados nas modalidades de música rock e música popular um prémio em material de amplificação sonora e/ou instrumentos musicais no valor de cinquenta mil escudos, de vinte e cinco mil escudos aos segundos apurados, e de dez mil escudos aos terceiros.

2. Será entregue ao primeiro apurado na modalidade de solista um prémio em material de amplificação sonora e/ou instrumentos musicais no valor de trinta mil escudos, de quinze mil escudos ao segundo apurado, e de cinco mil escudos ao terceiro.

3. Os três primeiros apurados em cada modalidade irão tocar à XV Festa do «Avante!».

Artigo 14.º

O Júri poderá não atribuir qualquer dos prémios previstos no artigo anterior, se entender que os trabalhos o não justificam.

Lei das áreas metropolitanas deve ser reconsiderada

Devem ser reconsiderados aspectos negativos da lei que cria as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em debate na especialidade, e que deve ser votada em plenário da AR no início de Junho - defendeu o PCP, em conferência de imprensa do Grupo Parlamentar e da Comissão Nacional de Autarquias, no Porto, segunda-feira passada. Em concreto, foram referidos os meios de financiamento das áreas metropolitanas, as atribuições e a competência da Assembleia Metropolitana. Na conferência de imprensa, em que par-

ticiparam Avelino Gonçalves, da CN de Autarquias e suplente do Comité Central, Luís Oliveira Dias, vereador da CM do Porto e suplente do CC, e Ilda Figueiredo, deputada e membro da DORP do PCP, recordou-se que foram os comunistas que, no ano passado, lançaram na AR o desafio da criação das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, ao apresentarem em Março e em Junho os projectos de lei respectivos, os quais propunham a criação de uma autarquia Área Metropolitana com órgãos representativos eleitos pelo voto popular e o poder próprio de uma es-

trutura descentralizado do Estado (nomeadamente, poderes efectivos em áreas decisivas como o ordenamento do território, a rede viária, o sistema de transportes, o ambiente ou os recursos hídricos).

A solução que neste momento está a ser preparada, por imposição do PSD e com alguns apoios pontuais do PS, pouco mais é que uma nova forma de associação de municípios, com atribuições diminutas (designadamente no que respeita ao ordenamento do território e à participação nos programas operacionais do quadro comu-

nitário de apoio), com recursos financeiros que provêm essencialmente de transferências do Orçamento do Estado e das autarquias (sem ficar claro que verbas virão do OE e apontando mais um encargo para as autarquias, já hoje com sérias dificuldades financeiras), e com uma estruturação dos seus órgãos que não assegura os princípios da democraticidade, da participação e do pluralismo (permitindo que, por exemplo, no Porto, onde a CDU representa pelo menos 10 por cento dos eleitores, a coligação PCP-PEV não tivesse qualquer eleito).

Exigidas indemnizações pela «praga dos lagostins»

Numa altura em que devem começar apenas a ser conhecidos os resultados do «produto não tóxico» ensaiado pela Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral para o combate ao lagostim dos arrozais no Vale do Pranto, a APOR e a CNA reafirmam a exigência de pagamento de indemnizações aos orizicultores.

A «praga dos lagostins», que durante esta semana esteve em foco na comunicação social, atingiu - de acordo com dados da Associação Portuguesa

de Orizicultores e da Confederação Nacional da Agricultura - 700 hectares de sementeiras de arroz, fazendo prejuízos que atingem os 300 mil contos e afectam um milhar de famílias. Em comunicados ou declarações de dirigentes, aquelas organizações tornaram público o seu protesto pelo facto de as entidades governamentais ligadas aos ministérios da Agricultura e do Ambiente, apesar de terem conhecimento da praga há alguns anos e alertadas para a grave situação deste

ano na segunda semana de Maio, apenas na terça-feira, dia 21, terem começado a aplicar, a título experimental, um produto indicado pelo Instituto Superior de Agronomia, que é dado como «não tóxico» mas cuja designação e composição não foram reveladas.

Um dirigente da APOR citado pela Lusa classificou de tardia a actuação dos serviços do Ministério da Agricultura, sublinhando que ela «resultou da pressão exercida pelos orizicultores». A associação

está a colaborar nas operações, mas não abdica das indemnizações reivindicadas ao Governo para os produtores de arroz atingidos. A agência referia que só ontem seria possível avaliar a eficácia do tratamento, mas José Santos, da APOR, considerava «praticamente impossível» conseguir resultados positivos nos 700 ha de arrozal atacados no vale do rio Pranto, pelas diferenças entre os terrenos onde o produto está a ser ensaiado e a generalidade dos arrozais daquela região.

Protestos e mais protestos

Uma centena de populares da freguesia de Almagem do Bispo concentrou-se, transportando garrafas e outro vasilhame, frente aos Paços do Concelho de Sintra, protestando assim contra a inexistência de água canalizada e rede de saneamento básico nas suas localidades. A concentração teve lugar na passada quinta-feira, enquanto decorria uma sessão de Câmara, e juntou - segundo um telegrama da Lusa - moradores de Covas de Ferro, Olival da Santíssima, Vale de Almornos e D. Maria, localidades onde, ao todo, vivem cerca de 5 mil pessoas. Actualmente, a CM de Sintra desloca para Almagem do Bispo uma camião-cisterna às segundas, quartas e sextas-feiras.

«Vamos para Lisboa todos os dias e não vamos deixar de levar os nossos baldes e garrafas no dia da inauguração do Centro Cultural de Belém, para todos verem como se vive a 18 quilómetros dali» - disse àquele agência noticiosa um reformado residente em D. Maria, povoação próximo da qual foram feitas há 300 anos as captações para o aqueduto das Águas Livres.

A população de Orjais decidiu deixar de pagar a taxa de saneamento básico aos Serviços Municipalizados da Covilhã - revelou a Lusa na semana passada. A decisão foi tomada em Assembleia de Freguesia, especialmente convocada para o efeito por exigência dos moradores, que pretendem assim protestar contra o facto de as obras de saneamento básico, iniciadas há dois anos, estarem paradas há mais de ano e meio.

A Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho está a recolher assinaturas para uma petição, já distribuída pelas cerca de 300 juntas de freguesia do distrito de Viana do Castelo, chamando a atenção da AR «para a situação de quase calamidade com que a agricultura se defronta, decorrente da política agrícola desajus-

tada e discriminatória» - afirma-se numa nota à comunicação social divulgada no dia 17 pela ARAM.

Criticando a «liberalização premeditada das importações», que levou à descida dos preços no produtor da carne e do vinho, a associação conclui que, «se esta situação não for rapidamente alterada por quem a criou, podemos concluir objectivamente que os responsáveis pretendem passar *certidão de óbito* à independência alimentar do distrito e a todos quantos amanhã a terra». «Vamos a Lisboa, vamos ao Porto, vamos fazer tudo o que for necessário fazer» - afirma a ARAM.

Produtores leiteiros da região de Aveiro decidiram, numa reunião em Estarreja que terminou terça-feira de madrugada, realizar uma manifestação em Aveiro no dia 31, durante a qual estão dispostos a derramar «milhares de litros» de leite em protesto contra a política do Governo para o sector - revelou a agência Lusa. A concentração, com máquinas agrícolas, deverá ter lugar no local onde se vai realizar uma reunião de entidades e associações do sector com responsáveis do Ministério da Agricultura. No dia 1 de Junho vai realizar-se no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Queluz, com início às 14 horas, o Tribunal de Opinião Pública da Linha de Sintra. Esta iniciativa, segundo a comissão organizadora revelou numa nota da passada quinta-feira, tem já a sua cobertura integral assegurada por diversos órgãos de comunicação social, enquanto autarquias, colectividades, personalidades da cultura e juristas deram já a sua adesão.

Na segunda-feira a comissão de utentes da Linha de Sintra teve uma audiência com o ministro dos Transportes, a quem apresentou os problemas mais sentidos pelos muitos milhares de pessoas que diariamente são obrigadas a utilizar o comboio para as suas deslocações.

Pinochet - visita indesejável

«A estadia em Portugal do ex-ditador, responsável máximo por repugnantes crimes cometidos pelo seu regime contra o povo chileno, é absolutamente indesejável» - afirma o Gabinete de Imprensa do PCP numa nota a propósito da visita a Portugal do general Augusto Pinochet, «em circunstâncias e com finalidades que permanecem obscuras». O PCP salienta ser «imperioso que, para além da repulsa das forças democráticas, todas as entidades oficiais ou outras dependentes do Estado se recussem a qualquer encontro ou contacto com o general Pinochet».

Entre outras organizações, protestaram igualmente contra a visita o secretariado da Direcção Nacional da JCP, a CGTP, o Sindicato dos Jornalistas, a Associação 25 de Abril, a UDP, a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, a Associação «Amar o Tejo, Viver a Paz» e o PSR.

O ex-ditador, que é actualmente o chefe das Forças Armadas chilenas, chegou a Portugal no dia 17, quarta-feira, depois de uma visita de cinco dias ao Brasil, no quadro de uma digressão por vários países, cujo programa não foi anunciado, mas que terá a ver com a compra de armamento. Segundo a Lusa, Pinochet deslocou-se no domingo a Londres, para uma visita de sete horas, esteve segunda-feira no Porto e no Algarve, saindo de Albufeira rumo a destino desconhecido.

Lei dos Baldios reenviada ao TC

O Presidente da República decidiu solicitar a fiscalização preventiva da constitucionalidade da segunda versão da Lei dos Baldios. O parecer - segundo a agência Lusa - foi distribuído segunda-feira ao conselheiro Monteiro Dinis, devendo o Tribunal Constitucional pronunciar-se até 11 de Junho. Em Março de 1989, após idêntica diligência do PR, o TC considerou que a Lei do PSD, fortemente contestada pelos povos e associações de agricultores, feria a Constituição. Esta segunda versão foi aprovada na AR a 11 de Abril, apenas com os votos favoráveis do PSD e do CDS.

Desalojados do Vale do Arcena

A CM de Vila Franca de Xira denunciou na semana passada a falta de resposta do Governo às propostas de autarquia para resolver a situação das dezenas de famílias desalojadas da urbanização do Vale do Arcena. Recusando veementemente a responsabilidade pelo realojamento, por tal não ter qualquer enquadramento legal no âmbito das atribuições e competências das câmaras municipais, o executivo vilafranquense reafirma a sua disponibilidade para participar na resolução do problema desde que esteja garantida a participação determinante do Governo. Este, contudo, ainda não deu qualquer resposta às sugestões feitas pela CM em 18 de Abril.

Borba em Lisboa

Decorre até sábado, na Casa do Alentejo, a semana do concelho de Borba, com iniciativas hoje e amanhã à noite e sábado a partir do almoço. Na zona da Grande Lisboa, informa aquela colectividade, vivem cerca de 300 mil alentejanos.

Falência ameaça jovens agricultores

As ilusões semeadas pelo Governo e o Ministério da Agricultura sobre a possibilidade de os jovens agricultores montarem explorações modernas e rentáveis conduziram a grande maioria daqueles a uma grave situação de falência, em resultado da falta de escoamento da produção, do abaixamento dos preços dos produtos e das incomportáveis taxas de juro praticadas. O alerta foi

lançado na semana passada, numa conferência de imprensa da Associação de Agricultores do Porto, convocada após a primeira reunião da sua direcção, recentemente eleita, e onde foi ainda chamada a atenção para problemas como a falta de escoamento do vinho verde, a diminuição dos preços no produtor da carne e do leite, o aumento constante dos factores de produção. A APA refere que o gasóleo é 60 por cento mais caro em Portugal que na média dos países da CEE, enquanto as taxas de juro portuguesas são, pelo menos, o dobro das comunitárias.

Excursão aos Açores

O Movimento Democrático de Mulheres vai promover no início de Agosto uma viagem aos Açores. Com a duração de oito dias, a viagem seguirá o itinerário Lisboa - Ilha Terceira - Faial - São Miguel. As inscrições estão abertas. Os interessados podem contactar o MDM pelo telefone 3527853, 3527855 e 3527857, de Lisboa.

Reformados de Lisboa

Realizou-se no dia 9 de Maio o Encontro de Reformados da Cidade de Lisboa. Nesta iniciativa, promovida pelo MURPI e cujos participantes encheram o Salão dos Espelhos da Casa do Alentejo, foi aprovado um programa de acção (na linha das orientações da V Conferência Nacional do MURPI) e um caderno reivindicativo dos reformados do concelho, entre outros documentos. Foi eleita na altura a Comissão de Reformados de Lisboa.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Setúbal

Razões de sobra para confiar o voto ao PCP

O trabalho desenvolvido pelos deputados comunistas e as suas propostas para o futuro do distrito constituem uma actividade ímpar no quadro da acção parlamentar, cuja experiência certamente pesará na próxima batalha eleitoral

«É a realidade objectiva que se impõe: a única alternativa democrática ao governo do PSD e à sua política passa por um entendimento do PS com o PCP. Neste sentido, pouco importa, para já, o que possa dizer o PS antes das eleições» — afirmou Octávio Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP e cabeça de lista da CDU pelo distrito de Setúbal nas próximas eleições legislativas, na Conferência de Imprensa realizada na Casa do Lavrador, em Palmela, que marcou o encerramento das Jornadas Legislativas do PCP no distrito de Setúbal.



Jornadas que decorreram de 6 a 18 de Maio e que contaram com a participação de 14 deputados do PCP, entre os quais todos os eleitos pelo Círculo Elei-

toral de Setúbal, Carlos Brito, Presidente do Grupo Parlamentar, e Domingos Abrantes, ambos da Comissão Política do Comité Central do PCP, e Manuel So-

bral, da Comissão Executiva Nacional.

Marcando a fase final da presente legislatura, estas Jornadas, proporcionaram um novo prestar contas pelo trabalho desenvolvido na Assembleia da República e um actualizar e aprofundar do conhecimento em ordem a melhorar a intervenção política do PCP e a acção dos seus deputados.

Nesse sentido, foram contactadas cerca de 150 instituições e organizações, bem como a população e os trabalhadores do distrito, em todos os 13 concelhos que o compõem.

No decorrer dos debates públicos, entre outros, estiveram em foco temáticas tão diversas como o Novo Hospital de Almada e a perspectiva da privatização, a qualidade de vida urbana (Seixal), a Saúde no concelho de Alcochete (Alcochete), a Nova ponte sobre o Tejo (Montijo), os problemas dos Agricultores (Alcácer do Sal), as Condições de vida das populações e dos trabalhadores e os problemas do emprego feminino (Moita), o Sector Automóvel e as suas perspectivas (Setúbal), o Projecto Ford/Volkswagen no contexto do desenvolvimento do concelho de Palmela e da região (Palmela), o Movimento associativo (Barreiro).

Deste modo foi possível recolher um vasto conjunto de opiniões e propostas concretas que se julga corresponderem às preocupações, aspirações e interesses fundamentais de amplas camadas sociais e da população do distrito. Também nele assentará o Compromisso Eleitoral que o PCP e a CDU em breve apresentarão ao eleitorado do distrito.

Em contrapartida, segundo foi dito na conferência de imprensa, foi possível apresentar um balanço do mandato dos deputados comunistas eleitos pelo Círculo, os quais, em relação aos outros deputados do PS e do PSD, propuseram um número de Projectos de Lei (55) sem paralelo, 77,2% das Intervenções Gerais (PSD 11/, PS 11,8%); 93,8% das Intervenções com incidência no distrito (PSD 0%, PS 6,2%); 72,2% das Intervenções sobre o distrito (PSD 16,6%, PS 11,1%); 88,9% dos Requerimentos Gerais (PSD 0%, PS 11,1/); 88,6% dos Requerimentos sobre o distrito (PSD 3,9%, PS 8,5%); 88,2% do total de Requerimentos (PSD 0,2%, PS 9,6%).

Um compromisso pela justiça contra as desigualdades

O distrito de Setúbal, dispendo de há muito de alguns dos melhores indicadores a nível nacional quanto a um importante leque de aspectos essenciais para a qualidade de vida da sua população — para o que foi determinante, depois do 25 de Abril, o papel das autarquias locais —, continua entretanto a não ver resolvido um vasto campo de problemas económicos e sociais.

Apesar dos auto-elogios do governo e da proclamação agora tantas vezes repetida de que o distrito é um exemplo de sucesso — remetendo para velhos tempos a não muito longínqua afirmação do Primeiro-Ministro (no Verão de 1989) de que os comunistas em maioria no Poder Local afastavam inclusive os investimentos nacionais e estrangeiros! — a realidade é bem diferente.

No sector laboral, a passagem de uma situação insustentável de salários em atraso e desemprego para uma situação de emprego precário e insegurança no trabalho é um traço característico, paradigma de uma situação económica e social a suscitar aos trabalhadores e à população do distrito sérias preocupações e um grande empenhamento na luta pela resolução de graves problemas e carências que os afectam.

Para alterar esta realidade, o **Compromisso Eleitoral dos candidatos do PCP** na lista CDU pelo distrito de Setúbal inclui propostas de acção baseadas em dois aspectos essenciais:

— primeiro, que a par do necessário desenvolvimento económico se verifique a promoção do desenvolvimento sociocultural, a defesa do meio ambiente, o aprofundamento da democracia política e o fomento da solidariedade social, considerando imprescindível a conjugação destes factores para um verdadeiro progresso económico, social e cultural da região;

— segundo, que na situação particular dos trabalhadores do distrito, caracterizada por uma forte insegurança no emprego, uma cada vez mais reduzida quota-parte na riqueza produzida e uma intensa ofensiva do governo PSD contra importantes e justos direitos laborais, os candidatos do PCP envidarão esforços e mobilizarão energias para que sejam melhoradas as condições de vida dos trabalhadores, sejam garantidos na lei e respeitados na prática os seus direitos fundamentais, e para que aumentem os postos de trabalho e haja estabilidade no emprego.

Neste quadro, a luta e o empenho dos deputados do PCP vai no sentido da adopção de uma política que corrija assimetrias e desigualdades sociais, assumindo o combate à pobreza, à marginalidade, na defesa da dignidade dos cidadãos, homens e mulheres, como trabalhadores e seres humanos, uma política, em suma, diferente daquela que o PSD tem realizado.



Viseu

Recensear problemas propor soluções

O acentuar da precarização do emprego e a manutenção de níveis salariais muito abaixo da produtividade registada, em simultâneo com o agravar das assimetrias regionais na oferta de emprego e da insistência na utilização de exploração intensiva de mão-de-obra — traços que marcam profundamente os aspectos laborais no distrito de Viseu — foram uma das matérias em foco nas Jornadas Legislativas do PCP naquele distrito, realizadas no final da passada semana.

Destinadas a auscultar directamente os problemas mais sentidos pelas populações e a elaborar propostas que venham a ser objecto de posteriores iniciativas no Parlamento, as Jornadas contaram com a presença de cinco deputados comunistas, que, em articulação com dirigentes reguonais e locais do PCP, executaram um intenso programa de trabalho que se desdobrou por cerca de quatro dezenas de visitas, reuniões e encontros com entidades e populações de oito concelhos do distrito.

Do balanço das Jornadas, apresentado em conferência de imprensa, ressalta ainda na área laboral a persistência e mesmo agravamento de vários problemas, como sucede na ENU e FORBEL, apesar das promessas repetidas pelo Governo e deputados do PSD, registando-se uma drástica redução de postos de trabalho com os problemas sociais daí resultantes.

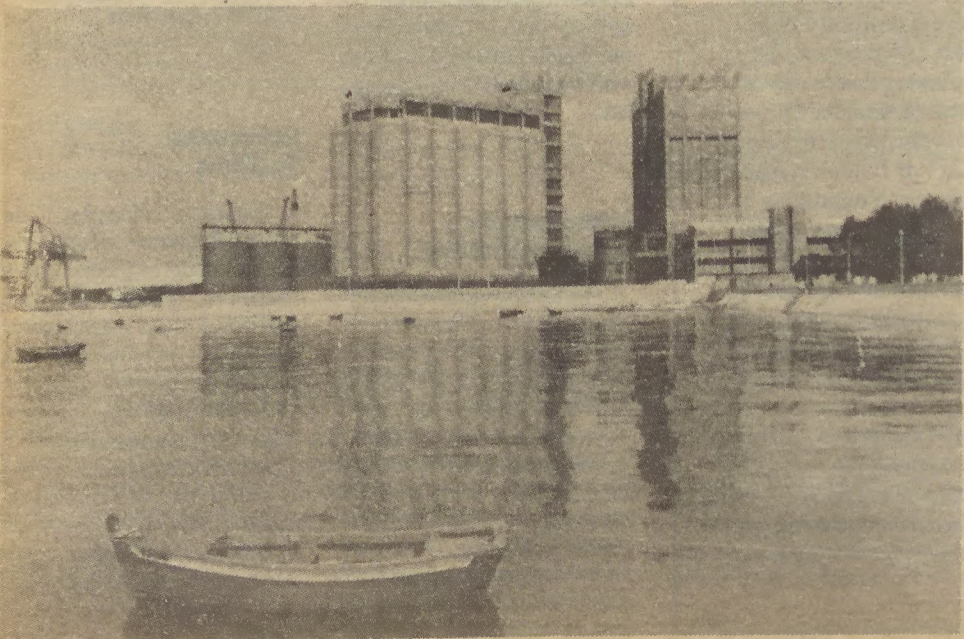
Alvo de preocupação no decorrer das Jornadas, como foi realçado perante os jornalistas, foram ainda os problemas relacionados com a agricultura, agora que se entrou na segunda fase da nossa adesão à CEE. O escoamento das produções de 1990 continua por efectuar, ao mesmo tempo que se mantêm importações maciças em sectores como a carne, vinho e frutas, tudo isto num quadro em que o acesso aos apoios comunitários está confinado a um grupo muito restrito de agricultores.

O prosseguimento dos ataques ao uso e fruição dos baldios pelos compartes, foi igualmente verberado pelos participantes nas Jornadas, que defenderam, por outro lado, uma consequente política regional para defesa do ambiente. É que, constatou-se, persistem os casos de poluição industrial provocados por grandes empresas (como o SIAF do Grupo Sonae e a Madibéria, espanhola), mantendo-se a ameaça de construção de uma empresa de transformação de resinas numa zona prevista de protecção verde na cidade de Tondela.

No plano da saúde, entre os problemas recenseados, o destaque vai para as carências de pessoal, nomeadamente auxiliares de acção médica e enfermeiros, havendo igualmente a necessidade de proceder a uma adequada articulação entre os cuidados primários e os cuidados hospitalares.

A falta de instalações e equipamento, por sua vez, constitui um dos problemas mais sentidos a nível do ensino, a par dos problemas profissionais dos professores, enquanto que no plano da cultura a situação se caracteriza pela falta de apoios governamentais às inúmeras associações culturais e recreativas e por uma desarticulação das actividades culturais, facto que não aproveita as vontades e potencialidades existentes e promove o proteccionismo e o compadrio.

Realçado no decorrer das Jornadas foi ainda o atraso no processo de Regionalização e da criação das regiões administrativas, o que é encarado como um factor de persistência e agravamento de muitos dos graves problemas do distrito.



«Pacote laboral»

Governo aposta na provocação

A decisão do Governo de pôr à discussão pública diplomas sobre legislação laboral que só poderia elaborar após aprovação da autorização legislativa sobre a matéria — como se sabe recentemente devolvida à Assembleia por inconstitucionalidade —, foi interpretada pelo deputado João Amaral como uma atitude provocatória em relação ao Parlamento.

Provocatória e propositalmente conflitual como tratou de explicar, porque tal decisão de sujeitar a debate público diplomas para os quais ainda não obteve a necessária autorização constitui desrespeito pela discussão e votação que a

seu tempo a Assembleia da República terá de fazer, pelo acto de promulgação do Presidente da República.

«O Governo não pode pôr à discussão pública textos de eventuais futuros decretos-lei para os quais não tem competência legislativa própria quando ainda obteve autorização legislativa da Assembleia da República para o fazer», assinalou João Amaral, para quem, o que se está a passar na área do pacote laboral, constitui um «escândalo inadmissível» e é mais um sinal de que Cavaco Silva «escolheu o terreno do confronto institucional para esta fase terminal da Lesglisatura».

Na perspectiva da bancada comunista, a «falsa consulta» promovida pelo Governo, segundo a expressão do João Amaral, é em termos jurídicos um «acto ferido de inexistência jurídica» e por conseguinte sem quaisquer efeitos, razão pela qual considera um legítimo acto de resistência contra a prepotência e a ilegalidade a recusa das organizações de trabalhadores em participarem nesta farsa provocatória montada pelo Governo.

Mas se esta pressa do Executivo constitui «uma peça indispensável para a reposição do poder patronal, para a instabilização

das relações de trabalho, para a fragilização dos direitos dos trabalhadores», ela não deve ser igualmente dissociada, como sublinhou o deputado do PCP, das táticas pré-eleitorais desenhadas pelo PSD. Tácticas que levam o Primeiro-Ministro, ironizou, a protagonizar umas vezes o papel de «coitadinho, vítima de terríveis cabalas que lhe são movidas pela Assembleia da República», outras vezes, «como uma espécie de anjo vingador misturado de Robocop 3, mecanizado e esmagador, que repõe a justiça e o bem, calcando os seus inimigos com os seus sapatos alados».



Institutos Politécnicos

Tem vindo a suscitar vivo interesse nos Institutos Politécnicos o projecto de deliberação recentemente apresentado pelos parlamentares comunistas propondo uma audição parlamentar para avaliação do estado actual em que se encontra aquele ramo do Ensino Superior.

Centrada num conjunto de acontecimentos ocorridos sobretudo durante o ano transacto no Politécnico de Coimbra, a audição agora proposta pretende esclarecer, designadamente, por um lado, o que se passa com a cessação dos regimes de instalação e a aplicação da Lei n.º 54/90 e, por outro, apurar que corpo docente sustenta hoje o Ensino Superior Politécnico.

Acordo ortográfico

Depois de dois adiamentos sucessivos, foi agendado para o próximo dia 28 o debate e ratificação do acordo ortográfico. A data, encarada agora como definitiva, foi proposta pelo Governo na habitual reunião de líderes parlamentares.

A proposta de resolução do Executivo que aprova, para ratificação, o texto do acordo, recorde-se, suscitou grande polémica na Assembleia da República, o que resultou nos referidos adiamentos.

Em causa esteve principalmente o que foi considerado o «secretismo, falta de diálogo e desrespeito» usado pelo Governo na elaboração e apresentação do acordo à apreciação do Parlamento.

Segurança interna

O relatório que o Provedor de Justiça envia anualmente à Assembleia da República mereceu desta o aplauso unânime, o mesmo não sucedendo com o relatório do Governo sobre Segurança Interna, alvo de críticas por parte da oposição.

As conclusões do relatório elaborado pelo Ministério da Administração Interna, de acordo com as opiniões expressas na passada semana pelos partidos da oposição, são «demasiado optimistas» quando referem que a situação no domínio da segurança interna é tranquilizadora.

O aumento em 60 por cento do consumo de droga, em 37 por cento do tráfico, bem como a intensificação de assaltos à mão armada, foram evocados por quase todas as bancadas como preocupantes.

Diferentes palavras ouviu Mário Raposo, sentado na tribuna destinada às altas individualidades. Foram palavras de elogio ao relatório por si rubricado, o qual deve ser aprovado por unanimidade.

Apostas mútuas

A Assembleia da República aprovou na semana finda, por maioria, uma autorização legislativa do Governo que isenta de imposto de selo os bilhetes das apostas mútuas hípcas. Esta medida, destinada a promover a realização de corridas de cavalos no País, contou com os votos favoráveis do PSD, CDS e PRD e contra do PS e PCP.

Estes últimos, questionaram nomeadamente a utilidade de conceder benefícios fiscais às apostas mútuas quando existe uma carga fiscal tão grande sobre outros sectores, e especialmente sobre os trabalhadores.

«Por que é que o cidadão tem que pagar o imposto de selo quando paga o bilhete de Metropolitano e se isenta as apostas desse imposto?», questionou a propósito Octávio Teixeira, concluindo que «a proposta não tem lógica nenhuma».

Protecção Civil

Governo quer novo estado de excepção

As intenções legislativas consignadas na Proposta de Lei de Bases da Protecção Civil visam criar «mecanismos à margem do estado de sítio e de emergência» que configuram «restrições reais aos direitos, liberdades e garantias». Dirigida ao Governo pela bancada comunista, no debate que apreendeu o diploma na semana finda, esta acusação fundamenta-se no facto de aquele pretender declarar sozinho o estado de calamidade pública em situações de catástrofe, com as correspondentes medidas excepcionais a implementar, incluindo a limitação de circulação de pessoas, propósito que revela não apenas o vezo au-

toritário dos seus autores como o seu desrespeito pelos princípios e normas constitucionais.

Com efeito, como sublinharam no debate os deputados José Manuel Mendes e Lino de Carvalho, retomando ideias que haviam expresso na véspera em conferência de imprensa, a nossa Constituição é «impermissiva e saudada pelo seu rigor e extensão no domínio dos direitos, liberdades e garantias», não aceitando por conseguinte que estes possam ser limitados fora dos casos nela previstos, a saber: o estado de sítio, nos casos de maior gravidade, o estado de emer-

gência; nos casos de menor gravidade.

Conformando-se com estes princípios, a própria lei sobre esta matéria refere expressamente que o estado de emergência pode ser declarado para responder a situações de calamidade pública, em condições de pleno respeito pelo funcionamento das instituições democráticas, permitindo uma resposta eficaz sempre que se imponha a aplicação de medidas excepcionais.

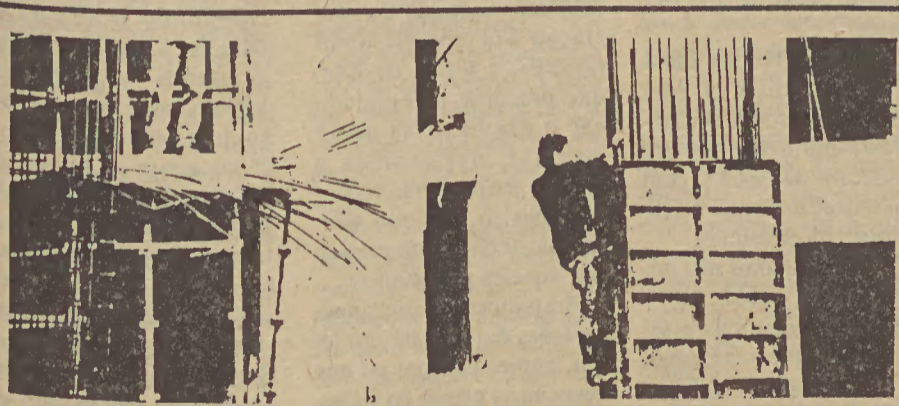
Ora, a verdade é que com a presente proposta, que apenas encontrou reacções firmes de repúdio e oposição na bancada do PCP, o Governo fica com as mãos livres para declarar sozinho

o «estado de calamidade», não se prevendo no processo de declaração a participação da Assembleia da República e do Presidente da República.

Por outro lado, como trataram de chamar a atenção os deputados comunistas, a entidade que executa as actividades decorrentes desta declaração e que estabelece as medidas de carácter excepcional, é «uma entidade administrativa constituída maioritariamente por representantes de ministros e por comandantes policiais e das Forças Armadas» a quem compete na prática decidir e aplicar as medidas restritivas.

Estamos assim perante um novo estado de excepção não constitucionalmente previsto e declarado à margem do processo estabelecido na Constituição, alertou José Manuel Mendes, que adiantou ainda que o exercício de funções de protecção civil pelas Forças Armadas, em termos a definir por decreto regulamentar, numa acção de carácter excepcional caracterizada, entre diversas medidas, pela suspensão do exercício de direitos fundamentais, «contraria a sua missão constitucionalmente definida».

Lino de Carvalho, por sua vez, aludindo à natureza da estrutura que o Governo pretende criar, referiu que se trata de um «autêntico Conselho de Ministros» sem se perceber como é que se articula com o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, mas que é desprovida do essencial: «uma estrutura operacional, integrada e eficiente dos Serviços de Protecção Civil com meios capazes ao seu dispor».



Acidentes de trabalho

Um balanço assustador

Milhões de contos perdidos, famílias privadas dos meios materiais mínimos e muitas vidas humanas destruídas (só nos últimos três anos morreram em média 40 a 50 trabalhadores), tal é o balanço da sinistralidade por motivo de acidentes de trabalho no distrito de Santarém.

Um balanço sem dúvida trágico, cuja dimensão pode ainda ser aferida pelo número de dias perdidos pela mesma razão, nada mais nada menos do que 37 927 dias, de acordo com um estudo recentemente efectuado em 44 empresas do distrito, todas com mais de

cem postos de trabalho.

A estes números, levados ao conhecimento da Assembleia da República pelo deputado comunista Álvaro Brasileiro, podem ainda juntar-se outros que ajudam a compreender, em parte, o estado de coisas neste domínio. Referimo-nos ao facto, lembrado pelo deputado do PCP, de nas mesmas empresas, onde mais de 20 por cento dos trabalhadores são contratados a prazo, a entidade patronal ter gasto em acções de prevenção nesse ano a irrisória quantia de 5597\$50 por trabalhador.

TRABALHADORES

Embora continuem na disposição de manter a flexibilidade nas negociações

Enfermeiros marcam outra greve

Depois de analisarem na semana passada os resultados da greve nacional levada a cabo recentemente, os sindicatos dos enfermeiros decidiram voltar a paralisar em 20 e 21 de Junho.

Se se mantiver o «propósito discriminatório do Governo», o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) e o Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira voltarão à greve durante dois dias pelos mesmos motivos da anterior.

O SEP e o SERAM, que formam a CNESE (comissão negociadora sindical), afirmam-se dispostos a manter a «flexibilização ne-

gocial», mas responsabilizam o Governo pela radicalização da luta, caso não venham a ser satisfeitas as reivindicações já apresentadas.

Ao mesmo tempo que solicitava às outras organizações sindicais «a continuação da conjugação de esforços», a CNESE continuava a considerar «inaceitável» a contraproposta do Governo quanto a carreiras, e a reivindicar a reforma mais cedo.

Acabar com o trabalho precário é outra das reivindicações principais. Embora sejam necessários mais 15 000 enfermeiros, ainda

há 3000 com vínculo precário.

Segundo a CNESE, não há neste momento «método legal para a admissão imediata dos recém-formados».

Os enfermeiros reclamam ainda o regime de exclusividade, legislação sobre o gozo de feriados, folgas, seguros contra acidentes pessoais e outras matérias de ordem laboral.

Por último, os enfermeiros não abdicam, segundo os sindicatos, da aplicação aos docentes de enfermagem do estatuto da carreira docente do ensino superior politécnico, reafirma ainda a CNESE.



Professores de todo o País protestam no Campo Pequeno

Milhares de professores, que se reuniram em plenário nacional em 17 do corrente no Campo Pequeno em Lisboa, aprovaram uma moção reafirmando a característica de prioridade nacional que deve caracterizar o Ensino. O Governo e sobretudo o Ministério da Educação foram acusados de subverter a Lei de Bases do Sistema Educativo. No entender da Fenprof, que convocou o plenário, «a Reforma do Sistema Educativo tornou-se um projecto mais uma vez adiado». No plenário, interveio António Teodoro, secretário-geral da Fenprof. No que respeita ao ensino superior foi destacada a inoperância do Ministério da Educação. Entretanto, continua a ser discutida em todas as escolas uma provável greve às avaliações. (Na foto: um momento do plenário de 17 do corrente.)

Greve em Évora atinge 80% no Hospital

Com as urgências e outros serviços mínimos assegurados, o pessoal auxiliar do Hospital Distrital de Évora aderiu em grande número (cerca de 80 por cento) a greve de 24 horas, convocada em 14 do corrente pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, para exigir mais uma vez o cumprimento do horário de trabalho legal de 36 horas semanais.

A forte adesão confirmada pelo administrador delegado do Hospital, Manuel Fialho, que considerou «justa» a reivin-

dicação do pessoal auxiliar, deve ter contribuído para a resolução do problema. De acordo com declarações daquele administrador à agência Lusa, os responsáveis pela administração do Hospital já solicitaram ao Ministério da Saúde a autorização para admitir mais quarenta funcionários e um financiamento da ordem dos 35 mil contos/ano.

A greve de 24 horas foi acompanhada de uma concentração dos trabalhadores, durante duas horas, junto à entrada do Hospital.



USL desmente «êxitos» do Governo

Num almoço com os jornalistas, para anunciarem uma «semana de acções de protesto contra o pacote laboral» (20 a 24 de Maio) na região de Lisboa, dirigentes sindicais da União dos Sindicatos USL/CGTP sublinharam que os trabalhadores portugueses não só ganham menos que os dos restantes países comunitários como são os que mais trabalham. A evolução do emprego assalariado nos últimos cinco anos desmente os «êxitos» que o Governo anuncia em matéria de taxa de desemprego e têm a sua verdadeira leitura no crescimento entre 1985 e 1990 de mais de 56 por cento dos contratos a prazo, isto é, no agravamento da

precariedade do emprego. Em 1990, a região de Lisboa e Vale do Tejo tinha a segunda maior taxa de desemprego do País, com 7,4 por cento, a seguir ao Alentejo, com 12,4 por cento. Os jovens registam uma taxa de desemprego de 11,7 por cento e as mulheres 7,5 por cento.

Entretanto, Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, afirmava em Lisboa que as diversas organizações da Central vão enviar ao Parlamento «pareceres negativos» sobre a legislação laboral. Hoje, a CGTP reúne o seu Plenário de Sindicatos. (Na foto: dirigentes sindicais de Lisboa com jornalistas em 13 do corrente.)

Greves na Função Pública Paralisa amanhã o Ministério da Saúde

Ao anunciar para a passada segunda-feira uma concentração em frente ao Ministério da Justiça, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA) revelava que os recentes períodos de greve no Arquivo de Identificação e no Registo de Pessoas Colectivas já tinha afectado mais de 150 mil utentes.

O mesmo STFPSA anunciava para amanhã uma paralisação dos trabalhadores administrativos do Ministério da Saúde, com concentração junto à Assembleia da República.

Os trabalhadores não docentes das escolas primárias, preparatórias e secundárias, que realizaram em 10 do corrente um Encontro Nacional em Lisboa, marcaram para 3 e 4 de Junho uma greve em todo o País.

De acordo com a mesma fonte, registam-se ou estão a ser preparadas «muitas e variadas acções» no âmbito da Administração Pública.

Os objectivos, já aqui várias vezes repetidos, têm a ver com a aplicação do novo sistema retributivo, (NSR) que apresenta «deficiências congénitas», com o sistema das carreiras, aplicação de escalões.

O STFPSA sublinha que os trabalhadores administrativos são os mais «maltratados» pelo NSR. O Sindicato aponta «carreiras es-

tagnadas há dezenas de anos, quadros por abrir, concurso por fazer, ausência de formação profissional».

Entretanto, os agentes da PSP terminavam em 15 do corrente um período de 15 dias de «tolerância para com os transgressores, não passando as respectivas autuações». Segundo a Associação Socioprofissional (ASPP), a forma de luta, que procurou não prejudicar o exercício da acção policial, destinou-se a apoiar, entre outras reivindicações, o aumento salarial de 20 por cento exigido por aqueles profissionais.

Prejudicados com as alterações do seu estatuto legal, nomeadamente no que respeita ao acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, também os magistrados judiciais ameaçam adoptar formas de luta. Para 22 de Junho está marcada em

Coimbra uma assembleia geral.

«Para garantia dos seus postos de trabalho e contra a desagregação do Instituto», os trabalhadores do IROMA anunciavam, entretanto, para 16 do corrente, uma concentração em frente à Assembleia da República.

Segundo o STFPSA, além dos locais de trabalho já citados, os problemas avolumam-se sem solução noutros serviços públicos, como sejam os jardins de infância, o IEFP (Formação Profissional), informática tributária, carreiras gerais da DGCI, Direcção-Geral das Alfândegas, Direcção-Geral de Aviação Civil, Serviços Prisionais, carreira técnica do património do Estado, secretários de finanças e agente de fiscalização de tabacos, ensino superior e serviços sociais universitários.

Metalúrgicos querem acordo

Para reclamar junto dos dirigentes patronais a assinatura do acordo de revisão do contrato colectivo de trabalho vertical (CCTV), uma delegação de sindicalistas concentrou-se em 15 do corrente à entrada da Feira Industrial de Lisboa (FIL) onde decorria um Salão de Metalurgia e Metalomecânica.

Um dirigente da Federação sindical FSMMP disse à Lusa que «estão criadas as condições para a assinatura do acordo, até porque o mais difícil, os aumentos salariais, já foi resolvido».

Repartidos por duas tabelas salariais, conforme o volume das empresas, esses aumentos variam entre 14,4 e 16 por cento.

Baixos salários muitas falências

Operários portugueses são os que ganham menos

Os trabalhadores portugueses do sector industrial são, em relação aos dos outros países comunitários, os que ganham menos. Quem o afirma é um recente estudo do Eurostat (Gabinete oficial de estudos da Comunidade Económica Europeia), que tem em consideração as diferenças cambiais entre as diferentes moedas, a taxa de inflação e o nível de vida de cada um dos países.

O mesmo documento revela que o salário de um operário fabril, em Lisboa, é menos de metade do praticado em Madrid, cerca de um terço do efectuado no Luxemburgo e três vezes menos do pago na Dinamarca.

É no Luxemburgo, de acordo com os dados agora revelados, que os trabalhadores da indústria ganham «os salários mais altos de toda a Europa». Por outro lado, as mesmas fontes fazem notar que na Dinamarca o salário mensal de um operário lhe proporciona «o mesmo nível de vida que o de um executivo em Portugal».

Uma Europa a duas velocidades é o que o estudo vem confirmar: enquanto o venci-

mento real médio de um operário no conjunto dos países comunitários é de 8,9 Ecus por hora (cerca de 1.500 escudos), no sul da Europa (nomeadamente em França, Itália, Espanha e Portugal) aquele valor é muito inferior.

Falências

Se os salários são escassos em Portugal, o mesmo não se pode dizer das falências. Desde a adesão de Portugal à CEE em 1986, cerca de 700 empresas faliram no país. Para ser mais exacto, 672 empresas.

Os dados foram revelados pela COSEC, que assinala que o número de falências registado no ano passado (104) correspondeu a cerca de metade das ocorridas em 1986 (193), altura em que se verificou um «máximo» de falências. De referir, por outro lado, que as falências registadas o ano passado se situam ao nível das de 1982 (101).

De acordo com o estudo agora divulgado pela Lusa, o aumento percentual das falências até à integração de Portugal na CEE explica-se pelo clima de crise

económica e financeira então existente no país; a integração, acompanhada de maior investimento e, sobretudo, de grande afluxo de fundos estruturais comunitários, marca uma certa desaceleração do processo de falências que no entanto se encontra longe de se poder considerar satisfatório.

Os sectores mais afectados têm sido os têxteis e vestuário, que registaram no ano passado 23 falências (22,1 por cento do total), seguidos pela construção civil (10 falências e 9,6 por cento) e o sector de madeira, mobiliário e cortiça (com 9 falências e 8,7 por cento).

Comparativamente a 1989, em 1990 registaram-se mais três casos de falências nos têxteis e vestuário, na alimentação e bebidas mais sete, na madeira, mobiliário e cortiça mais três, no couro e calçado mais dois e na construção civil mais cinco. Os dados divulgados permitem ainda concluir que desde a adesão à CEE, os subsectores da actividade económica mais afectados por falências de empresas foram os dos têxteis e vestuário, calçado e

couro, alimentação e bebidas e construção civil.

Industriais descontentes

A maioria dos empresários da indústria metalúrgica e metalomecânica (46 por cento) está descontente com a integração na Europa comunitária, considerando «nulos» os benefícios que o mercado único poderá trazer ao sector. É o que revela um estudo divulgado na inauguração, na quarta-feira da semana passada, da 32ª edição da Feira Internacional de Lisboa (FIL) e da Filtécnica/91, 11º Salão Internacional da Metalurgia e da Metalomecânica.

O estudo, da responsabilidade da Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul, revela que a maioria dos industriais do sector considera que a adesão à CEE «não lhes trouxe melhores condições de competitividade, nem lhes proporcionou novos contactos com outros mercados». Opinião diferente têm 38 por cento dos empresários do mesmo sector, mas é a



própria Associação a assinalar que se trata de empresas já anteriormente competitivas, tanto em termos de qualidade como de preços, no mercado comunitário.

De referir ainda que as restantes empresas (16 por

cento do total inquirido) consideram negativa a influência do mercado único europeu, por considerarem que este vai aumentar a concorrência de produtos europeus e dificultar a penetração dos produtos portugueses no mercado comunitário.

50 milhões de pobres e a Carta Social por cumprir

O Conselho das Comunidades Europeias e a Comissão Europeia continuam a bloquear as principais medidas previstas no Programa de Acção Social, desconhecendo-se inclusive um calendário legislativo preciso para a aplicação prática da Carta Social.

A acusação foi feita pelo eurodeputado comunista Barros Moura, ao intervir a semana passada, no PE, no debate sobre a realização do Programa de Acção Social.

Lamentando a situação que se regista neste domínio, o deputado do PCP recordou que a «Carta Social é, em si, um instrumento insuficiente face ao défice de uma dimensão social autêntica na Comunidade», mas apesar disso a sua não aplicação acarreta prejuízos. E a manter-se o bloqueio actual, nada do que aquele texto prevê estará realizado até final de 1992.

Afirmando que os comunistas portugueses sempre temeram esse desfecho, Barros Moura acusou o Conselho de «obstrução sistemática» ao Programa e a Comissão de «falta de iniciativa e de vontade política», que assim satisfazem «as exigências retrógradas da UNICE cuja postura troglodítica faz lembrar o patronato mais obtuso nos primórdios da chamada

«questão social»». A propósito, o deputado interrogou-se se «a exigência de uma dimensão social, traduzida numa harmonização no progresso dos regimes sociais mínimos» será uma questão de retórica?

Essa não é, obviamente, a posição que defende. Como fez notar, a realidade social demonstra que deveria ser dada prioridade à dimensão social.

Há na Comunidade 50 milhões de pobres, a maioria crianças e idosos; cerca de 10 milhões de desempregados, dos quais mais de 7 milhões desempregados de longa duração; regista-se no espaço comunitário a precarização crescente do emprego, penalizando sobretudo as mulheres; é um facto a marginalização social dos deficientes; as carências de qualificação dos recursos humanos afectam em particular as regiões menos desenvolvidas; há discriminação dos migrantes, especialmente os originários de países terceiros.

Trata-se, como disse Barros Moura, de «uma grave crise social que assim se evidencia, traduzindo que o crescimento económico se faz com aumento das desigualdades sociais e que as grandes empresas só conce-

bem o mercado único associado à liquidação de um «modelo social europeu» que reconheceu o protagonismo aos sindicatos e construiu (apenas nos países mais desenvolvidos, note-se) o Estado de bem-estar social que agora se pretende destruir».

Ora esta é uma situação inaceitável para os comunistas, que combatem uma Europa «mãe para as grandes empresas e os grandes interesses especulativos, madrasca para os trabalhadores, os desempregados, os reformados, os deficientes, os pobres, os jovens, as mulheres e as crianças».

Para o eurodeputado, enquanto não forem consagradas regras de decisão idênticas em matéria económica e em matéria social - o que significa co-decisão entre o Parlamento Europeu e o Conselho e voto por maioria qualificada - a situação actual não será alterada.

Face a esta situação, Barros Moura lembrou que o PE tem ainda «um meio institucional» para se opor à menorização da dimensão social - a possibilidade de boicotar algumas decisões do Livro Branco «Mercado Único» enquanto não houver sinais inequívocos de desbloqueamento do Programa de Acção Social.

POSEIMA melhorado aprovado no PE

O Programa de apoio comunitário aos Açores, Madeira e Canárias (POSEIMA) foi aprovado com 70 alterações pelo Parlamento Europeu, na passada sexta-feira. Como afirmou a propósito o eurodeputado comunista Joaquim Miranda, o POSEIMA saiu do PE «substancialmente melhorado», o que resultou de um «esforço que os deputados portugueses, sem distinção de localização política, não regatearam».

Para o representante do PCP, é da máxima importância que, através das alterações introduzidas, o programa tenha passado a fazer «referência expressa às aptidões naturais em que deve assentar qualquer processo de desenvolvimento e integração», bem como reconhecido o papel particular e decisivo dos transportes e «incluído a pesca entre os sectores a apoiar», explicitando e reforçando «a vertente orçamental». Como o «Avante!» referiu anteriormente, estas eram justamente algumas das propostas do PCP para melhorar e aprofundar aquele programa específico.

Para os comunistas, no entanto, como fez notar Joaquim Miranda, poder-se-ia ter ido mais longe. Assim, disse, é de lamentar que, «no saudável confronto de posições e interesses que os esforços convergentes para defender o interesse comum, regional, das populações, não apagou, não tenha feito valimento a nossa proposta de emenda que privilegia a melhoria e a integração articulada dos transportes, independentemente das formas pública ou privada que eles tomem, e tivesse ganho a afirmação do princípio da liberalização como se esta, isto é, a privatização, fosse a mezinha que fará bons os transportes insuficientes e/ou maus».

No que a este aspecto se refere, considera o deputado do PCP que «não ganhou a população dos arquipélagos», uma vez que «não serão critérios de mercado, de busca de lucro, que contribuirão, de per si, para o indis-

pensável aperfeiçoamento do sistema de transportes».

Joaquim Miranda considerou ainda lamentável que uma eventual «sensibilidade» insular tenha impedido que ficasse claramente expresso que a integração da economia das regiões dos Açores e da Madeira «só se fará na Comunidade Europeia se se fizer no Estado-membro, na economia portuguesa no seu conjunto». Finalmente, na sua intervenção, o deputado alertou para a necessidade de «estender à população activa das regiões dos Açores e da Madeira condições sociais de trabalho e de vida do Continente português e da Comunidade, de acordo com o princípio da igualização no progresso».

No seu conjunto, o POSEIMA saído do PE é tido como globalmente positivo, embora a generalidade dos deputados tenha considerado «insuficientes» os financiamentos comunitários nele previstos. O comissário responsável pelo desenvolvimento regional, Bruce Millan, sem negar esse facto, sublinhou no decorrer do debate que a Comissão já está a ajudar as regiões. Por seu turno, a Comissão parlamentar dos orçamentos recomendou que, ainda este ano, alguns dos recursos orçamentais do programa PERIFRA, igualmente de apoio ao desenvolvimento das regiões ultraperiféricas da Comunidade, sejam usados no financiamento de medidas previstas no POSEIMA.

Recorda-se que a Comissão Europeia propôs, para o programa em causa, apoios financeiros no montante de 71,8 milhões de Ecus (cerca de 13 milhões de contos) até 1993, dos quais 23 milhões de Ecus são provenientes do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícolas (FEOGA). Cerca de 40 milhões de Ecus destinam-se a medidas estruturais agrícolas, 25,8 milhões a aproveitamento energético e seis milhões para desenvolvimento do artesanato.

INTERNACIONAL

PC DA FINLÂNDIA

Realizou-se em Helsínquia, entre 18 e 20 de Maio, o Congresso do Partido Comunista da Finlândia (Unidade). O PCP esteve representado por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

ELEIÇÕES NO NEPAL

O Congresso Nepalês obteve a maioria dos lugares no Parlamento, nas eleições legislativas realizadas a semana passada. O Partido Comunista do Nepal-Marxista Leninista Unidos afirmou-se como o principal partido da oposição.

Seis outras organizações políticas estão também representadas no novo parlamento.

CRISE JUGOSLAVA

Mantém-se a polémica em torno da presidência da Federação. O secretário da Presidência colectiva da Jugoslávia rejeitou a autoprocamação do croata Stipe Mesic como presidente da Federação jugoslava, depois de a sua votação ter sido duas vezes rejeitada pelos votos da Sérvia e das províncias autónomas do Kosovo e Voivodina.

Entretanto, no referendo realizado na Croácia no domingo passado, a maioria esmagadora (cerca de 94 por cento) optou pela independência da República. O referendo foi boicotado pela população sérvia do enclave de Krajina (cerca de 100 mil pessoas), na República da Croácia, que se autoprocamação região autónoma e que há uma semana votou em massa a favor da união com a Sérvia.

Num referendo efectuado em Dezembro, a República da Eslovénia votou também a favor da independência, que deverá ser declarada a 26 de Junho.

ELEIÇÕES NA ÍNDIA

Pela décima vez em 43 anos de independência, os indianos foram às urnas dia 20, num processo eleitoral que tem a sua continuidade hoje, dia 23 e no próximo dia 26.

Um eleitorado composto por 520 milhões de pessoas elegerá uma nova Lok Sabha — a câmara baixa do Parlamento e órgão legislativo máximo do país, com 543 lugares.

Entre a dezena de partidos nacionais concorrentes a estas eleições antecipadas — impostas pela dissolução da Lok Sabha em Março último pelo presidente Venkataraman — o Partido do Congresso (I), de Rajiv Gandhi, derrotado nas eleições de 1989, parece destacar-se.

Da violência durante a campanha eleitoral resultou a morte de cerca de uma centena de pessoas.

NOVA CONSTITUIÇÃO

Mais de 98 por cento dos eleitores do Yemen pronunciaram-se a favor do projecto de nova Constituição apresentada a referendo na semana passada, um ano depois da proclamação da República Unificada do Yemen.

Semanas antes da unificação, os Parlaentos do Yemen do Norte e do Yemen do Sul aprovaram o projecto conjunto da Constituição, que suscitou críticas dos grupos fundamentalistas islâmicos, que boicotaram o referendo.

A nova Constituição deverá entrar em vigor em Maio do próximo ano.

MORATÓRIA NUCLEAR

A Associação Internacional de Médicos para a prevenção da guerra nuclear propôs uma moratória de todos os testes nucleares até que termine um estudo sobre as consequências a longo prazo de tais experiências para a saúde e o meio ambiente.

A Associação denunciou o risco de tais experiências e afirmou que os ensaios nucleares provocarão até ao ano 2000 a morte por cancro de 430 mil pessoas em todo o mundo.

A Associação Internacional adiantou haver novas provas, segundo as quais os residentes em zonas próximas a lugares onde se efectuaram ensaios estiveram expostos a doses de radioactividade excepcionalmente grandes. Referiu ainda que os Estados Unidos são o país que mais ensaios nucleares realiza a nível mundial, cinco vezes mais que a URSS.

OMS CONDENA ISRAEL

A Organização Mundial de Saúde condenou o governo judaico pela contínua degradação das condições sanitárias nos territórios árabes ocupados.

Numa resolução aprovada por 90 votos contra 2 (dos EUA e de Israel), deplora-se a situação sanitária destes territórios, gravosa para as condições de vida da população e que compromete o futuro do povo palestino.



Grã-Bretanha

Mais uma derrota dos conservadores

A Grã-Bretanha é uma sociedade de profunda e chocante diferenciação económica, e também de significativos contrastes sociais

O Partido Trabalhista britânico venceu as eleições parciais realizadas a semana passada em Monmouth, no País de Gales, o que representa a quinta derrota consecutiva dos conservadores em eleições parciais.

Huw Edwards, o candidato trabalhista, obteve 39 por cento dos votos do eleitorado, enquanto o candidato conservador, Roger Evans, se ficou pelos 33 por cento, apesar de se tratar de uma zona que os conservadores à partida considerariam eleitoralmente segura.

Em sondagem efectuada a nível nacional, quando da realização destas eleições locais, e publicada pelo semanário «Observer», conclui-se que o Partido Trabalhista britânico tem uma vantagem de quatro pontos sobre os conservadores. Concretamente, os trabalhistas recolhem 42 por cento das intenções de voto, mais dois pontos que em Abril, os conservadores 38 por cento (menos dois), os liberais democratas 16 por cento (mais 2) e os verdes 2 por cento.

Entretanto, o primeiro-ministro John Major continua a ter uma popularidade superior à do dirigente trabalhista Neil Kinnock. O que muito terá a ver com as ambiguidades da política

trabalhista e o novo estilo do actual primeiro-ministro conservador, que introduziu algumas alterações significativas na política promovida por Thatcher.

Face a estes resultados eleitorais, prevê-se o adiamento das eleições gerais para o Outono ou mesmo para o próximo ano, exemplo concreto de uma forma de viciação da expressão da vontade popular (as eleições realizam-se no momento que mais convém às forças no poder). Um facto a somar a outro, particularmente gritante: o escrutínio maioritário em uma única volta confere a maioria absoluta na Câmara dos Comuns a um partido que não ultrapassou, desde 1979, 43% dos votos expressos.

A necessidade de mudanças parece entretanto impor-se. Thatcher pôde, ao longo dos anos, ignorar a situação de terrível miséria em que vive cerca de um terço da população britânica, com o cínico argumento de que se tratava de gente que se automarginalizava e que demonstrava incapacidade de trabalhar. Isto numa fase em que outros sectores da população (a sociedade dos dois terços...) vinham a melhorar as suas condições de vida.

Mas agora que a crise é denunciada pelo próprio patronato e que a socie-

dade dos «dois terços» se vê seriamente abalada, a situação torna-se substancialmente diferente.

É significativo que, para dois terços dos entrevistados na sondagem publicada no «Observer», o serviço nacional de saúde constitua a principal preocupação do momento, seguida da educação e do desemprego.

Desemprego que não

pára de subir. Segundo as estatísticas oficiais o desemprego voltou a agravar-se em Abril, pelo 13.º mês consecutivo, atingindo 2 175 100 pessoas, o que representa 7,6 por cento da população activa. Trata-se da mais elevada taxa de desemprego no país desde 1988.

A herança de 10 anos de thatcherismo é bem pesada.

A herança do thatcherismo

«Esta recessão, que é a causa de tantos sofrimentos, é a consequência da má gestão económica do Governo». São palavras do presidente do «Institute of Directors», associação do patronato britânico. Palavras que podem ser surpreendentes partindo de quem partem, mas que na verdade resultam das próprias conclusões do relatório trimestral sobre economia da «Confederation of British Industry» (CBI, a principal organização do patronato), em que se constata que actualmente apenas uma em cada três empresas trabalha a pleno rendimento (a pior situação nos últimos oito anos). Uma realidade que muito terá a ver com o incremento da especulação financeira, nomeadamente virada para o estrangeiro.

Mas se o patronato britânico se ressentia da recessão (duas vezes mais grave que a que se regista no plano mundial), para a generalidade da população, para os trabalhadores, as consequências são frequentemente dramáticas.

O quadro socioeconómico da Grã-Bretanha é impressionante.

O desemprego aumenta mais rapidamente que em qualquer outro período dos últimos 20 anos: o número de desempregados ultrapassou em Março os 2 milhões (pela primeira vez desde 1987) e o relatório da CBI prevê um total de 2.750 000 desempregados até ao fim do ano. A produção de produtos manufacturados está em regressão pelo 9.º ano consecutivo. Este ano registou-se um número record de falências, devido particularmente às elevadas taxas de juro. O déficit na balança de pagamentos duplicou. Em 1990/91, 60 000 famílias ficaram sem casa por impossibilidade de continuar a pagá-la. Um número crescente de famílias não chega sequer a conseguir qualquer habitação.

É um balanço esmagador de dez anos de thatcherismo que se caracterizaram, simultaneamente, por uma política claramente antidemocrática: centralização dos poderes, medidas dirigidas contra os direitos sindicais e contra a autonomia local, alargamento da censura na rádio e televisão, monopolização da imprensa.

PCP saúda AKEL

O AKEL (partido comunista de Chipre) obteve um significativo resultado nas eleições realizadas domingo passado em Chipre — 30,6 por cento dos votos e mais 3 lugares no Parlamento — o que o coloca como vencedor neste processo eleitoral, de par do Partido Conservador (DISY), que alcançou 35,8% dos votos.

Congratulando-se com estes resultados, o Secretariado do CC do Partido Comunista Português enviou ao CC do AKEL, a seguinte mensagem:

«Queridos camaradas,
«Calorosas felicitações pelos resultados eleitorais do AKEL, confirmando o papel determinante e insubstituível dos comunistas na luta do povo trabalhador cipriota pelo progresso social e por um Chipre unido, pacífico, livre e soberano».

Coreia do Sul

Manifestações em todo o país

Centenas de milhar de pessoas manifestaram-se este fim-de-semana por toda a Coreia do Sul, na maior acção de protesto antigovernamental desde Fevereiro de 1988, quando o actual presidente Roh Tae-Woo ascendeu ao poder.

Estudantes e trabalhadores paralisaram a capital e as principais cidades do país. Um movimento de protesto que já passou por mais de sete imolações pelo fogo.

O movimento popular contra o governo foi deto-

nado pelo espancamento mortal de um estudante pela polícia, em fins de Fevereiro, assinalando ainda o 11.º aniversário da revolta popular de Kwangju, em que morreram cerca de 200 pessoas, vítimas da repressão. Na verdade insere-se num crescendo movimento que exige profundas reformas políticas e económicas.

Comentando os acontecimentos, o dirigente da oposição, Kin Dae-Jung, afirmou que o presidente Roh Tae-Woo enfrentará uma crise política «sufocante» se

rejeitar as reivindicações de reformas radicais no país.

«A agitação política continuará se o presidente rejeitar as nossas reivindicações», declarou Jung, numa manifestação realizada em Taejon.

Kin Jung exigiu que o governo cesse a sua prática de opressão e seja formado um novo executivo para concretizar reformas democráticas e salientou que as manifestações irão continuar até que sejam aceites as exigências da oposição, incluindo a libertação dos

presos políticos.

Em causa também — num movimento popular que já se desenvolve há mais de dois meses — a política externa do governo de Seul, a sua vinculada dependência, nomeadamente militar, dos Estados Unidos, como obstáculo maior à reunificação da Península.

Ainda recentemente — e a juntar à realização, também este ano, dos exercícios militares «Team Spirit 91», com os EUA — registou-se um novo incidente, em torno da exigência de a

Coreia do Norte aceitar a inspecção nuclear internacional. Em encontro com a imprensa, Li Jong Gu, ministro da Defesa sul-coreano, ameaçou: «se o Norte não aceitar a inspecção nuclear internacional, atacaremos de surpresa as suas instalações nucleares, enviando um destacamento de choque para as destruir».

Note-se que a República Popular Democrática da Coreia afirma que a questão da inspecção nuclear só se coloca depois da assina-

tura do Tratado de Não Proliferação Nuclear, tratado que ainda não foi assinado porque «os Estados Unidos ameaçam com armas nucleares a soberania e segurança do nosso país», conforme se afirma em declaração do porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros da RPDC, que sublinha — «o que resta é criar o ambiente e condições reais para a assinatura do acordo de segurança nuclear, e este prolema só poderá ser resolvido entre nós e os Estados Unidos».

Violação sistemática dos direitos humanos

A violação sistemática dos direitos do homem é prática corrente da política do governo de Seul, contra a qual se levanta hoje um massivo movimento popular.

No relatório sobre a situação dos direitos do homem em 1990, a Amnistia Internacional refere que centenas de coreanos estão presos por razões de ordem política, e milhares como militantes sindicais. São nomeadamente acusados de ter participado em manifestações, ou ainda de ter tentado contactos com o

Norte ou exprimido qualquer forma de simpatia em relação à República Popular Democrática da Coreia.

Entre Maio e Agosto de 1990, milhares de professores foram presos por terem participado em reuniões pacíficas e outras acções pelo seu direito de constituir um sindicato. O regime de Roh Tae Woo declarou ilegal o «Chongyo-jo», sindicato nacional dos professores, e acusou os seus dirigentes de tentar introduzir nas escolas uma ideologia esquerdista e tentar alterar «o sistema democrático do país».



Kwangjju, em Maio de 1980

Palestinianos manifestam-se nos territórios ocupados

Dia 20, os palestinianos dos territórios árabes ocupados realizaram uma greve geral e manifestações de rua em memória do massacre de há um ano, quando sete trabalhadores da faixa de Gaza foram mortos a tiro pelos soldados israelitas.

O assassinato destes palestinianos, ocorrido em Rishoi Lezion, arredores de Tel Aviv, em Maio de 1990, verdadeiro massacre em que outros palestinianos ficaram feridos, suscitou então uma onda de protestos nos territórios ocupados.

Os palestinianos relembram hoje, com esta acção de luta, a situação de repressão que se mantém, talvez ainda agravada na sequência da guerra do Golfo.

Uma situação que mais que nunca se impõe superar como justamente foi lembrado nestes dias pelo secretário-geral da Liga árabe num apelo à comunidade internacional para que tome «medidas efectivas para a aplicação das resoluções das Nações Unidas sobre a questão palestiniana». Em comunicado alusivo ao «aniversário da fundação do Estado de Israel», celebrado no passado dia 15 de Maio, o secretariado da Li-

ga afirma que a paz e a estabilidade a que o Médio Oriente aspira «só poderão ser alcançadas se forem realizadas as esperanças legítimas do povo palestiniano à liberdade e independência».

A Liga árabe indica ainda que a edificação do Estado palestiniano, com capital em Jerusalém, deverá ser conduzida pela OLP, «o único representante legítimo do povo palestiniano».

Um objectivo que corresponde aos mais elementares direitos do povo palestiniano, mas que tem vindo a ser sistematicamente recusado pelo governo de Israel que «persiste em rejeitar» todas as resoluções das Nações Unidas «que afirmam o direito do povo palestiniano a autodeterminação e à edificação de um Estado independente na terra da sua pátria com Jerusalém como capital».

Entretanto, a intensa actividade diplomática que se tem vindo a desenvolver ainda não conduziu a resultados palpáveis, embora, na opinião de Nabil Amr, embaixador da Palestina em Moscovo, existam neste momento «grandes possibilidades para se sair do imobilismo e para começar a tomar medidas de proce-

dimento em relação ao processo de paz».

A resolução do problema palestiniano torna-se tanto mais premente quanto a guerra do Golfo agravou a já difícil situação dos palestinianos, nomeadamente no Koweit onde, com a generalidade das populações estrangeiras, têm vindo a ser selvaticamente perseguidos.

O julgamento do primeiro grupo de pessoas, acusado de «colaboração» com as forças de ocupação iraquiana, dão um pálido testemunho do que têm representado as perseguições aos estrangeiros. Basta referir que um homem acusado de envergar uma «T-shirt» de Saddam Hussein no dia em que as forças do Iraque foram expulsas do país, foi condenado a 15 anos de prisão. E os advogados de defesa, muitos nomeados na altura, afirmaram que o julgamento não é justo, porque as provas e testemunhas não foram apresentadas publicamente.

Entretanto, em fase anterior, a situação foi ainda bem mais dramática. Na sequência de uma missão de inquérito de 18 dias no Koweit, a organização de Nova Iorque de defesa dos

direitos humanos — «Homme Middle East Watch» —, concluiu que mais de duas mil pessoas tinham sido vítimas de arbitrarias acções de represália, depois da libertação do país em 26 de Fevereiro. Entre elas, dezenas ou mesmo centenas foram assassinadas e os seus cadáveres mutilados lançados nas bordas das estradas.

Os testemunhos das vítimas coincidem na responsabilidade directa ou indirecta das autoridades do emirato, e é difícil dar crédito ao argumento de falta de controlo sobre a situação, quando a lei marcial foi imposta logo após o regresso do emir do exílio.

Acresce que muitas vezes são bandos do tipo paramilitar que patrulham as ruas e organizam execuções arbitrarias. Algumas vítimas referem a presença de gente fardada entre os torturadores e são os soldados que levam os cadáveres para os bairros palestinianos, depois do anoitecer.

Os povos da região foram a grande vítima da guerra e uma paz sólida não será possível sem a adequada resolução de problemas humanos e sociopolíticos básicos, como os dos povos palestiniano e curdo.

Uma situação insustentável

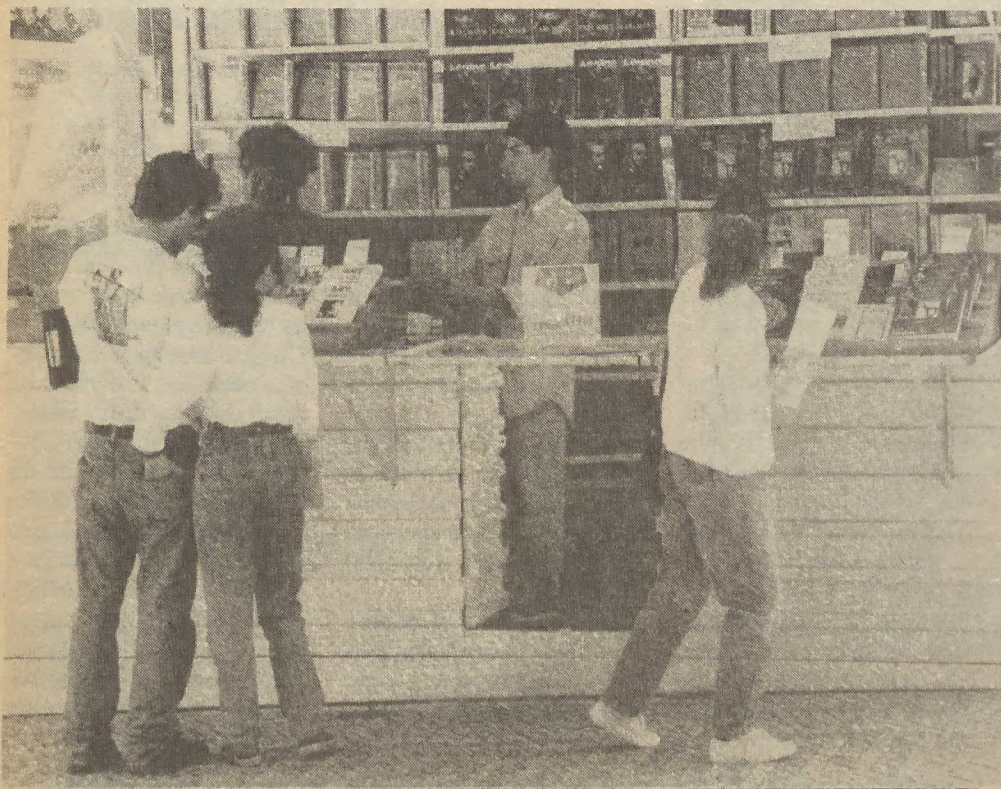
Repressão, isolamento, pilhagem e espoliação das terras — é esta a situação imposta, há já mais de 23 anos, aos palestinianos da Cisjordânia e da faixa de Gaza, sob ocupação militar israelita.

A Palestina ocupada foi cortada do resto do mundo, durante quase dois meses, no início deste ano. Desde o começo da guerra do Golfo, os ocupantes impuseram, a partir de 13 de Janeiro, o recolher obrigatório. Um milhão e meio de pessoas ficaram assim na prática presas nas suas casas.

Desde que foi lançada a iniciativa americana para uma «solução» do conflito israelo-árabe, no início de Março, Tel-Aviv acelerou o seu programa de colonização das terras palestinianas. Na Cisjordânia, cerca de três quintos do solo passaram a propriedade do Estado de Israel, desde o início da ocupação, no Verão de 1967. O departamento de Estado americano indicava, em relatório de 20 de Março, apresentado ao Congresso, que o número de israelitas instalados nos 200 colonatos implantados nos territórios ocupados, cresce à média de 10% ao ano e atinge hoje as 225 000 pessoas, ou seja 13% da população total da Cisjordânia, de Gaza e do Golá sírio. 3000 emigrantes judeus da URSS já se encontram na Cisjordânia e 5800 em Jerusalém Oriental. Há actualmente 90000 colonos judeus na Cisjordânia em 150 instalações, ou seja mais 10000 que há um ano atrás. 40000 colonos mais que em 1984. Em Jerusalém-Leste, cuja anexação por Israel em 1968 foi numerosas vezes condenada pela ONU, os colonos são cerca de 120 000.

Os habitantes da Palestina ocupada não têm quaisquer direitos. Na sua maioria (à excepção dos que tinham nacionalidade jordana ou egípcia à data da ocupação) não gozam de qualquer cidadania. Estão submetidos à administração do exército ocupante.

No decurso dos últimos 20 anos, um em cada dois palestinianos esteve preso. A maioria é encarcerada em campos de detenção — sem inculpação nem julgamento — por períodos de seis meses indefinidamente renováveis. Actualmente cerca de 15 mil pessoas encontram-se nestes campos, vítimas de maus tratos e frequentemente de torturas.



Vamos à Feira do Livro?!...

Abriu a Feira do Livro de Lisboa na sua 61.ª edição, um empenho editorial sempre rejuvenescido em cada Primavera que chega. A frase parecerá eventualmente ortorrómbica pela repetição do que pode ser o conceito deste certame maior do livro em Portugal, mas nem por isso deixa de ser verdadeira ao ponto de ser exacta. Ora tomem. E sobretudo ora tratem lá de ir ao Parque Eduardo VII onde, até 10 de Junho, têm à disposição a maior, mais diversificada e módica oferta do mercado livreiro português, com resposta, se não para todas as bolsas (que a desgraça é o que se sabe), pelo menos para todos os gostos. E só ver livros já é isso — um gosto.

É claro que neste empenho em prol do livro e da cultura há cambiantes suficientes para balizar o contraste primário do tudo ou nada, como seja, no caso, a franca disponibilidade da

generalidade das editoras (pesem embora os diferentes níveis de envolvimento), em contraste com o (apesar de tudo) surpreendente desprezo manifestado este ano pelo Governo para com este importante certame a recusar — na prática e através da incúria protagonizada pela Secretaria de Estado da Cultura perante as solicitações dos organizadores — estar presente como lhe compete.

Mas não sublinhemos o negativo e abordemos o que vale a pena. A Editorial Caminho, por exemplo, cujo empenho na divulgação e publicação de autores portugueses lhe grangeou um lugar imbatível no plano editorial nacional, a par de uma cuidada e operativa intervenção no campo dos autores estrangeiros. E a Editorial «Avante!», com a edição reconhecidamente cuidada de obras e autores que só errática e imprecisamente afloram no panora-

ma editorial nacional, nomeadamente sobre teoria política, social e económica, a par de obras de comunistas portugueses e de autores que abordam a luta e a resistência. Neste certame da Feira do Livro a Editorial «Avante!» apresenta como grande novidade a edição do 1.º Tomo de «O Capital», dirigida por José Barata-Moura e Francisco Melo — uma obra (única) para especialistas e leitores exigentes.

Quanto à Editorial Caminho, e segundo o seu director de Promoção e Relações Públicas, José Pedro Soares, apresenta três pavilhões onde sobressai o lema da editora «Dar a Palavra aos Autores Portugueses», editando «porventura dos mais conhecidos e universais autores portugueses contemporâneos», pano de fundo donde emerge a publicação de novidades significativas como alguns livros da colecção universitária

(onde constam autores como Oscar Lopes, Helena Buesco, Daniel Sampaio ou Hélder Coelho), ou da colecção poesia (tão abandonada editorialmente, pelos riscos económicos que acarreta) com títulos, por exemplo, de Ramos Rosa, Paulo Teixeira e Isabel de Sá, entre outros.

E por aí fora. Nas áreas de ensaio, narrativa e romance a Caminho apresenta novidades de — também só a título de exemplo — Isabel Barreno, Mário de Carvalho, Maria Judite Carvalho, Olga Gonçalves, para além da edição de autores consagrados, com a publicação de obras completas, como as de José Saramago e Manuel da Fonseca (este último assinalando os seus 50 anos de actividade literária, com a reedição de todos os títulos publicados). No campo da música surgem as obras de Fernando Lopes-Graça, enquanto se (re)apresenta

Bernardo Santareno, a obra de Alves Redol — com destaque particular — a obra completa de Sophia de Mello Breyner Andersen. Quanto à literatura estrangeira, destaque para as sempre surpreendentes colecções «Caminho de Bolso» e «A Terra Sem Amos», esta última lançando novidades como «Valalapi» e «Cronicando», de autores moçambicanos, e o início da publicação da obra completa de Graciliano Ramos.

Na área da literatura infanto-juvenil a Caminho continua a dar cartas (se assim se pode dizer), dispondo já de 13 colecções de grande prestígio, duas outras que vão ser novidade («Labirinto» e «Leituras», esta de autores italianos), enquanto na área juvenil a Caminho guarda para o dia 31 deste mês (Dia da Criança) a apresentação do seu original «Clube Jovem de Leitores».

por lá andava de blocos, máquinas, microfones e câmaras em punho à caça do evidente pitoresco — enquanto a população de Lisboa aproveitava a ocasião quer para beber um copo, quer para levar uma garrafinha para casa (ou quatro, ou cinco, ou seis, conforme os bolsos disponíveis...), olhando com evidente simpatia esta original forma de luta desencadeada pelos produtores de várias zonas do País, com o apoio da Confederação Nacional de Agricultura (CNA).

Estacionando inicialmente no lado oeste da praça, frente ao ministério da Agricultura, a camioneta do vinho iniciou aí a sua acção de protesto distribuindo pela multidão os panfletos que explicavam a razão da luta, igualmente comunicada através da instalação sonora: crise brutal no sector, com oito milhões de hectolitros nas adegas à espera de escoamento, enquanto se especula com as importações de vinho espanhol de má qualidade e que até acaba por ser engarra-

Olhai o vinho no Paço!

Como protesto contra a política no sector, os vinicultores despejaram zurrapa espanhola no Terreiro do Paço. A resposta oficial foi uma multa de sete contos...

O vinho escorreu no Terreiro do Paço, em Lisboa, desedentando a multidão e chamando a atenção para a grave crise que afecta o sector. Foi na passada segunda-feira, às três da tarde, quando muitas dezenas de vinicultores vindos de quase todo o País protagonizaram uma acção inédita ao despejarem frente ao Ministério da Agricultura um enorme barril de zurrapa espanhola, enquanto ofereciam aos lisboetas o bom vinho português.

A iniciativa atraiu a Comunicação Social — que

fado com rótulos de marcas nacionais». A responsabilidade pela situação é toda assacada ao Governo que, ao liberalizar desnecessariamente as importações (na presunção de fazer baixar os preços ao consumidor, o que não se verificou) e ao deliberar um baixíssimo preço de intervenção para queima (entre 46\$00 e 48\$00, quando podia ir a um valor, negociado com a CEE, de 68\$00), mergulhou o sector em crise gravíssima, com milhares de produtores endividados por uma colheita que não ven-

praça, com a multidão a «cortar» caminho na diagonal e a cercar de imediato o veículo, mal estacionou. Uma floresta de braços, onde as garrafas de vinho de marca de várias zonas «deslizavam» ininterruptamente da camioneta para a voragem da multidão, fazia as delícias dos fotógrafos e esgotou, com alguma rapidez, o «stock» inicial. Alguns miravam os rótulos e circundavam piscadelas de olho de apreciador, outros emborcavam primeiro e confirmavam depois, meaneando satisfações à leitura da garrafa. Deslizando entre a multidão, os oportunistas do costume afastavam-se à sorrelfa com três garrafas na mão e quatro despontando dos bolsos, mas a generalidade estava ali para beber nas calmas e perceber o que se passava. «O copo de três é mais português» foi a palavra de ordem que assinalou a passagem da garrafa para o garrafão, que os atarefados vinicultores não paravam de emborcar para os copos que se estendiam. Um vinicultor de Manique do Intendente, que nos ofereceu um copo de tinto no meio da conversa em que estávamos, recordou que «foi um alfaiate que começou a revolta de Lisboa, e isto ainda não é nada!». Outros confirmaram que sim senhor, aquilo ainda não era nada, «a gente assim não pode ficar e, se for preciso, ainda despejamos aqui é uma data de jericãs de vinho!».

Depois regressou-se ao local inicial, frente ao Ministério da Agricultura, onde se procedeu à segunda parte da acção: o despejo de 500 litros de zurrapa espanhola para o asfalto do Terreiro do Paço enquanto a multidão, que continuava a beber vinho português do bom, gritava para as portas do Ministério, onde nenhum responsável quis re-

deram e, por isso, com o futuro imediato fortemente comprometido.

«Falta o petisco, senhor ministro!»

Para a distribuição do vinho a camioneta deslocou-se para o lado nascente da



A distribuição e oferta gratuitas de vinho português de qualidade tinham à espera uma multidão bem disposta, cuja disponibilidade para a pinga e ouvir as queixas dos vinicultores agradou, particularmente, ao «palato» dos fotógrafos



A zurrapa espanhola inundou o asfalto do Terreiro do Paço para gáudio da multidão, obviamente sensibilizada pelas razões apresentadas pelos vinicultores; quem não se moveu foi a autoridade competente, cuja expressão se resumiu à imposição de uma multa de sete contos por... poluição da via pública

beber os manifestantes: «Falta o petisco, senhor ministro!»

E faltava o próprio ministro, que há 10 meses se recusa a receber a CNA e

cujo secretário de Estado afirmou à noite, no telejornal do canal dois, que só o podia fazer «quando Bruxelas agora também decide quem é ou não representativo no nosso país...»

contm inscrita a maioria dos agricultores portugueses). Portanto Bruxelas agora também decide quem é ou não representativo no nosso país...

Quanto às reacções oficiais ao protesto dos vinicultores, resumiram-se a uma multa de sete contos por... sujarem as ruas!

H. C.

Embora de Opinião Pública Tribunal condena Governo

«No seguimento dos depoimentos aqui produzidos, o Júri deste Tribunal de Opinião Pública dá como provada toda a matéria do libelo acusatório e delibera, por unanimidade, considerar o Governo PSD/Cavaco Silva e o grande patronato culpados da violação dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, no âmbito das seguintes matérias aqui em julgamento: precarização do emprego; horários de trabalho; direitos colectivos dos trabalhadores; privatizações; Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho; degradação do poder de compra dos trabalhadores; discriminação sobre mulheres e jovens».

Esta conclusão do júri culminou cinco horas de sessão do Tribunal de Opinião Pública organizado pela DORL do PCP e reali-

zado em plena praça do Rossio, em Lisboa, na passada semana, para julgar a actuação do executivo do PSD em matéria sociolaboral, atraindo muitas centenas de cidadãos que, ao longo dos trabalhos, seguiram com evidente curiosidade a meticulosa desmontagem da demagogia governamental nesta matéria, bem como a análise e condenação dos processos utilizados pelo Governo no que chama a «dinamização da economia», com um gravíssimo cortejo de despedimentos, falências, desemprego e restrição aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

O excerto da parte final da sentença, que passamos a transcrever, é elucidativo da actualidade desta iniciativa:

(...) «Neste contexto, o

Tribunal aqui reunido condena veementemente a política laboral e social do Governo e do grande patronato; exige o abandono do novo Pacote Laboral e outra legislação de igual na-

tureza cuja aprovação e vigência significaria o agravamento do quadro ora traçado e recomenda o recurso a todos os meios constitucionais e designadamente as próximas eleições, com

vista a impedir a ofensiva denunciada, a degradação da situação e defender a consolidação do regime democrático nas suas vertentes política, económica, social e cultural.»



A produção e os factores

«A crise da agricultura portuguesa é estrutural», disseram-nos os dirigentes da CNA João Vieira (presidente desta Confederação) e o engenheiro José Mesquita, numa conversa que mantivemos no Martinho da Arcada já no final da manifestação e com uma equipa de televisão a adejar por ali na filmagem de um «documentário turístico», ainda não tinha arrefecido o clamor dos vinicultores no Terreiro do Paço (mas isso, com certeza, não é para mostrar na CEE).

Pormenorizando, o engenheiro José Mesquita apontou o peso dos factores de produção como um dos elementos mais gravosos na nossa agricultura, explicando: «Se Bruxelas considera que a nossa agricultura é, com a da Grécia, a mais atrasada da Comunidade, como se justifica que os principais factores de produção sejam dos mais caros da Europa, nomeadamente os combustíveis, a electricidade, os pesticidas, os juros de capital, os cereais para rações e a mecanização?»

Entretanto o Governo português não toma as medidas necessárias para a defesa dos interesses dos nossos agricultores nem, sequer, preserva convenientemente a nossa agricultura nas instâncias da CEE. A sua visão está inteirinha na afirmação do secretário de Estado da Agricultura proferida recentemente em Elvas e dizendo que «Portugal manda e a CEE comanda», o que, segundo João Vieira, é de muito mau augúrio para a agricultura portuguesa porque a política agrícola da CEE aponta para uma forte contracção, como se ilustra com o exemplo de França, onde se pretende eliminar 75% das explorações agrícolas, ou seja, passar de um milhão de explorações para 250 000. Isto enquanto a CEE importa 20% dos produtos agrícolas que consome. Qual é o pano de fundo disto tudo? Ainda segundo João Vieira, a explicação está no facto de serem os EUA que comandam a CEE, impondo que em cada cinco hectares produzidos nos Estados Unidos, dois sejam «despejados» na Europa.



Seis notas sobre as eleições

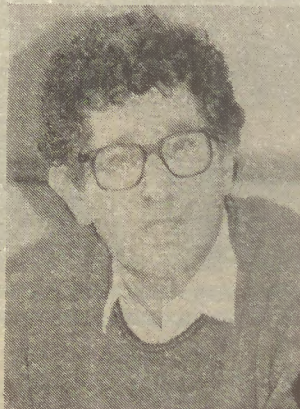
1 A Televisão — totalmente colocada ao serviço da propaganda eleitoral do PSD — difunde todos os dias para todo o País a imagem de um governo super competente e infalível que só não fez tudo o que havia a fazer porque é preciso continuar lá depois de Outubro para acabar o que falta.

Estamos em vésperas de eleições e o Governo, sempre com a TV à trela, atarefa-se a inaugurar o que já deveria ter inaugurado há 5 ou 10 anos e multiplica-se a anunciar o que irá inaugurar daqui por 5 ou 10 anos. É agradável para milhares de pessoas saberem, por exemplo, que dentro de alguns anos poderão fazer a viagem de Lisboa ao Porto em 2 horas. Sem dúvida. Mas estou em crer que tal promessa não serve de mínima consolação às dezenas de milhar de pessoas que, hoje, por culpa da incapacidade dos governos PSD, demoram 2 horas, todas as manhãs, para ir de casa ao emprego. Todavia, estas são verdades que não só não devem ser ditas como devem ser silenciadas para não manchar a imagem do Chefe. Porque, como se sabe e se vê, este Governo tem um rosto, o rosto do Chefe que a TV reverencia e exalta segundo o jeito e os modos utilizados sempre que de Chefes se fala.

Estamos em vésperas das eleições e o Governo, sempre com a TV à trela, atarefa-se a inaugurar o que já deveria ter inaugurado e a anunciar o que irá inaugurar.

zem ter feito e na superioridade da sua política em relação aos restantes países da CEE. Neste aspecto, a acreditar no que diz o Chefe, estaríamos quase, quase no pelotão da frente. Ora a verdade é que:

1.º — o Governo não só não fez tanto como diz como o que fez foi regra geral em benefício dos que já eram os mais beneficiados e utilizando métodos e processos de afrontamento da democracia. É assim que após mais de uma década de PSD no Governo — e apesar da conjuntura externa particularmente favorável — os grandes problemas (habitação, saúde, ensino, transportes) continuam por resolver e a agravar-se; as desigualdades acentuaram-se; aumentou a pobreza; a insegurança de emprego é maior do que nunca; a violação dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos — que aparece como factor intrínseco da política de Cavaco Silva — atinge graus nunca verificados após o 25 de Abril.



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

elevados aumentos de preços. O pelotão de que Cavaco Silva fala é assim um pelotão que, naquilo que é essencial, circula na contramão dos caminhos dos outros países da Comunidade.

4 Quando algum atrevido ousa contestar a verdade absoluta decretada pelo Chefe ou por qualquer das suas fotocópias reduzidas, a TV não está lá... e com este silenciamento das opiniões discordantes visa universalizar a verdade absoluta. Se, por lapso, a opinião discordante logra escapar ao espesso lápis azul da TV, logo é montada a operação necessária para repor a indiscutível verdade.

Há tempos, Luís Miguel Cintra produziu pertinentes apreciações críticas à política da SEC. Por um dos tais lapsos da nova censura nacional (que é uma espécie de ramo luso da nova censura internacional) a crítica chegou a todo o País, isto é: passou na TV. O escândalo foi enorme; as palavras de LMC foram consideradas como se se tratasse do «obviamente, demito-o» de há 33 anos e, como então, organizou-se a tradicional romagem de desagravo.

Assistimos na TV ao lamentável espectáculo de 4 pessoas do Teatro a entregarem ao SEC, em seu nome e de mais uns quantos colegas, o apreço, a admiração e o muito obrigado pela boa política da SEC em prol do Teatro. O Chefe e o seu SEC ficam assim ligados à pior

representação de sempre de alguns dos subscritores do desagravo.

5 Uma das consequências — e não a menos grave — da prática política e governativa do PSD é a da difusão e valorização de um modelo de ética pragmática suportada pela tese do primado do dinheiro. Os valores laranja impelem à crescente banalização da indignidade. Tudo vale a pena se o preço for alto. A feira da ladra de compra e venda de consciências e ideias a que estamos a assistir é exemplar do apodrecimento de consciências fomentado por uma década de mistificação, manipulação e mentira.

Difundindo amplamente a ideia de que voltará a ganhar as eleições o PSD despoletou o processo de corrida ao ouro. E aí estão os modernos garimpeiros estendendo as sôfregas e ávidas mãos ao volumoso «cachet». E fecham-se os negócios.

Creio todavia que, mesmo pondo de parte a questão da dignidade e da ética enviadas às urtigas, não fazem bom negócio: nem o comprador nem os vendidos. Por isso mesmo.

6 Imagine-se que o secretário-geral do PCP tinha prerrogativas que lhe permitiam interferir na elaboração das listas para as legislativas impondo uma dada percentagem de nomes por si escolhidos e (decidindo imperativamente) colocando-os nos lugares que muito bem entendesse.

Imagine-se que ele utilizava essas prerrogativas contra a vontade expressa de várias organizações regionais do Partido. Imagine-se ainda que, sempre usando as tais prerrogativas, o secretário-geral alterava as decisões aprovadas pela C. Política e impunha as suas. Se tal acontecesse teríamos que ler quilómetros de prosa sobre a ausência de democracia interna no PCP, e por aí fora.

Acontece que o que acima é descrito constitui uma realidade não no PCP — onde as listas foram e estão a ser formadas na base de uma ampla auscultação de opiniões e do respeito por essas opiniões — mas no PS. E acontece que a única crítica até agora feita a estes métodos (que são os do PS) foi, estranhamente, dirigida ao PCP.

Numa recente reunião de um órgão dirigente do PS — onde a profundidade do debate deve ter sido notável a avaliar por transcrições de intervenções várias, género: «dou-lhe dois bananos» ou «chama lá os bois pelos nomes» — um dirigente daquele partido, criticando a forma como estão a ser constituídas as listas do PS, sentenciou que «o processo de elaboração das listas foi um exemplo de centralismo democrático no PS». Trata-se de óbvio equívoco. O método utilizado pelo PS tem, sem dúvida, tudo de centralismo mas nada ou quase nada de democrático. Se o autor da afirmação quiser puxar um pouco pela inteligência verificará que o que distingue os dois tipos de centralismo, de facto existentes no PCP e o PS, é precisamente isso: centralismo democrático e centralismo só.

3 Todos os dias, Primeiro-Ministro, ministros, secretários de Estado e afins falam no muito que di-



lvãvva

Autonomia do Poder Local

Uma forte razão para regionalizar

De 1976 até hoje podem distinguir-se três frases no processo de regionalização. A primeira fase, de 1979, abrange do I ao V Governo pós-Constituição («PS/sozinho, PS/CDS, Nobre da Costa, Mota Pinto e Lurdes Pintasilgo») e caracteriza-se pela total omissão da regionalização nos respectivos programas. A segunda fase, de 1980 a 1983, abrange os Governos da AD.

No VI Governo (Sá Carneiro) anuncia-se um debate público e um Livro Branco sobre a regionalização. É editado um Livro Branco sem nenhum debate público, em véspera de eleições. Nos VII e VIII Governos (Balsemão), a regionalização ganha destaque no discurso, sendo mesmo uma das quatro prioridades do VIII Governo. É neste período que é feito um arremedo de debate (as célebres reuniões para os gravadores) falando o Governo em «caminho da regionalização do país» e em «reforço consciente e responsável do Poder Local». A dinâmica aparente não escondeu a falta de vontade política. Contudo identificaram-se melhor os riscos, definiram-se posições e clarificaram-se algumas ideias.

A terceira fase, de Abril de 1983 até hoje, tem como pano de fundo a integração de Portugal na CEE. O IX Governo (Bloco Central/Mário Soares) ignora a regionalização e inventa a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional para preparar a gestão centralista dos apoios e fundos comunitários. O X Governo (PSD/Cavaco Silva minoritário) recusa qualquer desenvolvimento da regionalização e cria o Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT), que entrega a Velente de Oliveira, vindo da CCR do Norte. O MPAT, projectado como um super-ministério, deveria gerir os fundos e realizar e controlar centralizadamente o Plano.

Ao invés do Governo, a Assembleia da República em que a posição era maioritária e por iniciativa da Comissão respectiva, na altura presidida pelo camarada João Amaral, promove a discussão da regionalização, com consultas às Assembleias Municipais.

Ao XI Governo (PSD/Cavaco Silva maioritário) já não é possível silenciar a regionalização no seu programa. Mesmo assim, limita-se a considerar uma proposta de lei-quadro, envolta em invocações de ponderação e de faseamento indefinidos.

A recusa da regionalização e o claro objectivo de manobrar centralizadamente a integração na CEE estão bem patentes nestas palavras de Cavaco Silva em Fevereiro de 1989:

«Face ao desafio de 1992, será que nos próximos anos nós poderemos gastar energias em complexos processos que podem criar divisões entre portugueses, que podem criar bairrismos exacerbados, que podem criar conflitos de competências entre diferentes níveis de administração?»

A Assembleia da República debate agora a Lei-Quadro. Será que iremos entrar na nova fase que levará à criação em concreto das regiões administrativas?

Mesmo na óptica do PSD e porque se estarão a alterar rapidamente algumas das circunstâncias determinantes do total bloqueamento do processo, julgo que se pode responder pela positiva. 1993 aproxima-se. A crise do Vale do Ave é uma ameaça evidente a apontar à fragilidade com que iremos enfrentar o Mercado Único.

O impacto inicial dos fundos comunitários vai passando. Os resultados do primeiro ano do Quadro Comunitário de Apoio não são animadores. O aumento da percentagem de aproveitamento dos fundos só é possível subvertendo o princípio essencial da redução das assimetrias, pois quem tem mais meios financeiros é que conseguirá sacar mais dinheiro.

O Governo sabe que o futuro, mesmo com a «estabilidade» PSD, não é a caminhada triunfal que propagandeia. Adivinham-se complexos e graves problemas sociais que irão rasgar a demagogia das aparências cavaquistas e pôr a nu a crueza dos desequilíbrios agravados pelo crescimento e pela concentração capitalista em curso.

Num quadro destes, o calculismo político da direita será levado a considerar as regiões como úteis escudos protectores do Governo se, aparentando ceder algo, consigam precaver à partida o risco de perder o controlo da situação.

É isso que o Governo intenta fazer com a sua proposta de Lei-Quadro, ao atribuir ao Governador Regional o estatuto de polícia governamental da região.

Sem uma efectiva descentralização, que implica a regionalização e o fortalecimento do Poder Local, continuaremos num processo limitado de calculismo e de eleitoralismo, isto é, num processo bloqueado.

De entre os argumentos aduzidos pelos que estão contra a regionalização retenhamos dois dos mais frequentes:

- o dos perigos de esvaziamento que as futuras regiões significarão para o poder local;

- o do peso das estruturas e das orgânicas dos serviços das regiões.

Relativamente ao carácter viciado dos que apontam o risco de esvaziamento do «municipalismo» pelas regiões, anote-se apenas que são os eleitos das autarquias locais que defendem e reclamam com insistência a criação das regiões. E fazem-no tanto a título individual, como nas decisões colectivas assumidas desde sempre pelas respectivas Associações Nacionais (ANMP e ANAFRE).

Os eleitos locais de todas as forças políticas não são ingénuos, nem incautos. São pessoas experientes que conhecem bem o centralismo ingerente do Poder Central e o esforço redobrado, mas com eficácia relativa, que hoje é exigido a muitos deles na execução de tarefas que terão de competir às regiões. Concebemos as regiões como espaço de diálogo equilibrador do relacionamento democrático entre os níveis central e local, com acrescida participação das autarquias nas decisões que permitam dar resposta à crescente intermunicipalidade dos problemas.

As duas questões do esvaziamento do «municipalismo» e do peso e dimensão dos serviços das regiões, ligam-se às atribuições e competências das futuras regiões, e sobretudo à forma como estas irão ser exercidas.

A Constituição da República Portuguesa é explícita no seu Art.º 257.º — «As regiões administrativas são conferidas, designadamente, a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios no respeito da autonomia destes e sem limitação dos respectivos poderes.»

No Art.º 258.º indica-se que compete à região a elaboração dos planos regionais e a participação nos planos nacionais que, sem prejuízo de serem coordenados pelo Governo, devem ser feitos de forma descentralizada.

O plano, o planeamento e a orgânica de planeamento surgem como o núcleo das competências.

A diversos títulos e até por razões contraditórias, a CEE veio dar nova importância ao planeamento. Recordemos apenas, como exemplo, que não há Quadro Comunitário de Apoio sem Plano de Desenvolvimento Regional. O protagonismo da região no planeamento — responsabilidade do planeamento regional, participação no nacional e colaboração no municipal — implica que a região detenha as competências necessárias à execução dos planos na sua área.

Em linguagem eurocrática, defendemos que o princípio da subsidiariedade seja aplicado com clareza e extensivamente. A região deve ir buscar à Administração Central tudo o que possa ser tratado com vantagem para as populações a nível regional. Este

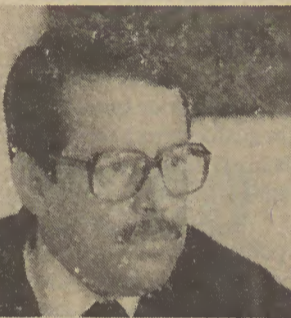
princípio obriga a dar racionalidade e a harmonizar as várias circunscrições administrativas existentes no país e a redistribuir atribuições numa clara delimitação entre os diferentes níveis de poder.

O elenco das competências a deter pelas regiões pode não ser transferido de uma só vez. Pode ser evolutivo, porém na base de calendário a fixar pela Assembleia da República e a cumprir pela Administração Central. Todo o processo tem que garantir um papel de relevo ao planeamento municipal, liberto então da sujeição e da ratificação central, e intimamente ligado ao planeamento regional. O próprio exercício das alargadas competências que devem ser atribuídas às regiões é desiderato que não colide, antes exige um fortalecimento significativo das capacidades de intervenção das autarquias locais.

Criar regiões administrativas não é sinónimo de implantar novos Terreiros do Paço, nem de instalar aparelhos pesados e permissíveis ao caciquismo, ao compadrio e à corrupção.

Desde logo e em primeiro lugar porque multiplicar é diferenciar — existindo apenas a Administração Central é mais fácil gozar de imunidade, até por ausência de quadro comparativo.

Em segundo lugar, porque a repartição e o politicismo do poder dará



DANIEL BRANCO
Suplente do Comité Central
Presidente da Câmara de V.
F. de Xira

acrescidas razões para se imporem, até pelo contraste, as administrações honestas e dedicadas aos interesses das populações.

Em terceiro lugar, porque existe experiência e capacidade potencial no país facilmente estimulável para cumprir o que competirá às regiões sem necessidade de construir aparelhos administrativos pesados.

Se concebermos o exercício das competências das regiões na base de contratos-programa, a região não carece de montar serviços e orgânicas de execução no terreno. Bastará aproveitar e fortalecer a capacidade de intervenção dos municípios, das Associações de Municípios e das empresas municipais e intermunicipais que urge criar.

Com uma muito maior capacidade de intervenção dos municípios e das freguesias, concretizável a muito mais baixo custo do que montar novas máquinas administrativas e executivas, daremos expressão concreta a mais uma das modernidades em voga — pensar global, agir local — ou seja, como desde há muito defendemos, planear integrado e executar descentralizado.

Apenas para as funções de coordenação geral e para os domínios em que não for possível assegurar a execução a nível local é que seriam necessários serviços próprios da região e eventualmente empresas regionais dinâmicas e com estruturas ligeiras.

Num quadro de transparência e de igualdade de oportunidades e no respeito pelo princípio Constitucional da não redução da autonomia dos municípios, não é de recusar que áreas da actual competência das autarquias possam ser melhor geridas, de modo integrado, a nível da região.

Também aqui pode funcionar o contrato entre o local e o regional, com obrigatória expressão de vontade de todos os intervenientes.

As autarquias locais não têm que recear as regiões e estas não necessitam de aparelhos pesados e burocráticos. É possível, mesmo indispensável, que a regionalização e o fortalecimento da capacidade de intervenção dos municípios e das freguesias assumam igual importância num projecto político coerente de incremento da participação popular no processo de decisão democrático e na prossecução descentralizada do progresso.

As autarquias locais não têm que recear as regiões e estas não necessitam de aparelhos pesados e burocráticos

A democracia ameaçada pelo complexo mediático-industrial

Meia dúzia de meses bastaram aos EUA para dar forma a uma coligação de 30 países e obter no Conselho de Segurança da ONU o sinal verde para uma guerra que destruiu o Iraque, custou mais de 50 mil milhões de dólares e fez centenas de milhares de vítimas. Essa guerra, publicamente desencadeada com o objectivo de libertar um pequeno país, o Kuwait, com menos de 700 mil cidadãos, foi justificada em Washington e na maioria das capitais europeias com o argumento de que era necessário preservar princípios sagrados do direito internacional.

Estamos perante uma regra? Não.

Há quase um quarto de século Israel ocupou pela força das armas a Cisjordânia, Jerusalém-leste, a faixa de Gaza e Golan e não foi constituída coligação alguma para libertar esses territórios. Nada aconteceu. A Turquia invadiu Chipre há 17 anos e ocupa ainda um terço do território daquela ilha. Nada se passou e pouco se fala do assunto.

A indiferença de largos sectores da opinião pública internacional perante essas situações e outras similares (Timor Leste, Granada, Panamá) somente pode ser entendida se a disparidade de critérios for analisada na perspectiva da relação cada vez mais complexa existente entre a informação, os mecanismos das sociedades modernas e a democracia.

A manipulação da opinião pública atinge níveis alarmantes. Mas apenas uma minoria ínfima da humanidade toma consciência desse processo de perversão das consciências e do que ele significa.

Um escritor alemão, Hans Magnus Enzensberger, num ensaio intitulado «O analfabeto secundário», tentou definir o homem típico do final do século nos países industrializados cujo comportamento social é modelado pelos *media* (*).

Esse indivíduo desinteressante sabe ler e escrever. Pode mesmo ter um diploma universitário. Mas tornou-se um sub-homem. «A perda de memória que o afecta não o faz sofrer. A sua falta de obstinação torna-lhe as coisas fáceis; aprecia a sua incapacidade para se concentrar e olha como vantagens a sua ignorância, a sua incompreensão de tudo o que acontece».

Esse «analfabeto secundário» é, no dizer de Enzensberger, o produto de uma nova fase da industrialização, um ser condicionado pelo que ouve e vê na televisão.

* * *

Está por fazer a avaliação do efeito que a atitude dos grandes *media* teve no comportamento de centenas de milhões de cidadãos dos países industrializados nos meses que precederam a guerra do Golfo e durante o conflito. Sondagens recentes revelam, porém, que somente uma pequena parcela se apercebeu da gravidade e profundidade do processo manipulatório.

A edição de Maio de mensário «Le Monde Diplomatique» dedica umas oito páginas ao tema, alertando os leitores para uma contradição que justifica o qualificativo de angustiante. Sem uma informação res-

ponsável e livre não pode haver democracia. Mas a engrenagem mediática hoje existente nas grandes democracias ocidentais, intimamente ligada ao Poder, mas com uma capacidade decisória cada vez mais determinante, gerou uma situação tal que o funcionamento da democracia é pervertido e inviabilizado pela própria informação.

A guerra do Golfo confirmou que o controlo da consciência dos americanos e de grande parte dos europeus se fez com êxito, contrariamente ao que havia ocorrido durante a guerra do Vietnam.

As ideias-*slogans*, preparadas nos laboratórios políticos, foram difundidas com muita habilidade pelo sistema mediático numa articulação harmoniosa com a Casa Branca e os chefes militares. Primeiro falou-se da guerra Como de uma operação de polícia, uma intervenção cirúrgica limpa, fulminante, que provocaria poucas vítimas. Saddam Hussein foi erigido em encarnação do diabo. A exigência da libertação do Kuwait pelas armas foi imposta como grande causa da humanidade. Num delírio analógico, foram desenterrados fantasmas de Munique e os defensores de uma solução negociada viram-se acusados de capituladores e amorais. A guerra, proclamava-se de Washington a Londres, não era apenas necessária, pois se impunha como imprescindível para a preservação de valores eternos. Santa hipocrisia!



MIGUEL URBANO RODRIGUES
Jornalista, deputado do PCP

Do petróleo falava-se o menos possível. Depois, ao ficar transparente que o bombardeamento inicial (selvático) não provocara a rendição imediata e incondicional do autocrático senhor do Iraque assistiu-se a uma mudança no processo manipulatório. O poder do inimigo (já então fortemente reduzido) foi muitíssimo ampliado. O mito do quarto exército do mundo passou a ser *slogan* banal e a coligação de três dezenas de países enaltecida como vitória da Humanidade. O Iraque emergiu na desinformação mediática como totalidade, sem linha divisória entre o ditador (émulo de Satanás) e um povo de 17 milhões de habitantes que foi o alvo e a vítima da guerra.

A guerra do Golfo confirmou que o controlo da consciência dos americanos e de grande parte dos europeus se fez com êxito.

Nos EUA e nos países da CEE o movimento de piedade envolveu Israel, atingido por uma dúzia de mísseis; mas quase não houve lamentações pela morte de centenas de milhares de civis iraquianos e a chacina das tropas de Saddam foi praticamente ignorada quando elas retiravam do Kuwait após a aceitação das Resoluções do CS da ONU.

O «New Yorker» foi um dos poucos jornais dos EUA que alertou o povo para uma realidade que não incomodava a consciência dos americanos. Lembrou à nação que as festas da vitória «não tomaram em conta a situação catastrófica que as tropas norte-americanas deixaram atrás delas». Qualificando de inconvenientes essas alegres celebrações, sublinhou que elas «banalizam uma tragédia humana de proporções quase inconcebíveis».



EM FOCO

O processo manipulatório prosseguiu, leviano e diversificado, com o tratamento dado pelos **media** (especificamente a televisão) aos sangrentos conflitos internos que no Iraque se seguiram ao fim da guerra. Tanto os choques no Sul como o levantamento dos curdos no Norte foram o resultado de iniciativas norte-americanas planeadas com minúcia. O estímulo veio dos EUA. Muitos milhares de pessoas morreram. Os EUA estavam apenas empenhados em criar condições para o derrubamento de Saddam. O objectivo não foi atingido. Os mortos xiitas e sunitas e a tragédia das comunidades curdas foram então olhados pelos estrategistas da Casa Branca e do Departamento de Estado como coisa sem relevância histórica...

Hoje pode-se afirmar que em momento algum George Bush aceitou a ideia de um futuro Estado curdo. A defesa da perigosa e inaceitável tese do **direito de intervenção** (que em Portugal empolgou a direita ultramontana e muitos camaleões da política) serviu no fundamental para ampliar a implantação norte-americana num país já destruído pelos EUA.

Em Washington não se ignora que a grande maioria dos curdos vive na Turquia onde como minoria constitui quase um quarto da população daquele fidelíssimo aliado.

Tom Wicker, um veterano do «The New York Times», sintetizou os perigos do processo manipulatório, aperfeiçoado nesta guerra, ao escrever: «Bush e os militares conseguiram controlar tão bem a informação que puderam dizer à opinião pública unicamente o que queriam que ela soubesse. Pior ainda, a imprensa e o público aceitaram largamente que somente fossem publicadas informações seleccionadas.»

Tudo o que poderia contribuir para suscitar dúvidas sobre a justa moral da guerra contra o Iraque — em temas tão diversificados como as declarações de Jesse Jackson no regresso de Bagdad e as imagens da grande manifestação pacifista de 26 de Janeiro na capital — foi omitido ou subalternizado. É sintomático que o povo norte-americano não tenha praticamente sido informado dos protestos populares que se sucederam no Japão e na Espanha.

É do domínio público que nos EUA os **media** não falam de Timor-Leste. O Panamá é também assunto esquecido, com excepção dos aspectos folclóricos relacionados com o tráfico da droga. Isso não obstante a agressão norte-americana ter provocado três mil mortes. Não há igualmente protestos contra a presença de 36 mil soldados turcos em Chipre.

Poucos telespectadores norte-americanos consideram que Israel tenha pedido à Casa Branca para o ano corrente uma ajuda a fundo perdido de 13 mil milhões de dólares (o pagamento pela **paciência** de Telavive durante a guerra do Golfo). O cidadão comum, de Filadelfia a San Francisco, acha natural esse absurdo.

Porquê comportamentos tão diferenciados, por vezes antagónicos, na passividade e na emotividade, daqueles que nos anos 70 eram comuns no povo dos EUA?

Para os entendermos é indispensável conhecer minimamente a estrutura, o funcionamento e a estratégia do aparelho mediático moderno, ou seja a indústria da informação.

*
**

No seu último relatório sobre a comunicação social no mundo, a UNESCO lança uma advertência: «O factor que mais do que qualquer outro modificou a base económica dos **mass media** foi a fusão de empresas de **mass media** com outros sectores da indústria da informação através de um processo de racionalização e de concentração no qual as grandes firmas, os grupos e as transnacionais se envolveram amplamente.»

Nessa engrenagem são três as componentes fundamentais: os **media**, como indústria do conteúdo, a indústria dos serviços e a indústria dos equipamentos. O papel que o conjunto desempenha na economia mundial e o seu peso nas grandes opções políticas que marcam o rumo da Humanidade são a cada ano maiores, mais decisivos.

O triângulo EUA-CEE-Japão é, naturalmente, hegemónico. Das 300 principais empresas ligadas à comunicação social 144 são norte-americanas, 80 euro-ocidentais e 49 japonesas. O volume de negócios do sector excedeu, em 1986, 1185 mil milhões de dólares (aproximadamente 198 mil milhões de contos), 551 produzidos por firmas americanas, 267 da CEE e 253 do Japão (?). Desde então o negócio cresceu muito.

Segundo Ricardo Petrella, da Universidade belga de Louvain, 65 a 70% do mercado mundial será antes de findo o século dominado por um pequeno grupo de empresas transnacionais. E nesse núcleo será decisiva a palavra dos gigantes da comunicação. Os pequenos países sofrerão naturalmente mais as consequências da hegemonia exercida no campo da informação (entendida esta **lato sensu**) por empresas mais poderosas do que a maioria dos Estados.

Até que ponto esse poder das transnacionais da indústria da comunicação vai influenciar a vida quotidiana e modelar as futuras gerações?

Não é tema para ser abordado num artigo como este. Mas a questão é fascinante e assustadora: Michael Krepon, num estudo publicado pela revista «Foreign Policy», escreve sobre o assunto, comentando a invasão do sector

educacional por empresas tão **respeitáveis** como a Siemens e a Philips: «Nas nossas sociedades não é difícil imaginar o momento em que a elaboração de programas e a sua tradução pedagógica, bem como as suas explicações práticas poderão escapar aos poderes organizativos tradicionais, aos responsáveis pelo ensino e aos professores — em benefício de um reduzido número de transnacionais e de poderes transnacionais privados cada vez mais poderosos.» (1)

Inquietante? Sim.

A rapidíssima e desequilibrada concentração de saber sob controlo de um punhado de gigantescas empresas gerou uma ambição desmedida — orientada para a conquista do lucro e de mais poder como metas absolutas, o que configura uma ameaça para a Humanidade.

Por si só, o domínio dos satélites artificiais como instrumentos privados de colecta e difusão de informações emerge, dia a dia, como fonte de um poder novo, quase mágico, incontrolável pelos governos.

*
**

Os EUA, apesar das muitas mazelas sociais e das monstruosidades decorrentes do sistema são ainda uma sociedade na qual a vida dos cidadãos é regida por instituições democráticas, independentemente da sua forma de funcionamento.

A guerra do Golfo levou muitos intelectuais norte-americanos a interrogarem-se, inquietos, sobre as perspectivas de continuidade dessa situação. Estará ou não ameaçada no país de Jefferson a liberdade individual, alicerces do

regime ideado no século XVIII pelos **pais da Pátria**?

A vitória militar e política alcançada na guerra contra o Iraque põe fim à síndrome vietnamita que atingia dezenas de milhões de norte-americanos. Mas a conquista do apoio popular foi obtida mediante processos que suscitam legítima preocupação.

Sob alguns aspectos, as técnicas de propaganda de Goebbels aparecem hoje como velharias inocentes ao lado das empregadas pelos mais altos responsáveis do Estado americano, em estreita colaboração com os cérebros do complexo mediático-industrial.

A propaganda tende a destruir, quando absolutizada, tudo o que toca e envolve. Manipulatória e trituradora, como foi a utilizada na guerra do Golfo e no seu rescaldo, acaba por ameaçar mortalmente a democracia, ao reduzi-la a mito sem valor, a um **slogan** sem vínculo com o real, a uma abstracção separada da Terra dos homens.

Nos areais do Golfo onde o amor pelo petróleo fez esquecer o respeito pela Humanidade, a propaganda torrencial e agressiva em suposta defesa do direito internacional acabou por golpear e destruir o próprio direito internacional quando este foi guindado a mito. Pierre Guislan recorda em «Le Monde Diplomatique» uma verdade inquietante: a propaganda que utiliza a História destrói a História e a memória dos Homens. A História, então, «torna a farsa ficção» e a memória um fantasma.

(1) in «Mediocrité et folie», Ed. Gallimard, Paris 1991.

(2) in «Relatório sobre a Comunicação no Mundo», UNESCO, Paris 1991.

(3) in «Foreign Policy», n.º 75, Washington 1989.

O poder gigantesco da engrenagem da comunicação

A maioria dos portugueses pensa em aparelhos electrodomésticos quando lê as palavras General Electric, ou contempla o símbolo da empresa.

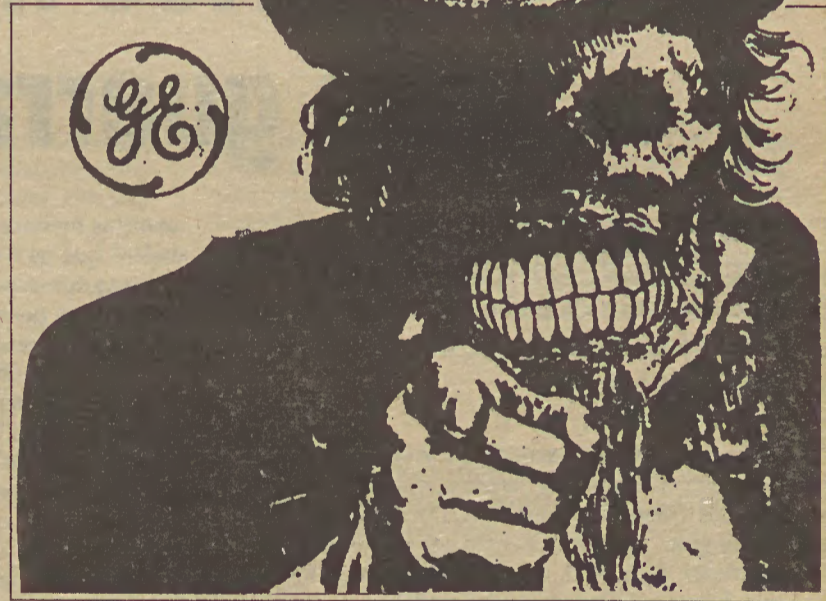
Pouca gente no mundo associa o nome da grande transnacional norte-americana à produção de armamentos. Mas ela cumpre esse papel há muitos anos. A famosa GE é um dos principais fornecedores das Forças Armadas dos EUA.

Que produz ela para o Pentágono? Sobretudo peças sobressalentes. Durante a guerra do Golfo a General Electric assegurou o funcionamento de armas tão sofisticadas como os mísseis «Patriot», os bombardeiros B-52 que actuavam a partir da base espanhola de Morón de La Frontera, o avião-radar AWACS, o satélite espião Navstar, e o avião invisível F 117-A. Sem a GE, os sistemas electrónicos da máquina bélica norte-americana não teriam funcionado de acordo com os planos.

Pergunto: quantas pessoas conhecem entre nós a relação de propriedade existente entre a General Electric e a cadeia de televisão National Broadcasting Corporation-NBC, uma das quatro grandes dos EUA? Certamente poucas. Mas essa ignorância da realidade não altera as coisas: a NBC pertence à GE.

De acordo com as regras do jogo, a GE financia generosamente programas informativos que fazem a apologia da política externa dos EUA. Não se trata de uma excepção. É a regra.

A American Telegraph & Telephone, um gigante da indústria de armas, subvenciona a emissão «Mac Neil Leher News Hour», conhecida pelo seu alinhamento com as posições do Pentágono. A CNN, a ABC, a CBS recebem também anualmente centenas de milhões de dólares sob a forma de subsídios a programas cujo conteúdo é



patrocinado por grandes empresas do complexo militar-industrial. Sem essas fartas receitas publicitárias, o equilíbrio financeiro das quatro cadeias ficaria comprometido.

Os laços entre o mundo dos **media** e os grandes produtores de armas são íntimos, embora por vezes labirínticos.

As maiores indústrias ligadas à Defesa estão representadas por personalidades de expressão nacional nos conselhos de administração dos grupos mediáticos. O resultado dessa rede é um complexo militar-industrial-mediático cuja estratégia informativa coloca a ambição imperial e o lucro muito acima das liberdades.

«The New York Times» e «The Washington Post», os dois órgãos tutelares do **establishment** não constituem excepção. Da direcção do primeiro faz parte o ex-secretário de Estado Cyrus Vance que, por coincidência, é também membro do conselho de administração da General Dynamics, um gigante na

produção de armas, de cujos corpos gerentes saíram para o governo Federal vários secretários da Defesa e pelo menos dois subsecretários...

Na administração da Columbia Broadcasting System encontra-se entre outros eminentes homens públicos o ex-secretário da Defesa, Harold Brown. Robert McNamara, que chefiou o Pentágono durante a guerra do Vietname, integra actualmente a direcção do «Washington Post».

A NBC, tal como outras cadeias televisivas, negou-se a transmitir anúncios da **Infact**, a associação humanitária que apelava a um boicote à General Electric, por esta insistir em produzir armas nucleares (*).

Funciona com inocência o complexo mediático-industrial-militar? Não.

(*) Esta e outras informações sobre o complexo mediático-militar foram extraídas da edição de Maio do jornal «Le Monde Diplomatique».

As visitas do Papa

João Paulo II subiu ao trono pontifício em 1978, mas desde então pouco tempo lá tem ficado sentado. Adotando o princípio do «magistério itinerante», lançou-se pelo mundo em sucessivas viagens nas quais já percorreu, ao que se diz, para cima de 300 mil quilómetros. Poder-se-ia concluir que o actual pontificado motivou uma autêntica «revolução» na rotina no Vaticano, se tivermos presente que a grande maioria dos antecessores de João Paulo II limitou as suas deslocações ao escasso percurso que liga a Praça de S. Pedro e a mansão estival de Castel Gandolfo.

João Paulo II pratica a diplomacia directa. Fala pessoalmente com os homens de Estado e com os grandes potentados da política e das finanças. Dirige-se a multidões imensas que o vêem e o escutam. Faz-se acompanhar, nas suas digressões, por especialistas do Vaticano cujos pareceres têm grande peso nas decisões vitais do governo da igreja. Pormenor este que, em geral, é omitido pelos órgãos da comunicação social. O Papa não viaja sozinho.

As incursões no estrangeiro a que João Paulo II nos habituou revestem-se, pois, de grande significado político e religioso. Embora, é verdade, esta importância seja frequentemente exagerada.

Não é no noticiário local dos acontecimentos oficiais que iremos encontrar as grandes linhas de força que mostram como a igreja católica institucional se move no mundo moderno. Essa indicação só nos poderá ser fornecida pela observação das constantes que permanecem ao longo das viagens papais. Negativas, umas. Positivas, outras. Pelo menos, do nosso ponto de vista.

Em primeiro lugar, num mundo caracterizado por escandalosos desequilíbrios económicos e sociais, as viagens do Papa, tal como têm sido realizadas, requerem cenários de pompa e circunstância incompatíveis com a austeridade evangélica que a igreja aconselha. Há uma

espécie de espectáculo minuciosamente montado e que precede o Papa aonde quer que ele vá, de Jacarta ao Restelo ou do Estádio dos Barreiros a Gdansk. Governos e episcopados nacionais aproveitam estas visitas para realizarem importantes investimentos de prestígio. Os bispos consolidam e alargam os seus poderes, seculares e religiosos. Os governos visitados conseguem um pouco do lastro ideológico de que carecem. Os financeiros sondam as vias de aproximação aos poderosos grupos económicos da igreja.

Como é evidente, a situação assim criada aumenta o peso relativo que as organizações católicas conservadoras possuem no âmbito das igrejas particulares. E, assim, vimos como as vastas responsabilidades do planeamento e concretização da segunda visita de João Paulo II a Portugal foram confiadas, pelo Vaticano, a estruturas como a Opus Dei, os Focolari, o Movimento Apostólico de Schottat, etc. Organizações católicas laicas de linha integrista.

Nesta sua segunda visita, João Paulo II também não tentou contribuir (pelo menos, ao que se sabe) para uma maior aproximação ecuménica.

As viagens do Papa, no entanto, também implicam aspectos positivos, como é natural. E, a primeira de todas elas consiste nos ajuntamentos de enormes massas humanas que se deslocam para escutar o Papa. Independentemente daquilo que João Paulo II disser.

Com efeito, são irrelevantes os exames feitos por quantos atribuem às características pessoais de João Paulo II a natureza itinerante da sua pastoral. Pouco importa que seja ele ou qualquer dos seus sucessores: no mundo moderno, perante as grandes massas de crentes, a igreja está «condenada» a defender a sua doutrina social, de viva voz e em discurso directo.

Desde o Concílio Vaticano II que as homilias e os documentos da igreja têm vindo a melhorar a sua sub-

sistência. Não se trata, já, de textos exclusivamente piedosos. O maravilhoso, o sobrenatural e o teológico continuam presentes, como é natural, na sua essência religiosa e eclesial. Mas os bispos e os papas falam cada vez mais aos homens nas circunstâncias das suas vidas terrenas, nas suas esperanças sociais iludidas e nos males e humilhações que resultam da injusta repartição das riquezas.

Pensamos ter da doutrina social da igreja um conhecimento aceitável. E, naturalmente, não deixamos de discordar de certas interpretações e teses que ela contém. Mas registamos como um grande passo em frente de boa parte da hierarquia ter desistido de ignorar o homem, na sua estatura social, para assumir posições — quaisquer que estas possam ser — perante os dilacerantes problemas das actuais sociedades.

Outras considerações se poderiam fazer em relação a esta segunda visita a Portugal de João Paulo II ou sobre a sua pastoral viageira. Preferimos terminar aludindo ao desconforto com que a igreja portuguesa se confronta com a necessidade histórica do diálogo.

A doutrina social católica prova — e as visitas do Papa também — que as centenas de milhar de espíritos perplexos e crentes concentrados em Fátima, por exemplo, não constituem uma entidade passiva e não questionante. Veja-se o exemplo recente dos povos compreendidos no novo mosaico político europeu.

A igreja portuguesa suporta um peso tradicionalista que ainda não conseguiu alijar. Precisa de compenetrar-se de que o diálogo aberto com todos, sem dogmas e sem estratégias de poder, é exigência do presente e garantia do futuro.

Quem poderá afirmar que esse diálogo não é inevitável?

Jorge André

Cenários imaginários para guerras possíveis

Os comerciantes de armas estão inquietos. É que, com o fim da guerra fria, quase todos os países do mundo estão a reduzir seriamente os orçamentos consagrados à defesa.

Em Fevereiro último, enquanto a aviação americana bombardeava o Iraque, os responsáveis da fábrica de armamentos General Dynamics (GD) encontravam-se em Washington. Propunham então aos oficiais para que se procedesse a um teste da «nova geração de mísseis Cruise», a juntar ao arsenal dos anos 90.

Numa troca de correspondência privada com um responsável da Defesa próximo do Pentágono, os analistas da GD expunham vários cenários de guerras possíveis em que seriam utilizados os novos mísseis, capazes de percorrer uma distância de 3000 quilómetros. A descrição de um destes cenários provocou vivas reacções em Nova Delhi, pouco depois da sua publicação num jornal de Calcutá. O correspondente deste jornal nos Estados Unidos tinha conseguido obter as cópias dos documentos que foram depois divulgados no seu país.

De acordo com o «Calcuta Telegraph», uma grande parte das instalações militares aéreas, navais e nucleares indianas poderiam ser destruídas em tempo record por cerca de 190 mísseis. Objectivo desta ofensiva imaginária: intervir numa eventual crise na fronteira indo-paquistanesa.

Meias-palavras

O Departamento de Estado e a direcção da GD negaram que se tratasse de uma perspectiva séria da política americana. Mas, para os indianos, a simples nomeação desta hipótese ilustra a forma de pensar dos

analistas militares e dos vendedores de armas. A verdade é que os documentos publicados estão sementeas de notas dos responsáveis, a alto nível, sobre os desafios militares do pós-guerra fria. Meias-palavras inquietantes... e não apenas para Nova Delhi.

Fala-se aí nomeadamente dos «conflitos inevitáveis entre inimigos mortais», de explosões sociais catastróficas no Terceiro Mundo, e ainda do aparecimento de «novas potências» que poderiam ameaçar os interesses americanos. Quanto às «novas ameaças», não estariam em causa «um ou outro Estado em particular», mas antes «ameaças gerais à paz».

Lê-se igualmente nos documentos que «a guerra fria garantiu um certo equilíbrio de forças». Actualmente, «deve-se esperar uma acção independente das nações do Terceiro Mundo».

Outros elementos afirmam que a pobreza é «uma causa frequente da crise política». «É o caso em numerosos pontos do globo», acentua-se. Segundo um dos autores destas notas, a crescente dependência dos Estados Unidos em relação às importações significa que «a liberdade de navegação e a estabilidade regional continuam a ser exigência de uma extrema importância».

Hipóteses

Na opinião dos analistas americanos, a posse e presença de mísseis de longo alcance representa uma resposta aos desafios do futuro. Os cenários de guerra considerados visam sobretudo o conjunto euro-asiático e a África. Um de entre eles prevê um conflito maior na Indonésia, em 1993. Segundo as previsões americanas, forças antigovernamentais que incluiriam nomeadamente desertores das forças aéreas e navais, lançariam um movimento insurreccional que iria ameaçar o estreito de Sunda. O presidente Shuarto pediria então ajuda militar americana. A resposta de Washington seria afirmativa, em nome da «liberdade de navegação».

Seria o seguinte o cenário da «ajuda» militar. Uma

unidade militar que se encontrava ao largo das Filipinas «para apoiar Aquino face à ameaça de golpe de Estado militar» destacaria um navio com a missão de destruir a golpes de mísseis os barcos fundeados no estreito, os quartéis-generais dos insurrectos, as bases e as instalações de telecomunicações.

Outra hipótese avançada pelos especialistas da defesa: uma batalha no Mediterrâneo oriental. Esta batalha seria desencadeada na sequência da confirmação por Washington da existência de fábricas de armas químicas em Rabat, na Líbia. Os Estados Unidos ordenariam então à Líbia para desmantelar as suas instalações. Face à esperada recusa por parte de Trípoli, o exército americano lançaria 70 mísseis Cruise de um navio fundeado no Mediterrâneo.

Outra vez o Golfo

Num terceiro cenário, o Irão conclui uma aliança militar com o Iraque. Isto passar-se-ia em fins dos anos 90. Teerão ordenava o encerramento do Golfo a todos os navios provenientes do Koweit ou que se destinassem a esse país. Washington reagia para manter o acesso ao Golfo. Resultado: 173 mísseis Cruise seriam lançados sobre o Irão e o Iraque.

Finalmente Washington prevê, por volta do ano 2001, um conflito aberto entre o Japão e a URSS pelo controlo das ilhas Curilhas. Moscovo tomaria medidas defensivas e reforçaria as suas capacidades de ataque na região. A Rússia declararia as Curilhas zona exclusiva. O Japão ameaça minar as águas. Neste cenário, Tóquio pediria ajuda aos Estados Unidos no quadro do tratado bilateral de segurança. 465 mísseis seriam então lançados sobre objectivos soviéticos.

Trata-se, até à data, de cenários. «Cenários imaginários», sublinham os responsáveis do Pentágono. Mas é deste género de hipóteses, respondem os críticos, que se fazem as guerras.

Jim Lobe
«Libertés»

Um primeiro esboço da Bienal

«Um momento de integração da festa que a arte é, na festa multifacetada que é a Festa do «Avante!». Tal como em edições anteriores, assim se apresenta a VII Bienal de Artes Plásticas da festa, a decorrer este ano em pavilhão próprio na Quinta da Atalaia, estando já a ser divulgado o regulamento para a participação na iniciativa, publicado nesta página.

As obras e as fichas de inscrição de todos os artistas que desejem incluir-se nesta iniciativa devem ser entregues até ao próximo dia 15 de Julho.

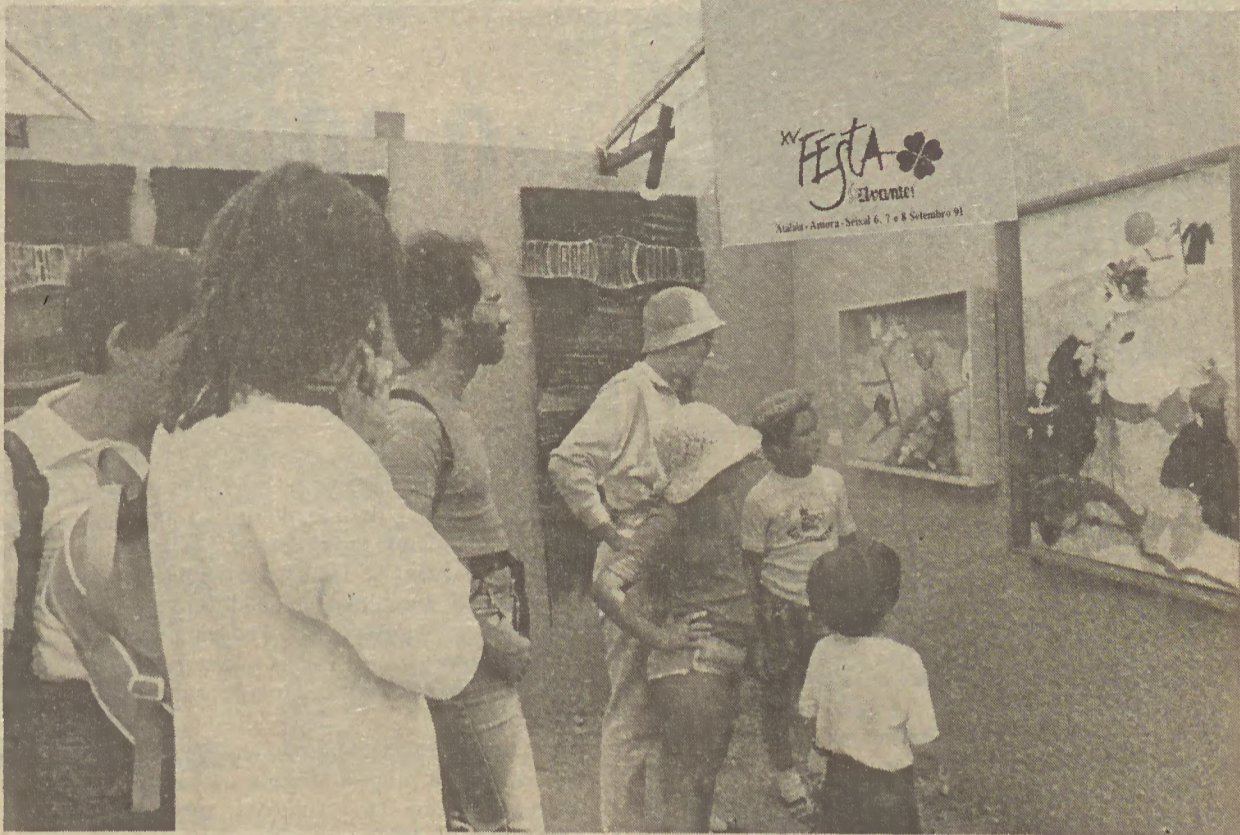
Este é um acontecimento que regularmente se realiza na festa desde 1977. Ao longo do tempo adquiriu características que a levaram a transformar-se numa das mais importantes iniciativas no domínio das Artes Plásticas realizadas no nosso país.

Uma das suas particularidades é o facto de a Bienal juntar num mesmo espaço artistas jovens com artistas já consagrados, representando-se assim algumas das mais originais correntes estéticas nacionais do nosso tempo, a par de outras consideradas já «clássicas», se em «clássico» poderemos falar a propósito da história recente das nossas artes visuais.

Um «primeiro esboço da Bienal» será apresentado à comunicação social e aos críticos de arte na próxima terça-feira, quando a comissão executiva promover às 18 horas e 30 minutos, no café «A Brasileira» um encontro convívio onde será dada uma primeira informação sobre esta iniciativa cultural, que terá lugar em Setembro, na XIV Festa do «Avante!»

Aproveite-se a oportunidade para divulgar os nomes dos membros da comissão executiva: Augusto Canelo, Aurélio Santos, Costa Martins, Fernando Cruz, João Duarte, José João Brito, José Aurélio, Luís Ralha, Manuel Dias, Maria João Franco, Pedro Chorão, Rosa Fazenda, Rogério Ribeiro e Teresa Magalhães.

Para além de outras tarefas, esta Comissão Executiva escolherá os nomes dos artistas a convidar para participar



nesta Bienal e elegerá entre si cinco membros, que com dois representantes dos artistas, irão constituir um júri de admissão para seleccionar as obras de todos aqueles que queiram expor nesta VII Bienal da festa.

Conforme muitos se recordarão, a anterior Bienal, realizada em 1989, na última edição da festa em Loures, teve como motivo central uma homenagem ao pintor Álvaro Perdigão. Mostraram-se mais de cinquenta anos de activi-

dade de um artista que nunca se fixaria num género ou num tema, já que a sua obra foi sempre evoluindo ao longo do tempo. Para os então visitantes da festa terão no entanto permanecido na memória da retina as paisagens, o domínio da luz, o sentir português do pintor.

Para este ano as surpresas começarão a ser desvendadas quando na próxima terça-feira se fizer o referido «primeiro esboço» da Bienal.

VII Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» - o regulamento

1

A Festa do «Avante!» organiza a sua 7.ª Bienal de Artes Plásticas, em pavilhão próprio, na Quinta da Atalaia no Seixal, nos dias 6, 7 e 8 de Setembro de 1991.

A Bienal pretende:

— Proporcionar um lugar de encontro entre a obra de artistas plásticos e um público muito vasto e heterogéneo na sua composição social, regional, cultural e etária.

— Constituir uma homenagem ao trabalho criador dos artistas, uma oportunidade para a irradiação da sensibilidade plástica entre os portugueses, um estímulo à criatividade individual e colectiva, à promoção da criação e da fruição cultural.

— Ser uma mostra de diferentes modalidades técnicas e diversas expressões estéticas das Artes Plásticas. A Bienal procura ser um momento de integração da festa que a arte é, na festa multifacetada que é a Festa do «Avante!».

2

A estrutura da Exposição é da responsabilidade da Comissão Executiva da 7.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!».

3

Para além dos artistas convidados pela Comissão Executiva da 7.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», ela será aberta, nos termos deste Regulamento a todos os que nela queiram participar.

4

Os participantes poderão enviar um máximo de 3 obras, em qualquer das modalidades das Artes Plásticas.

5

A selecção das obras é da responsabilidade de um júri de

admissão, que determinará a sua participação ou exclusão. Esse júri será constituído por:

- 5 membros da Comissão Executiva (eleitos entre si);
- 2 representantes dos artistas participantes (escolhidos entre os mais votados e que aceitem assumir essa função).

6

Os artistas deverão preencher uma ficha de inscrição que se encontra à sua disposição nos seguintes locais:

- **IMARGEM** — Ass. Art. Plásticos/2800 ALMADA
- **A AGA** — Ass. Gravadores/2700 AMADORA
- **VIRAGEM** — Ass. Art. Plásticos
- Tel. 4832186/2750 CASCAIS
- **Sociedade Nacional de Belas Artes**
- Tel. 521293/1000 LISBOA
- **Galeria da Voz do Operário**
- Tel. 862155/1100 LISBOA
- **Quadrante** — Ass. Art. Plásticos
- Tel. 9886835/2670 LOURES
- **Cooperativa Árvore** / Tel. 317235/PORTO

Sedes do PCP

- Rua da Sofia, 73-1.º / Tel. 26677/3000 COIMBRA
- Rua de Aviz, 97 / Tel. 26367/7000 ÉVORA
- Av. António Serpa, 26-2.º Esq.º / Tel. 769147
- 1000 LISBOA
- Av. Boavista, 931 a 937 / Tel. 697948/4100 PORTO
- Av. 5 de Outubro, 47-6.º Esq.º / Tel. 26923
- 2900 SETÚBAL

e ainda em todas as restantes sedes distritais do PCP.

7

As obras e as fichas de inscrição devem ser entregues até **15 de Julho** nas sedes do PCP acima indicadas no Porto, Coimbra, Évora e Setúbal. Em Lisboa deverá ser feita a entrega na Av. António Serpa, 26-2.º esq.º. Eventuais dificuldades de transporte deverão ser apresentadas à Comissão Executiva uma semana antes da data limite de inscrição.

8

Na altura da Exposição será publicado um Catálogo que os participantes receberão gratuitamente. Os artistas devem enviar, juntamente com o boletim de inscrição, uma reprodução fotográfica de uma das obras para eventual apresentação nesse catálogo, até à data limite de 15 de Julho. A comissão organizadora compromete-se à sua devoção.

9

No acto da inscrição os artistas devem declarar o valor das obras para o efeito de seguro e/ou venda. A organização promoverá a venda das obras expostas, conforme a vontade dos artistas, reservando para si uma Comissão de 25% do seu valor. Para efeitos de seguro a nenhuma das obras poderá ser atribuído um valor superior a 800 contos.

10

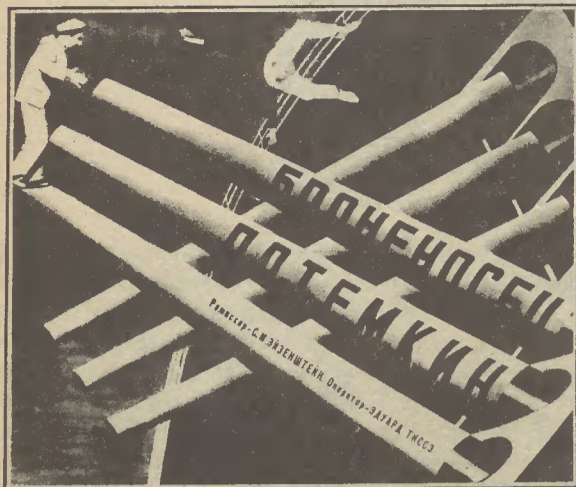
Nenhuma obra poderá ser retirada da Exposição antes do encerramento da Bienal.

11

O levantamento das obras admitidas deverá ser feito pelo próprio ou por pessoa por ele credenciada entre os dias 17 e 31 de Setembro de 1991, nos locais de recepção referidos no ponto 7 deste Regulamento, data a partir da qual a organização da Bienal não se responsabilizará por quaisquer danos que eventualmente se venham a verificar. As obras excluídas devem ser levantadas a partir do dia 12 de Agosto de 1991.

12

Qualquer correspondência poderá ser enviada para: 7.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», Av. António Serpa, 26-2.º Esq.º 1000 LISBOA. ■



O COURAÇADO POTEMKINE

Realização: Serguei Eisenstein

Preto e branco: 1925 - 75 min.

Esta é a história épica de um heróico motim de soldados em Junho de 1905, uma revolta, que é a primeira acção revolucionária de massas dos soldados russos.

A operação dos marinheiros de espírito revolucionário pela tirania dos oficiais, é a causa próxima da tomada de consciência no Couraçado Potemkine.

A tripulação recusa-se a comer a sopa feita com carne estragada. O capitão do navio dá ordens para que os chefes do tumulto sejam fuzilados.

As suas ordens, contudo, não são cumpridas, e o marinheiro Vakulinchuk inicia o motim.

Uma bandeira vermelha é hasteada e ondula durante onze dias. Mas o Potemkine não é apoiado pelos outros navios e é compelido a ir para a costa romena e a render-se às autoridades romenas.

O filme dá-nos o retrato vivo do heroísmo dos marinheiros, a sua solidariedade, disciplina e inseparáveis laços com o povo.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

EISENSTEIN E PUDOVKIN

SERGUEI M. EISENSTEIN sobre «O COURAÇADO POTEMKIN»

«1. O final do filme

(...) O final do filme, rematado pela passagem triunfal do couraçado por entre a esquadra almirante e interrompendo sobre este acorde maior os acontecimentos do filme, encerra em si, exactamente da mesma maneira, a imagem da Revolução de 1905 na sua totalidade.

Conhecemos o destino ulterior do couraçado da história. Ele foi detido em Constança... Depois, devolvido ao governo czarista... Uma parte dos marujos salvaram-se... Mas Matiuchenko, tombado às mãos dos carrascos czaristas, foi executado. Todavia, é certo que seja precisamente por uma vitória que se remate o final do destino do herdeiro cinematográfico do couraçado histórico.

Porque é exactamente assim que a Revolução do ano cinco, ela própria afogada no sangue, figura nos anais da história das revoluções, antes de tudo como acontecimento objectivamente e historicamente vitorioso, como grande percursos da vitória final de Outubro.

E, através desta imagem de uma derrota tratada como vitória, transparece em todo o seu patético o papel dos grandes acontecimentos do ano cinco, entre os quais os acontecimentos históricos do Potemkin não são mais do que um episódio parcial no qual se reflecte a grandeza do todo.

2. Um achado

(Um) achado no local, foi a própria escadaria de Odessa. Considero que a natureza, as circunstâncias e o cenário, no momento da rodagem, e que o material filmado, no momento da montagem, são frequentemente mais inteligentes do que o autor e realizador. (...)

A cena da fuzilaria nas escadarias de Odessa não figurava em qualquer argumento ou planificação preliminar. (...)

É a própria «fuga» (movimento) dos degraus que ajudou a engendrar a ideia da cena e que, pelo seu «vo», inspirou a imaginação do realizador. E parece-me que a «fuga» em pânico da multidão que «voa»

«Tal como a concebo, a obra de arte (pelo menos nos limites dos dois géneros em que trabalho, o teatro e o cinema) é antes de tudo um tractor que trabalha fundo o psiquismo do espectador, numa dada orientação de classe.»

(S. M. EISENSTEIN)



descendo os degraus é a incarnação material dessas primeiras sensações aquando da descoberta da própria escadaria.

Por outro lado, fui ajudado por uma ilustração de uma revista de 1905, projectada nas profundezas da memória, em que um cavaleiro, numa escadaria, envolto em fumaça, fere alguém com o seu sabre...

Como quer que seja, a escadaria de Odessa entrou, como cena-chave, no próprio esqueleto da organização e das leis internas do filme. (...)

(*) S. M. Eisenstein, «Os Doze Apóstolos», in Memórias/Tomo I.



FALAM DAS SUAS OBRAS

VSEVOLOD PUDOVKIN sobre «MÃE»

«(...) «A Mãe» é o meu primeiro trabalho pessoal e quero afirmar que Jutkevich (1) tem razão. Neste filme, eu repeli obstinadamente quer Eisenstein quer a maior parte do que Kulechov (2) me havia dado... Eu caminhava, dizendo: ah! ah! Eisenstein fez um couraçado representar. Pois bem, eu devo, custe o que custar, filmar da mesma maneira — vós pensais, talvez, a mãe?... Não. Um agente da polícia!... Penso que a tendência de que falava Jutkevich era bem forte em mim: a inclinação instintiva pelo homem vivo que eu desejava filmar de todos os ângulos, «penetrar no seu interior» como Eisenstein «penetrara» no seu couraçado.

Lembro-me de qual era o sentimento com que comecei «A Mãe». Isso talvez vos pareça incompreensível, mas sabem por qual imagem começou «A Mãe» dentro de mim? Pela imagem da mãe a ser pisada! Tudo ali se conjugava. Em primeiro lugar, na percepção geral da atmosfera do romance de Gorki e, em segundo lugar, no choque emocional final: a mãe sob os cascos do cavalo.

Se eu tentasse explicar por que é que tal se passou assim, certamente não saberia dizê-lo. Talvez que, neste filme, nesta minha primeira obra, eu tenha querido exprimir muito honestamente, com um entusiasmo muito sincero, tudo o que eu então vivia e queria viver no futuro. Através de tentativas as mais íntimas, as mais profundas, eu queria estar ligado à Revolução. Mas estes laços eram determinados, antes do mais, pelo nível da minha cultura. E isso não ia além de um sentimento de protesto, de ódio, de cólera perante a beleza esmagada... Se o filme resultou foi, parece-me, porque eu exprimi realmente tudo o que eu sentia e porque o fiz com um entusiasmo muito simples. (...) Shkolovsky (3) chamou-me centauro; mas, pessoalmente, penso que eu era um cachorro que tinha uma pata mais curta do que a outra. Não pretendo ser um monstro mitológico — não teria futuro. Mas sei que um cachorro se torna um cão adulto e vivido — e é esse cão que eu pretendo ser. (Risos, aplausos).



Uma última palavra a propósito de «A Mãe». O filme era sincero. Foi uma tentativa de compreender ou (para utilizar as minhas próprias palavras) de amar a Revolução. (...)

* Discurso pronunciado no Colóquio dos Trabalhadores do Cinema Soviético, Moscovo, 1935.

(1) *Sergei Jutkevich*, realizador, encenador, fundador, com Grigori Kosintsev, Leonid Trauberg e Sergei Gerassimov, entre outros, da «Fábrica dos Actores Excêntricos», importante núcleo de experiências vanguardistas no cinema e teatro soviéticos dos primeiros tempos.



(2) *Lev Kulechov*, a par de Dziga Vertov, um dos mais importantes pioneiros do cinema soviético.

(3) *Viktor Shkolovsky*, escritor e crítico cinematográfico soviético. (N. da R.)

sobre S. M. EISENSTEIN e «A GREVE»

(...) Pronunciando-se acerca dos laços que nasceram entre um movimento histórico da amplitude daquele que a Rússia conheceu em 1917 e o seu próprio percurso intelectual e artístico, S.M. Eisenstein declarou: «A Revolução deu-me o que me é mais caro na vida: ela fez de mim um artista... e se a Revolução me conduziu à arte, a arte, pelo seu lado, arrastou-me por inteiro para a Revolução.» (...)

(...) Testemunhas ou actores do processo revolucionário, os filmes procuraram igualmente legitimar 1917, virando-se para o passado czarista e tentando analisar o desencadeamento das lutas que condicionaram a Revolução. «A Greve (1924)», primeira longa metragem de S.M. Eisenstein, representa, deste ponto de vista, um modelo que demonstra como uma greve conduz a uma revolta e determina uma progressão do movimento re-

volucionário. A história, que decorre em 1912, é uma «cine-peça em seis actos» que marca uma viragem no cinema soviético. Quando um filme é capaz de, ao mesmo tempo, evocar um problema social situado num contexto preciso e fazer apelo a processos puramente cinematográficos que fazem evoluir a linguagem e a estética, encontramos, então, perante uma obra plenamente conseguida. «Encontramos o exemplo de uma autêntica metáfora em «A Greve», diz Gilles Deleuze: o grande espião do patrão é, primeiro, mostrado invertido, de cabeça para baixo, as suas imensas pernas elevando-se como dois tubos que terminam num charco de água, no cimo do ecrã; depois, vemos as duas chaminés da fábrica que parece mergulharem numa nuvem. É uma metáfora com dupla inversão, já que o espião é mostrado em primeiro lugar, e mostrado invertido. O charco é a nuvem, as pernas e as chaminés têm os mesmos harmónicos: é uma metáfora através da montagem.» A montagem opõe aqui duas escolas cuja confrontação é rica de ensinamentos que não podem limitar-se à análise cinematográfica: Griffith e Eisenstein retiram cada um da montagem uma imagem do tempo que é contingente à ideologia ou ao sistema de valores e de pensamento da sua sociedade. Ambos estão de acordo quanto à ideia de uma composição ou de uma disposição orgânica das imagens-movimento. A primeira observação que Eisenstein faz a Griffith é a de ele ter tratado a alternância entre homens e mulheres, entre o Sul e o Norte dos Estados Unidos, como se essas partes se diferenciavam das próprias, como fenómenos independentes um do outro. Assim, teria de haver ricos e pobres e não que estes são dependentes de uma mesma causa geral, a exploração social. Eisenstein propõe uma composição dialéctica, estabelecendo, num modo «científico», o desenvolvimento da espiral e o desempenho da montagem, a transformação radical que vai operar-se. «A América não compreendeu a montagem enquanto elemento novo, possibilidade nova, explica ele. A América é honestamente narrativa, ela não «constrói» o seu «potencial educador» sobre a montagem, mas mostra honestamente o que se passa.» (...)



(*) *Christian Delage*, in «Révoltes, Révolutions»

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

O sinal de respeito

Era a barragem maior a maior de Portugal obra de grande valor. Foi lá o Mira Amaral que levava pela mão já se vê, a televisão...

Estava o Mira e não só ele estava este e mais aquele, secretário, industrial, funerário, partidário... Foi um leque muito vário para o discurso eleitoral. Relembro a televisão toda alegre, pois então!

Muita gente, toda a gente... Só não estava o Presidente da Câmara... E o Ministério naquele mesmo momento esclareceu o mistério: Tinha sido «esquecimento»...

Modéstia. Eu dou outro jeito para aquelas mãos vazias: foi um sinal de respeito e amor, pelas autarquias...

«Festa» na Feira

Tem mais um aninho o PSD. Está um latagão! Anafado, gordinho, vejam com ele chupa no biberão...

Pensou comemorar o aniversário e arranjou maneira de compor o cenário: organizou a festa numa feira...

Havia carrosséis sempre a girar farturas e crianças aos gritinhos, circos, palhaços e balões pelo ar barraca de tirinhos...

A feira é uma grande confusão. Tudo se compra ali, tudo se vende uma questão de pilim da CEE ou não.

Festejar numa feira? Até se entende...

O espectáculo da época

No PSD cada qual bichano, bichana dizem mal do Valente e do Santana.

Sobre Falcão e Cunha chovem arremedilhos, zombarias, piadas, trocadilhos.

Quanto ao chefe, a uns poucos satisfaz. Sem dó, assim que ele escorregue, zás!

Do PS cá fora ouvem-se os lesados. Guerreiam-se os possíveis deputados,

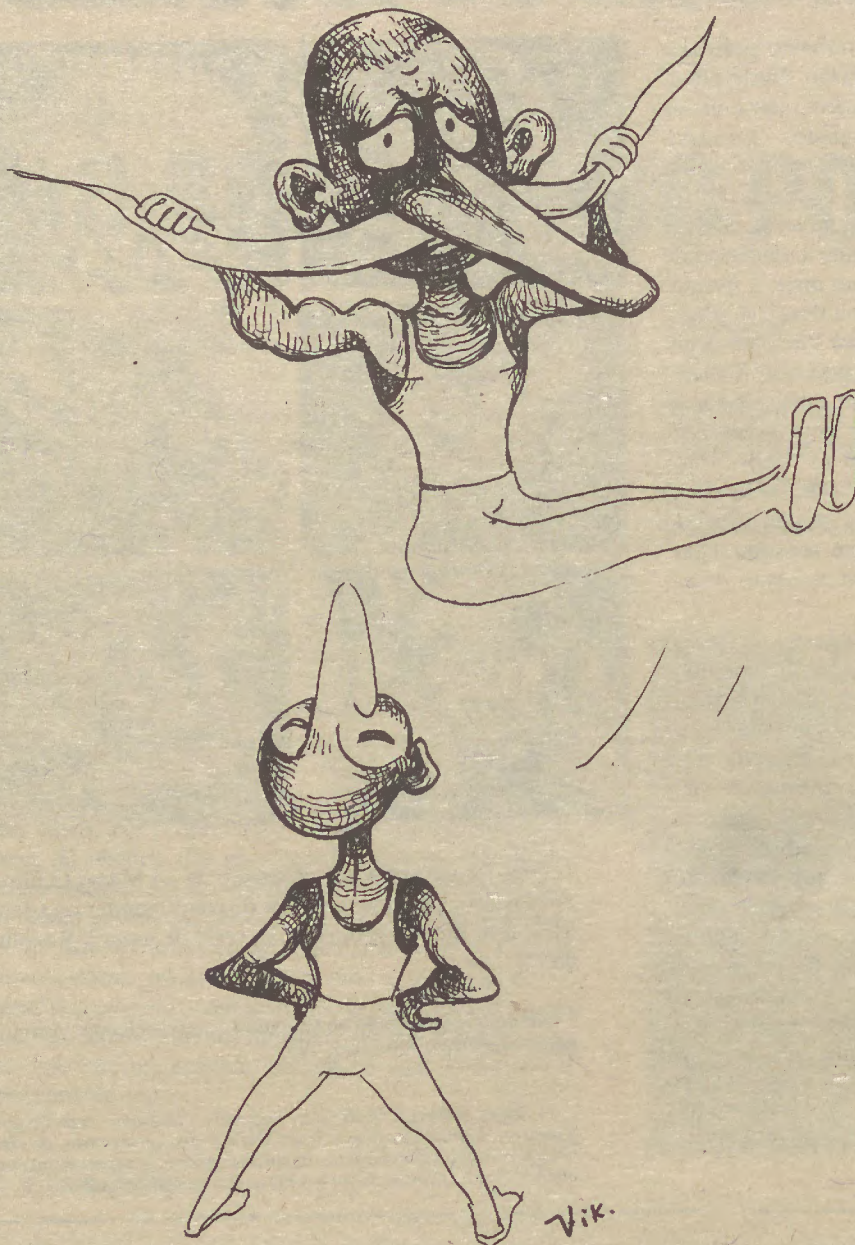
propostas, compadrios, omissões, rancores, afilhados, demissões,

interesses, regiões e ambições, composições, poções de ingratições...

Findou no CDS o tão fingido idílio: demitiu-se o Basílio e o Freitas acusado de todas as maleitas. Brigam ultras, CIP's e emires na cama dos faquires.

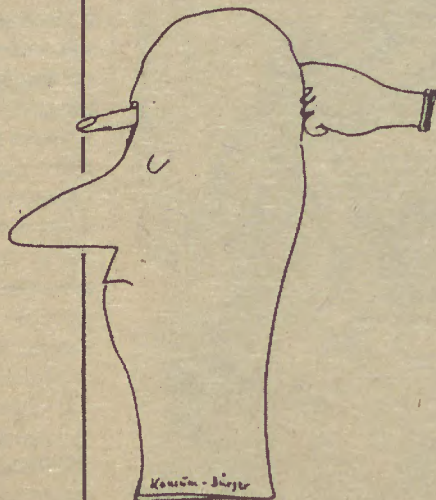
Um espectáculo! Eu cá, usando aquelas vagas, enriquecia — com entradas pagas...

Incrível!



Tamanhos

Segundo consta, a comissão eleitoral do CDS vai ser substituída por uma estrutura mais pequena cuja orgânica será elaborada pelo novo secretário-geral, que, por sua vez, será nomeado no próximo sábado durante o conselho nacional do partido. Embora isto pareça estar tudo ainda um bocadinho no ar, dado que os dirigentes se encontram em pleno esforço de se nomearem uns aos outros, numa coisa o CDS mostra já sagacidade: é na adaptação ao tamanho que a realidade lhe impõe.



Concertos

«Revolta-me que fora das cidades de Lisboa e Porto as populações não possam assistir às estreias teatrais,

de cinema ou concertos por falta de instalações adequadas», proferiu o secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, durante uma visita a Paços de Ferreira, acrescentando, no ardor da revolta, que «já passou o tempo dos gimnodesportivos, agora é preciso dar atenção aos espaços culturais». E, já explodindo, o revoltado secretário de Estado apontou a solução: dentro de cinco anos, cada distrito do País há-de ter a sua orquestra própria. Ainda bem que a revolta lhe deu para ali; assim, ao menos, as populações de Lisboa e Porto e o País em geral — que perderam as suas orquestras sinfónicas nacionais por decisão deste Governo — quando quiserem ir a um concerto sempre podem ir... à província.

Farturas

O Governo garante que o País vai bem, Cavaco Silva apresenta-nos contas da sua prodigiosa governação a mostrar como o progresso nos acometeu e, entretanto, os produtores de vinho vão ao Terreiro do Paço dar o seu produto que ninguém compra e derramar a zurrapa espanhola a que o Governo abriu as portas, enquanto os produtores leiteiros de

Aveiro derramam milhares de litros de leite em protesto contra a política do executivo PSD para o sector.

O que, no fim de contas, só vem dar razão a Cavaco Silva: sob a sua governação, a fatura é tanta que até se tem de atirar fora...

Desbloquear

Gabando-se de, através da sua pessoa, Portugal haver sido «objecto de manifestações de grande estima» por parte de dirigentes dos EUA, o ministro português da Defesa, Fernando Nogueira, exultou igualmente com outra façanha, quiçá mais espectacular, por si praticada durante a visita que está a efectuar aos EUA: conseguiu «desbloquear» a entrega de mísseis portáteis antiaéreos «Stinger» para Portugal. Enquanto estranhámos que uma tecnologia tão sofisticada como a dos EUA deixe bloquear assim coisas do seu próprio fabrico, assinalamos orgulhosamente que foi um português (e ministro!) que conseguiu resolver o problema enquanto o diabo esfrega o olho. Ainda temos muitos mundos a dar ao mundo, essa é que é essa!

frases da Semana

«Seja qual for a solução que sair desta crise, o CDS vai, para mal dos pecados do PSD e do PS, às eleições legislativas, nas quais terá um resultado superior àquele que teve nas últimas eleições, embora as sondagens digam o contrário»

☞ (Martins Borges de Freitas, responsável da JC, ao DN)

«Até há quem entenda que o CDS não ocupa nenhum espaço político...»

☞ (Basílio Horta, em entrevista a O Independente)

«Na minha opinião, mais baixo do que estamos eleitoralmente, dificilmente conseguiremos estar»

☞ (Idem)

«Uma década é pouco na vida de um povo, mas pode marcar indelevelmente o seu futuro. Este programa (Educação para Todos) foi concebido para desempenhar um papel marcante, já que representa o culminar de toda uma obra empreendida no sentido de generalizar o acesso à educação»

☞ (Cavaco Silva, no Estoril, no colóquio sobre «Estratégias de sucesso para todos na escola fundamental»)

«Ninguém pense que o Estado tira do bolso um esquema milagroso para a educação»

☞ (Eduardo Portella, director adjunto da UNESCO, entidade patrocinadora do programa acima referido)

«Só um país congenitamente instável poderá querer substituir um «treinador» com os resultados que Cavaco Silva apresenta. Mas lá está: somos capazes do impossível e incapazes do óbvio»

☞ (António Pinto Leite, no Expresso)

Agenda

com o PCP, com a CDU

A Alternativa
para
um Portugal
Melhor

CONFERÊNCIA
NACIONAL
DO PCP
SOBRE
AS ELEIÇÕES
LEGISLATIVAS

PCP A

26 MAIO
COVA DA PIEDADE
ALMADA

Quinta, 23

No salão nobre da CM do Montijo, debate sobre saúde, a partir das 21.30 horas, com João Camilo (deputado) e Rui Pinhão, no seguimento do Encontro Nacional do PCP.

No CT de Tires, às 21.30, plenário de militantes da freguesia de S. Domingos de Rana.

Sexta, 24

No CT da Av. Duque de Loulé, assembleia da organização de empresas do sector Norte e Centro de Lisboa, com José Soeiro (da Comissão Política, do Secretariado e da CEN do CC), às 19.30.

No CT de Aveiro, às 21 horas, reunião da DO-RAV.

Na Casa da

Cultura de Mosca-vidé, às 21.30, plenário de militantes da freguesia.

No CT do Zambujal, às 21.30, plenário de militantes da freguesia de S. Julião do Tojal.

Às 21.30, plenário de militantes da freguesia de Lousa.

Às 21.30, no CT de Sacavém, plenário de militantes da freguesia, com Vidal Pinto (do Secretariado e da CEN do CC).

Às 21.30, plenário de militantes de Pero Pinheiro, no CT de Fação.

Às 21.30, no CT de Queluz, plenário de militantes da freguesia, com Henrique de Sousa (do Secretariado do CC).

Às 21.30, na Cooperativa de Mira Sintra, plenário de militantes.

Às 21.30, no CT de Forte da Casa, plenário de militantes.

Sábado, 25

Na Sociedade Capricho Setuba-

lense, às 9.30, 6ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal, com Blanqui Teixeira (do Secretariado e da CCCQ do CC).

Na JF de Fiães, às 15 horas, encontro de eleitos e activistas da CDU nas autarquias do concelho de Santa Maria da Feira.

Às 15 horas, na Caixa Económica Operária (Rua da Voz do Operário, Lisboa), 1ª Assembleia da organização da Colina da Graça, com Abílio Martins (do CC).

Às 15 horas, no CT da Ajuda,

plenário de militantes da freguesia, com Carlos Grilo (do CC).

No CT de Rio de Mouro, às 15.30, plenário de militantes da freguesia, com António Cordeiro (do CC).

Às 17.30, no Progresso Clube de Algueirão-Mem Martins, debate com João Amaral (do CC e deputado), vereadores e outros eleitos CDU, inserido na visita que fazem à freguesia.

Às 21.30, na JF de Belas, plenário de militantes da freguesia.

No CT de Terugem, às 21.30, plenário de militantes da freguesia, com António Cordeiro (do CC).

Domingo, 26

Às 16 horas, na Associação Popular do Zambujal, plenário de militantes de São Domingos, Rana e Zambujal.

Terça, 28

Plenário-convívio de reformados do concelho de Sintra, no centro de convívio do Algueirão, às 15 horas.

No CT de Aveiro, às 21.30, plenário de militantes da organização concelhia.

Quinta, 30 (feriado)

No CT de Cascais, almoço e debate, a partir das 13 horas, com Romeu do Rosário (do CC). Inscrições até dia 27, pelo telefone 4866991.

Conferência Nacional domingo, na Cova da Piedade

O PCP realiza no próximo domingo, 26, na Cova da Piedade, em Almada, a Conferência Nacional sobre as eleições legislativas. A iniciativa vai debater e aprovar as orientações e tarefas do Partido com vista à participação nas legislativas. Os trabalhos têm início às dez horas, no pavilhão gimnodesportivo da SFUAP, e decorrem sob o lema «Com o PCP, com a CDU - a alternativa para um Portugal melhor». Ver pág. 8

Legislativas 91 Programa do PCP Para um Portugal Melhor

Continua o ciclo de debates «Para uma reflexão aberta sobre os problemas nacionais», iniciado a 9 de Maio e que decorrerá até 27 de Junho. Hoje tem lugar, pelas 21 horas na sala Milão do Hotel Roma, em Lisboa, um colóquio sobre a «Pobreza em Portugal». Terça-feira, dia 28 de Maio, realiza-se, pelas 21 horas, na Sala Roma do mesmo hotel, uma audição sobre «Bioética».

Professores comunistas de Setúbal

Para contribuir para o reforço da luta dos professores, a Comissão Coordenadora Distrital de Setúbal do Sector do Ensino e Educação promove hoje, 23, e amanhã, 24, reuniões descentralizadas. Hoje, às 21 horas, no Centro de Trabalho de Almada, a reunião destina-se aos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra. Amanhã, a reunião decorre no Centro de Trabalho da Moita para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete e Palmela.

Área Metropolitana de Lisboa

As direcções das organizações regionais de Lisboa e Setúbal do PCP realizam amanhã, 24, no centro cultural da Malaposta, em Olival de Basto, o fórum «Área Metropolitana de Lisboa - Uma visão necessária». Na iniciativa, que conta com a participação de eleitos autárquicos, técnicos, membros de organizações sociais e deputados, estará presente Luís Sá, membro da Comissão Política, que intervirá no encerramento dos trabalhos.



PCP História e actualidade

A encerrar o ciclo de debates «PCP - história e actualidade», integrado no programa comemorativo do 70º aniversário do PCP, realiza-se amanhã, sexta-feira, pelas 21.30, no Centro de Trabalho na Avenida da Boavista, no Porto, um colóquio sobre «Democracia e socialismo no programa do PCP». Participam Ana Mesquita, João Semedo e Jorge Sarabando, membros da DORP, e Luís Sá, da Comissão Política do PCP.



Televisão

Quinta, 23

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.15 O Rolls Royce Amarelo
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.20 Twin Peaks
22.20 Prémios RTC
23.25 Crónicas do Sobrenatural
23.55 24 Horas
00.30 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis Show
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.45 Aventura
16.15 O Homem da Carabina
16.40 Recreio do 2
17.10 Tudo Menos Isso
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Dramazine
21.55 Sinais do Tempo
22.55 O Amor
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 24

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 À descoberta do Mundo
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto por Ponto
15.35 O Gendarme em Férias
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.20 Ghandi
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Querido John
01.05 24 Horas
01.40 Remate
02.00 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Médico Amigo
16.20 É já Amanhã
16.40 Recreio do 2
17.15 Stan Laurel
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Desejo
22.20 Rotações
23.20 Os Mistérios de Dorothy
24.00 Roseanne

Sábado, 25

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Operação Mozart
14.20 Billboard Music Awards
15.55 As Loucas Aventuras de Robin Wood
(ver «Filmes na TV»)

17.40 T & T
18.00 Clive James
18.50 A Ilha do Sol
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.30 Claxon
22.00 Casa Cheia
22.35 Um Verão Inesquecível
23.55 Amor e Dinheiro
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
10.50 Cidades Mágicas
11.50 Forum Musical
13.10 Agarra o 2
13.40 Cimarron
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.50 Outras Músicas
21.15 Estádio
23.35 O Mundo é Pequeno
00.25 GNR em Macau

Domingo, 26

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo Animal
14.30 Mapa Cor de Rock
15.25 A Solteira e o Atravido
(ver «Filmes na TV»)
17.25 Mãe à Força
17.50 Regresso ao Passado
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.55 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.30 Competir
13.00 Troféu
18.00 Vida Nova
19.00 Nós 2
20.00 Festival de Cannes
20.50 Palavra Puxa Palavra
21.45 A Filha de Ryan
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 27

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Vida Selvagem
14.00 Sem Legendas
14.55 Ponto por Ponto
15.40 O Juramento do Silêncio
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.20 O Preço Certo
22.45 Prala da China
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
13.00 Músicas de África
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 A Natureza das Coisas
16.40 Recreio do 2
17.30 O Livro dos Recordes
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.45 Circo
19.55 Pelé
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove

21.30 Acerto de Contas
22.30 Ópera - Elektra

Torça, 28

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Estilos de Vida
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto por Ponto
15.25 Um Homem para a Eternidade
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 A Lel das Ruas
22.40 1ª Página
23.40 A Mansão dos Marblehead
00.15 24 Horas
00.50 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasma
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades no Apollo
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Os Três Ciclos da Lua
16.20 A Minha Avó Yaya
16.40 Recreio do 2
17.10 Tribunal de Juri
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Clássicos da TV
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 O Apicultor
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Universidade Aberta

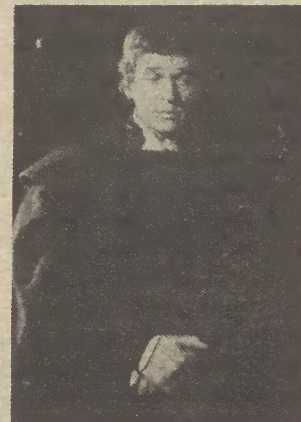
Quarta, 29

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
14.35 Ponto Por Ponto
15.15 Chisun, o Senhor do Oeste
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.20 Roda da Sorte
19.00 Telejornal
19.30 Futebol - Final da Taça do Clube dos Campeões Europeus
21.35 Sassá Mutema
22.35 A História de um Gigolo
(ver «Filmes na TV»)
00.35 24 Horas
01.10 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Acores - Gente Nossa
16.40 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Clássicos da TV
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Direito de Amar
22.00 Joaquim Letria
23.30 Pop-Off
24.00 Universidade Aberta



Um Homem para a Eternidade

Em mais uma das suas insólitas *matinées*, a RTP proporciona na torça-feira a oportunidade de ver ou rever um filme quase unanimemente aplaudido, pese embora a polémica que de há muito rodeia o seu autor, frequentemente acusado de academismo e de simplismo. Zinnemann, um judeu austríaco que iria parar, como muitos outros, à América, fez parte da geração que revolucionou o cinema americano no pós-guerra, saída em grande parte da vanguarda teatral da Broadway, influenciada pelo neo-realismo italiano e pela escola nova-lorquina de documentário; dessa geração que a caça às bruxas transformaria pouco depois em *geração perdida* - liquidados uns, «convertidos» outros (alguns vergonhosamente), outros ainda acomodados, optando habilmente por fazer obras vendáveis e convencionais e sendo por isso recompensados pelo sistema. Foi este último caso o de Zinnemann, que logo em 53 arrebatou uma série de Óscares (o que nessa altura era ainda menos inocente do que hoje...) com «Até à Eternidade», um filme «falsamente corajoso», espécie de toque-de-fimados da verticalidade e sensibilidade antes por ele reveladas com «A Sétima Cruz», «Teresa» ou «O Combolo Aptou Três Vezes». Mas uma década passada - na década de 60 - e em Inglaterra, Zinnemann pede ao dramaturgo Robert Bolt um argumento inspirado na sua peça sobre Henrique VIII e Thomas More, rodeia-se de grandes técnicos e grandes intérpretes e realiza este Um Homem para a Eternidade com o talento dos seus melhores anos.

«A Man for all Seasons», GBr/1966. Realização de Fred Zinnemann, interpretação de Paul Scofield, Robert Shaw, Orson Welles, Susannah York, entre outros. Cor, 120 minutos. (Torça, 15.25, Canal 1)

Filmes na TV

O Rolls-Royce Amarelo

«The Yellow Rolls-Royce» (GBr/1964). Realização de Anthony Asquith, interpretação de Rex Harrison, Jeanne Moreau, Edmund Purdom, Shirley MacLaine, George C. Scott, Alain Delon, Ingrid Bergman, Omar Sharif, entre outros. Cor, 117 minutos.

Um flamejante carro que passa por vários donos e várias épocas, nas três histórias de um filme em três episódios que nada de notável trouxe, quer ao cinema quer mesmo ao prestígio do seu autor, firmado sobretudo nas adaptações de romances e peças teatrais que dirigiu ao longo de uma carreira de mais de 30 anos - caso de «A Importância de se Chamar Ernesto», exibido há semanas na RTP. Com um tal elenco de superestrelas escolhidas em todas as capitais do cinema, é de crer que Anthony Asquith tenha apostado demasiado em objectivos comerciais, pondo entre parêntesis a solidez e coerência que dele tinham feito um dos artifices do chamado cinema clássico britânico.

Quinta, 15.15, Canal 1

O Amor

«L'Amore» (Itália/1948). Realização de Roberto Rossellini, interpretação de Anna Magnani e Federico Fellini. P/B, 76 minutos.

Começou por ser um pequeno filme invendável para a distribuição cinematográfica - uma adaptação com 35 minutos de «A Voz Humana», de Cocteau, com uma única intérprete, Anna Magnani, rodado ainda antes de «Alemanha, Ano Zero». Por sugestão de Fellini, que lhe «oferece» um seu argumento, Roberto Rossellini realizou posteriormente um outro pequeno filme (de novo com Magnani e com o próprio Fellini) e junta-os neste «L'Amore», constituído assim de duas histórias que aparentemente não têm qualquer ligação.

Filme-ponte entre o «protagonismo colectivo» do seu cinema do

fim dos anos 40 e o que irá fazer nos anos 50, buscando a minúcia de personagens e intrigas com a mesma grande coragem intelectual e moral, «L'Amore» é normalmente um dos filmes esquecidos na filmografia de Rossellini, para o que não será irrelevante o facto de ter sido considerado sacrilego pela Igreja e também pelos meios cinematográficos mais reaccionários - Hollywood em primeiro lugar.

No entanto, aquando da estreia e ainda hoje, «L'Amore» é tido como um filme de excepção, em primeiro lugar por duas razões, aliás convergentes: o trabalho sublime de uma actriz, Anna Magnani, e o realizador, que o soube revelar, como poucos o souberam, atrás de uma câmara.

Quinta, 22.55, Canal 2

O Gendarme em Férias

«Le Gendarme em Balade» (Fr/1970). Realização de Jean Girault, interpretação de Louis de Funés. Cor, 97 minutos.

Mais uma aventura dita hilariante do gendarme de St. Tropez, daquelas que a RTP vai decerto guardar na prateleira quando tiver concorrência...

Sexta, 15.15, Canal 1

Gandhi

«Gandhi» (GBr/1982). Realização de Richard Attenborough, interpretação de Ben Kingsley, Candice Bergen, Edward Fox, John Gielgud, Trevor Howard. Cor, 195 minutos.

Este foi o projecto mais ambicioso do cinema inglês do início dos anos 80 e o sonho de quase toda a vida de Richard Attenborough, que levou 20 anos a preparar esta biografia do líder nacionalista indiano. Apesar do convencionalismo da estrutura narrativa, «Gandhi» acabaria por ser um grande espectáculo, devidamente consagrado por vários Óscares no ano de 1982 e pelo público das salas de cinema. Entre os actores distin-



Tempo

No fim-de-semana o céu estará geralmente limpo, o vento soprará fraco a moderado de sueste.



AGENDA

Cinema

Table with columns for film titles (A-F) and ratings from David Lopes, M. M. Luz, Manuel Neves, and Paulo Torres.

Classificação de ★ a ★★★★★
A - Real. Woody Allen - King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) - Lisboa.

guem-se alguns dos maiores de Inglaterra.

Sexta, 21.20, Canal 1

Cimarron

«Cimarron» (EUA/1960). Realização de Anthony Mann, interpretação de Glenn Ford, Maria Schell, Anne Baxter, Arthur O'Connell. Cor, 135 minutos.

Em «Cimarron» conta-se a vida agitada e aventurosa de Vancey Cravat, personagem histórica, um dos homens que ajudaram a fundar o estado de Oklahoma nos finais do século passado, segundo argumento adaptado de um romance de Edna Ferber.

Sábado, 13.10, Canal 2

As Loucas Aventuras de Robin Wood

«The Zany Adventures of Robin Wood» (teletfilme, EUA/1984). Realização de Ray Austin, interpretação de George Segal, Morgan Fairchild, Roddy McDowall. Cor, 95 minutos.

Enésima adaptação para cinema e televisão da velha lenda de Robin Wood, diz a RTP que este telefilme é uma versão «particularmente bem humorada e trelouca»... Oxalá!

Sábado, 15.55, Canal 1

Amor e Dinheiro

«Love and Money» (EUA-RFA/1980). Realização de James Toback, interpretação de Ray Sharkey, Ornella Muti, Armand Assante. Cor, 91 minutos.

A falta de referências mais directas cita-se de novo a RTP, agora sobre o presente filme:

«Amor e Dinheiro» é uma insólita, sinuosa e itinerante história de amor, paixão e sedução que se desenrola entre Los Angeles e um fictício país da América Latina, entre um economista desenraizado e uma mulher casada com um milionário onde o acaso, o fascínio e as obsessões de um e outra os vão obrigar a empreender acções inesperadas, perigosas e em flagrante contradição com os seus respectivos universos pessoais...

«Tá-se pois a ver... Para melhor elucidação, a RTP acrescenta sobre o sr. James

Toback, produtor, realizador e argumentista do filme: «Éna verdade um romântico não assumido, que tenta mascarar nos seus filmes a sua tendência para as love stories». Mas confunde-nos informando que se trata de um intelectual judeu nova-iorquino «tal como Woody Allen»...

Sábado, 23.55, Canal 1

A Solteira e o Atravido «Sex and Single Girl» (EUA/1964). Realização de Richard Quine, interpretação de Tony Curtis, Natalie Wood, Henry Fonda, Lauren Bacall, Mel Ferrer. Cor, 109 minutos.

Uma comédia romântica bem americana, centrada em figurastipo de inúmeras outras comédias americanas: o jornalista de escândalos e a sua vítima, neste caso uma psicóloga cujos segredos ele tenta descobrir e divulgar. O feitiço acaba por se virar contra o feiticeiro, mas até lá divertimo-nos todos q.b.l. Richard Quine conduz com grande segurança o desenrolar da movimentada história e os seus actores, todos de primeira apanha.

Domingo, 15.25, Canal 1

A Filha de Ryan «Ryan's Daughter» (GBR/1970). Realização de David Lean, interpretação de Sarah Miles, Robert Mitchum, Trevor Howard. Cor, 186 minutos.

Já anteriormente programada para outra data, esta é uma das superproduções de David Lean, normalmente considerada entre as «respostas» que o cinema deu à televisão quando se sentiu ameaçado e procurou pôr na tela o que «não cabia» no ecrã. Sabe-se (e muito melhor se se seguiu a evocação que a RTP fez do autor na rubrica «Artes e Letras») que a «superprodução» foi de facto a vocação de David Lean, marcando toda a segunda parte da sua carreira. Em «A Filha de Ryan» é na Irlanda do início do século, imponente e misteriosa, que Lean situa uma intriga dramática, mais uma vez servida por excelentes actores.

Domingo, 21.45, Canal 2

O Juramento do Silêncio «Sworn to Silence» (EUA/1987). Realização de Peter Levin, interpretação de Peter Coyote e Dabney Coleman. Cor, 97 minutos. Um telefilme realizado por um conhecido autor de televisão, com base em mais uma história de advogados e tribunais, pontuada de algum suspense.

Segunda, 15.40, Canal 1

O Apicultor

«Melissokomos», Grécia-França/1986. Realização de Thodoros Angelopoulos, interpretação de Marcello Mastroianni, Nadia Mourouzi, Serge Reggiani, entre outros. Cor, 118 minutos.

Eis uma rara oportunidade de ver cinema grego, feito por um cineasta veterano cuja primeira realização data de 1970 e que já antes fora actor, crítico e produtor, totalmente desconhecido entre nós e entretanto prestigiadíssimo no seu país e também, nomeadamente, em França, onde frequentou o Instituto de Altos Estudos Cinematográficos.

«O Apicultor», que foi rodado em 1986 em co-produção com a França, é um filme envolvente sobre as ocasionais relações de um homem de meia-idade que se dedica apaixonadamente à apicultura, com uma rapariga a quem dá boleia e com quem se envolve numa efémera e superficial relação amorosa - história que o autor repassa de nostalgia pela Grécia do passado e de perplexidade perante as realidades inconsistentes de hoje.

Terça, 22.00, Canal 2

Chisum, o Senhor do Oeste «Chisum» (EUA/1970). Realização de Andrew V. McLaglen, interpretação de John Wayne, Forrest Tucker, Ben Johnson, Bruce Cabot, entre outros. Cor, 107 minutos.

Western. Aparentado com os de Ford por via de John Wayne e de algumas citações.

Quarta, 15.10, Canal 1

A História de um Gigolo «Schoner Gigolo» (RFA/1978). Realização de David Hemmings, interpretação de David Bowie, Sidne Rome, Kim Novak, Maria Schell, entre outros. Cor, 100 minutos.

Um filme passado na Alemanha entre as duas guerras, nos meios do nascente nacional-socialismo, amargo como talvez seja inevitável, acompanhando a trajectória aventureira de um jovem prussiano desejoso de fama e glória, cuja vida acaba por ser uma sucessão de falhanços e equívocos.

Notável recriação do clima da época, «A História de um Gigolo» era até à altura da sua rodagem em 1978 o filme mais caro produzido na Alemanha do pós-guerra, com actores de nomeada - entre os quais Marlene Dietrich numa curta intervenção, a última que teve no cinema - e designadamente David Bowie, que é fácil imaginar perfeito neste papel.

Quarta, 22.35, Canal 1

Teatro

ESTREIA

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 372629. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria, interpretação do elenco do Teatro Nacional e dos actores convidados José Jorge Duarte, Rita Ribeiro e Simone de Oliveira.

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.30. O ESPELHO DE DOIS REFLEXOS, de Arthur Miller. Encenação de Fernanda Lapa, interpretação de João D'Ávila e Sara Lima.

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16. CORAÇÃO NA BOCA, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. TERRA, de Abel Neves. Encenação de João Mota (Sala 1, de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17). A GRANDE ÁREA, de Raymond Duthère. Encenação de Almeno Gonçalves, interpretação de José Meireles e Jorge Estreia (Sala 2, de 3ª a 6ª às 19, sáb. e dom. às 16). II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cunha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30).

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. O SUICIDÁRIO, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Canto e Castro, Irene Cruz, Fernanda Montemor, entre outros.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. COMÉDIA DE RUBENA, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Comucópia.

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto, Loures. Tel. 9873299. Bilhetes: 700\$00. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. CONFISSÃO AO LUAR, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. O PECADO DE JOÃO AGONIA, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. AS SPLICANTES, de Fonseca Lobo. Encenação de Joaquim Benite, música de Amador Cortés-Medina, cenografia de Vasco Eloy, interpretação da Companhia de Teatro de Almada e do Coro Polifónico de Almada.

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século. Tel. 3423009. De 4ª a dom. às 21.30. VESTIR OS NUS, de Luigi Pirandello. Encenação de Amadeu Neves, interpretação de ex-alunos da Esc. Sup. de Teatro e Cinema.

Para crianças

TIL

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 339974. Bilhetes: 750\$00. Sáb. às 16 e 21.30, dom. e fer. às 16. A GRANDE AVENTURA, de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO DO BANDO

Rua Sto. António à Estrela, 60. Sab. e dom. às 16.00, sáb. 5ª e 6ª às 21.30. VI-VIRIATO, dramaturgia e encenação de João Brites, interpretação de O Bando.

PALAVRAS CRUZADAS

Grid for crossword puzzle with letters 1-15 and empty cells for words.

Horizontais 1- Suspendera; vila banhada pelo Tâmega; 2- utiliza- da; além; cont. de prep. e art.; 3- Lítio (simb.); separa; carta de jogar; 4- letra grega; lareira; nome que os egípcios davam ao Sol; afluente do Douro; 5- sinal ortográfico; grande quantidade; artéria; nesse lugar; 6- as regiões superiores da atmosfera; saudáveis; furtava; 7- destro; re- gressei; implorar; 8- fracções da unidade; numeral; rebolara; 9- pago; nota musical; textualmente; pena; 10- existes; barrete mourisco; Cobre (simb.); camareira; 11- cruel; interrogatório; pron. pess.; 12- aspira; narração de sucessos por anos; joeira; 13- jogo de azar; acometes de súbito.

Verticais 1- Rei de Portugal; ligar-se; 2- estás; a oitava parte (pl.); laço apertado; 3- semelhante; deixou em testamento; reprovado; 4- vereador; troças; diga; 5- batráquimo; aparência; pron. reflexo; basta (inv.); 6- enguias; cozinha; 7- campeão; compositor francês do séc. XX; antigo título dos soberanos persas; 8- ave de rapina diurna; afirmação; bambu; 9- queixal; ocultes; 10- iça; antiga nota musical; escarnece; aqui está; 11- extremos de ripa; tamanca; apelido; 12- pron. pess.; lista; filha de Inácio amada de Zeus; 13- Sódio (simb.) inundada; pron. pess. (inv.); 14- sirga; avarento; letra grega; 15- pron. demonstrativo; altar; pron. poss..

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

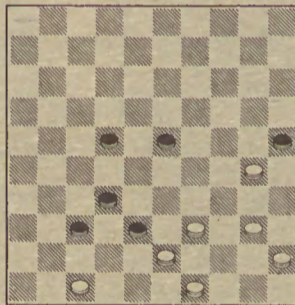
Horizontais 1- Dava; Marat; Baco; 2- arola; rio; Renan; 3- nega- va; cabine; 4- Tiago; mal; selar; 5- Sá; boçal; ro; 6- nu; soa; Ana; em; 7- pó; pré; Ada; al; 8- já; mar; ror; eu; 9- aó; acusa; em; 10- novel; agá; imola; 11- operas; adorar; 12- tolas; uso; atava; 13- aras; Itaca; asas.

Verticais 1- Danton; janota; 2- arei; upa; opor; 3- vogas; avelã; 4- alagas; moeras; 5- avô; opa; lãs; 6- barra; 7- ar; mó; cá; ut; 8- ricaço; rugosa; 9- ao; lá; sã; oc; 10- ladra; 11- Rás; não; ida; 12- bebera; remota; 13- anilo; moras; 14- cana; ele; lava; 15- oneram; usaras.

DAMAS

CCCV - 23 de Maio de 1991 Proposição nº 305 Por: O. Wolff -1948

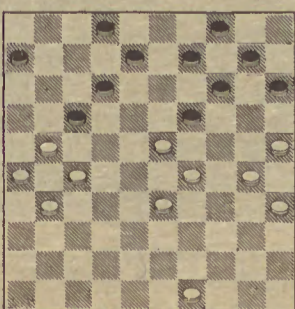
Pr.: [6]: 22-23-25-32-37-38 Br.: [7]: 30-39-40-43-45-47-49



Branças jogam e ganham

Golpe Nº 305 Por: J. Bergier -1934

Pr.: [11]: 2-4-6-8-9-10-12-14-15-17-19 Br.: [1]: 21-23-25-26-27-29-30-31-33-35-49



Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCCV

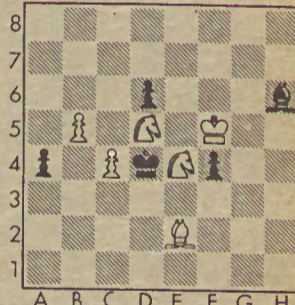
Nº 305 (O.W.): 1. 39-33 (38x29); 2. 47-42 (37x39); 3. 40-34 (29x40); 4. 45x43 (25x34); 5. 43-39 (34x43); 6. 49x29+ Golpe Nº 305 (J.B.): 1. 29-24 (19x39); 2. 49-44 (39x50=D); 3. 24-19 (14x23); 4. 25-20 (15x24); 5. 30x28 (50x22); 6. 27x7 (2x11) 7. 25x5+

A. de M. M.

XADREZ

CCCV - 23 de Maio de 1991 Proposição nº 305/A Por: Alex W. Galitzkij -Deutsche Schachzeitung, 1890

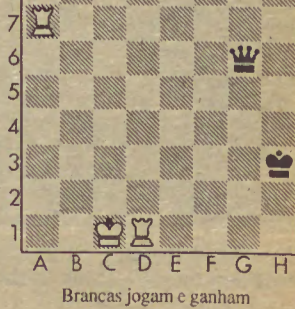
Pr.: [5]: Ps.a4, d6, f4-Bh6-Rd4 Br.: [6]: Ps.b5, c4-Cs.d5, e4-Be2-Rf5



Mate em 3 lances

Proposição Nº 305/B Por: A. Mouterde 4º Prémio: La Stratégie 1916

Pr.: [2]: Dg6-Rh3 Br.: [3]: Ts.a7, d1-Rc1



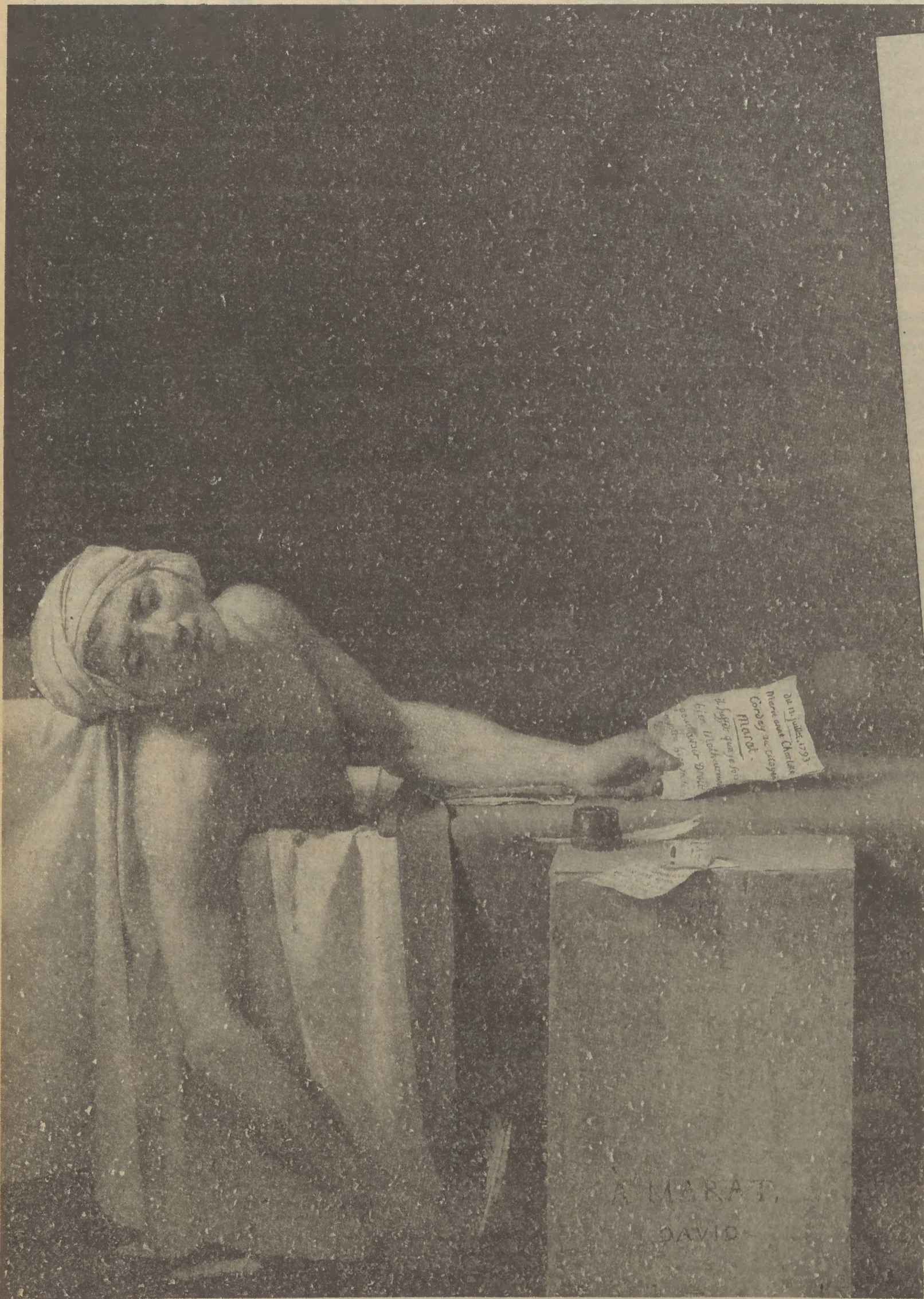
Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCCV

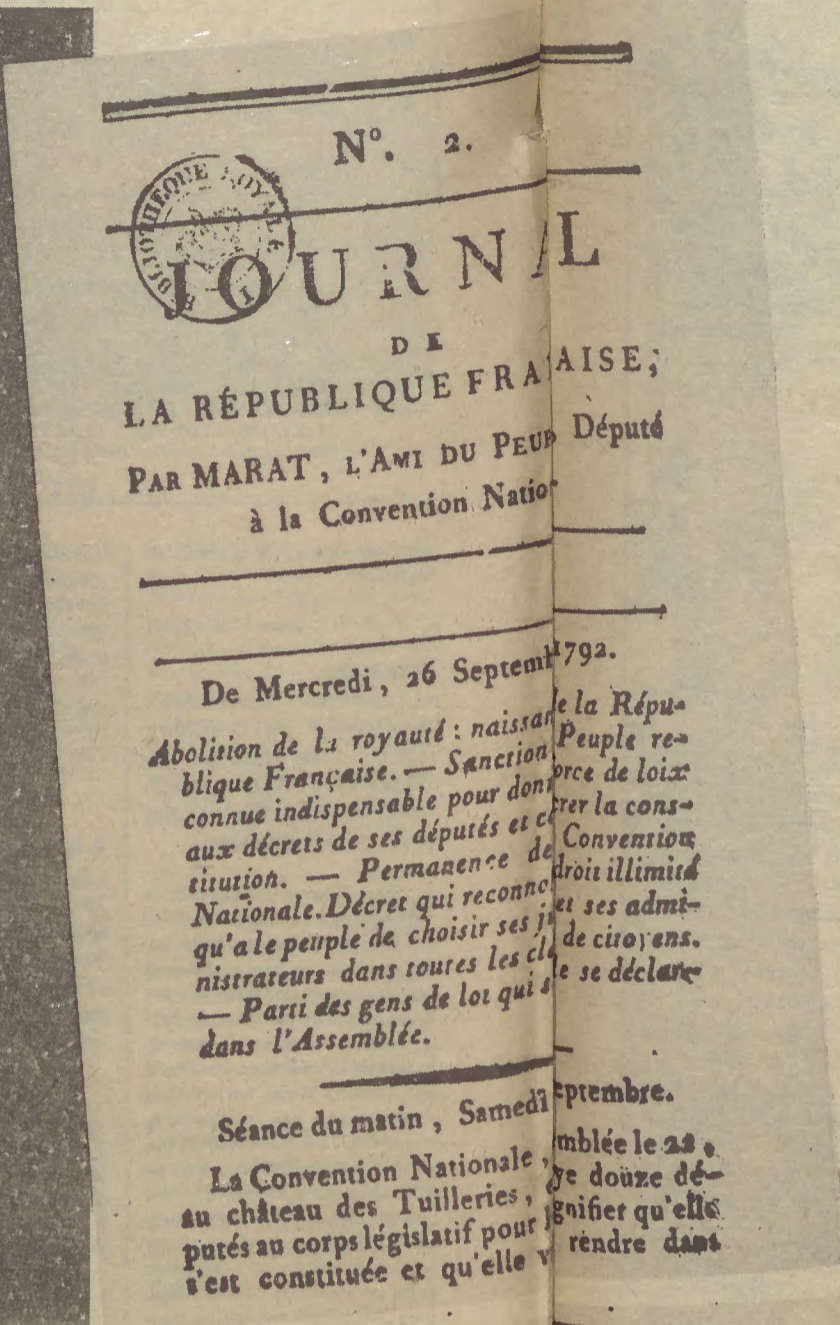
Nº 305/A (A.W.G.): 1. Bf1, a3; 2. Cd2 e 3. Cb3++ 1.... B3; 2. Cb4, R63; 3. Cc2++ 1.... Bg7; 2. Cg5 e 3. C66++ Nº 305/B (A.M.): 1. Ta3+, Rg2; 2. Td2+, Rf1; 3. Ta1, R61; 4. Th2, Df6; 5. Rç2+ e g. Sc; 3.... Df6; 4. Rb1, R61; 5. Th2 e g.

A. de M. M.

MARAT, L'AMI DU PEUPLE



O célebre quadro de David, «Marat Assassinado», um dos mais notáveis exemplos da apropriação pela estética revolucionária da imagética cristã da Paixão



Nº. 2.
JOURNAL
DE
LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE;
PAR MARAT, L'AMI DU PEUPLE, Député
à la Convention Nationale.

De Mercredi, 26 Septembre 1792.
Abolition de la royauté: naissance de la République Française. — Sanction des lois connues indispensables pour donner la consécration à la Convention Nationale. — Décret qui reconnaît au peuple le droit de choisir ses administrateurs dans toutes les classes. — Parti des gens de loi qui se déclare dans l'Assemblée.

Séance du matin, Samedi 29 Septembre.
La Convention Nationale, réunie au château des Tuilleries, se constitue en corps législatif pour rendre dans

Nº. 10
JOURNAL
DE
LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE,
PAR MARAT, L'AMI DU PEUPLE,
Député à la Convention Nationale.

Us redeat miseriis, abeat fortuna superbis.
Du mardi 22 Octobre 1793.
Condamnation de Louis XVI à la peine de mort. Exécution de son jugement. La faction qui vouloit l'arracher au supplice se démasqua quant elle-même comparut.

CONVENTION NATIONALE,
PRÉSIDENCE DE VERGNAUD.

A la reprise de la séance sur le suris, je me présentai à la tribune pour une motion d'ordre: «Béneliens, c'est avec vous que j'entends agiter dans le sein de la nation une sédition qui n'auroit jamais dû être proposée. Louis XVI a été condamné par



Jules-Paul Marat

Jules-Paul Marat partilha com Maximilien Robespierre as glórias e os infortúnios de ser uma das mais-se não amais polémica figura da Revolução Francesa, um homem que ao longo dos séculos não deixou ainda de despertar as mais ardentes paixões e os mais devastadores ódios. Quando morreu, assassinado, o seu corpo foi depositado no Panteão e Robespierre faria o seu elogio fúnebre; a reacção do 9 Termidor contaria entre uma das suas primeiras medidas dali o retirar. Ódio de classe não cansa.

Foi em 24 de Maio de 1744, em Boudry (Neuchâtel) que nascia, de uma família protestante, uma criança que desde a infância revelaria simultaneamente uma invulgar capacidade de trabalho e aguda inteligência e uma frágil saúde. Paralelamente com os estudos médicos, Marat desenvolveria uma intensa actividade literária.

É com a convocação dos Estados Gerais que Marat se lança na política, imediatamente se situando nas alas mais radicais do Terceiro Estado.

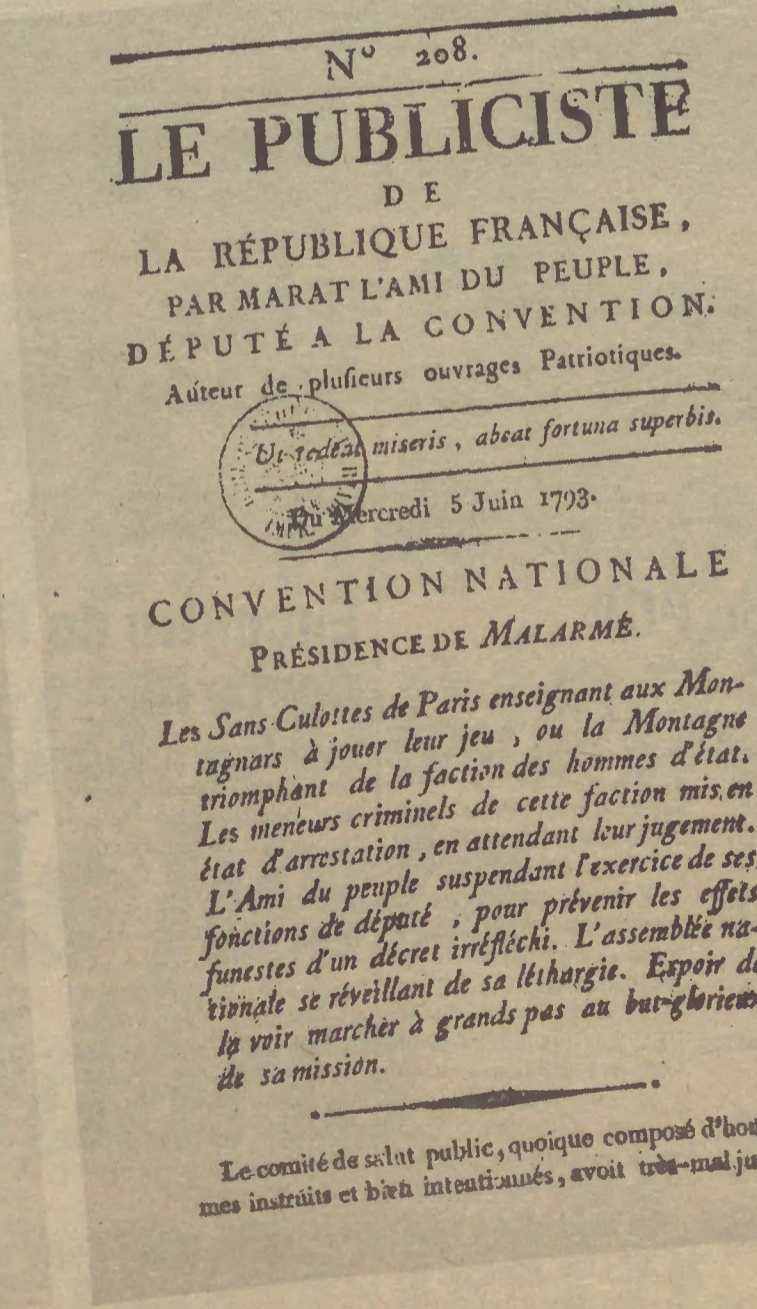
Orador apaixonado e arrebatador, é convidado por Danton para o Clube des Cordeliers, mas será a sua actividade de jornalista panfletário que acima de tudo lhe dará fama. Com Camilo Desmoulins, Marat é o político da Revolução que mais agudamente se apercebeu das possibilidades de mobilização e agitação política proporcionadas pelo papel impresso.

A 12 de Setembro de 1789 aparecia o primeiro número do «Journal de la République Française par Marat, l'Ami du Peuple, Député a la Convention Nationale» que viria a adoptar o título de apenas «L'Ami du Peuple».

De 1789 a 1793, apenas com o interregno de alguns meses de um exílio forçado em Londres, Marat fez sair todos os dias o seu jornal, um pequeno folheto de 8 páginas no formato em torno dos 10x17 cm inteira e exclusivamente por ele. Este individualismo arrogante levá-lo-ia mesmo a responder um dia à oferta de Desmoulins para o ajudar no seu diário que «as águias voam sozinhas, só os perus andam em bando»... Observação ela própria revelado-

ra das profundas contradições de um homem que foi um inabalável defensor da participação popular na acção política e revolucionária, cujas palavras virulentas lançadas à imprensa constantemente alertaram o povo para o que pretendiam contra ele manobrar.

Vítima de uma terrível doença de pele que o forçava a passar quase todo o dia dentro de uma banheira com água, o primeiro grande jornalista panfletário da História europeia viria a ser assassinado por uma jovem, Charlotte Corday, a 13 de Julho de 1793.

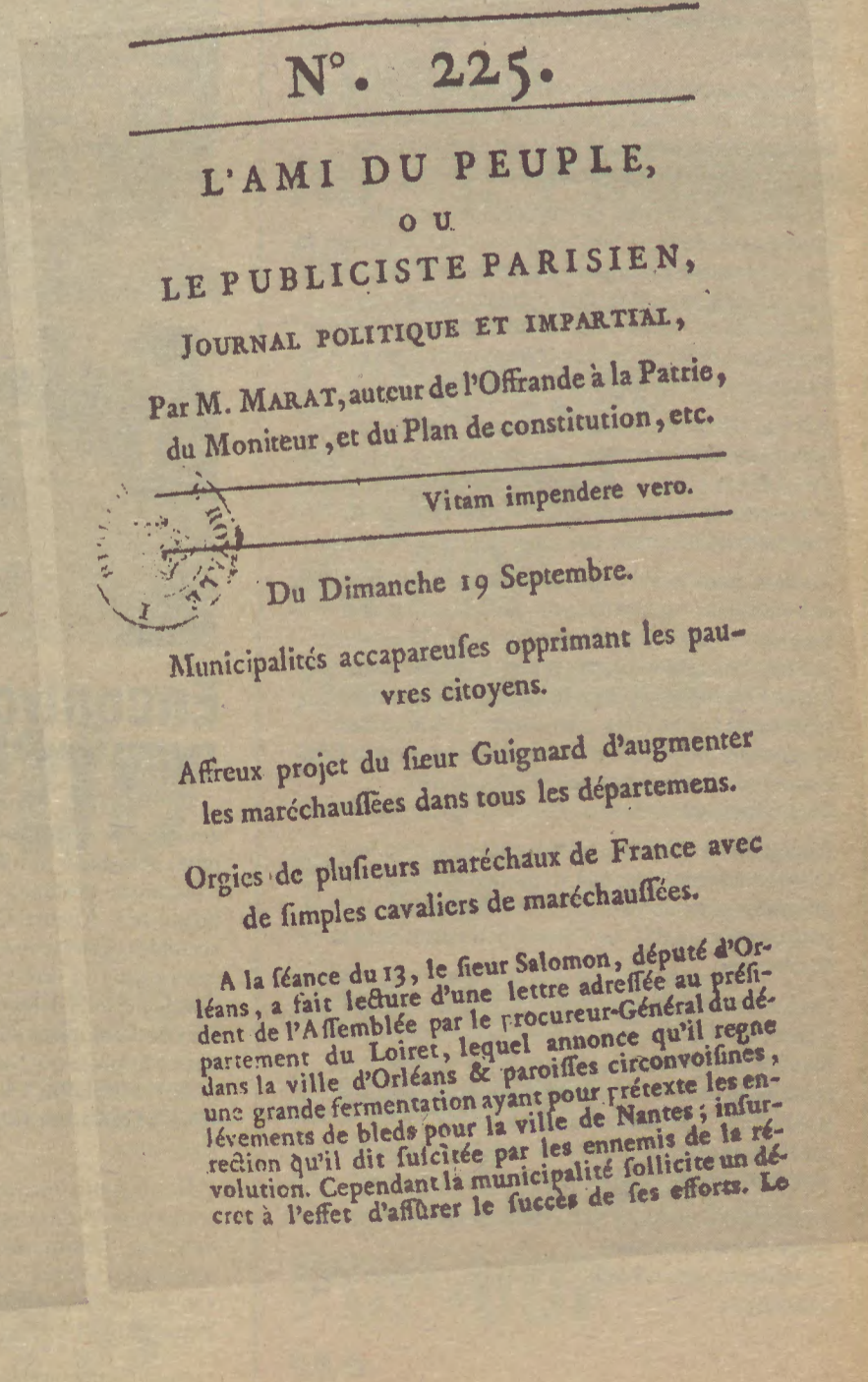


Nº 208.
LE PUBLICISTE
DE
LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE,
PAR MARAT L'AMI DU PEUPLE,
DÉPUTÉ A LA CONVENTION.
Auteur de plusieurs ouvrages Patriotiques.

Us redeat miseriis, abeat fortuna superbis.
Mercredi 5 Juin 1793.
CONVENTION NATIONALE
PRÉSIDENCE DE MALARMÉ.

Les Sans Culottes de Paris enseignant aux Montagnars à jouer leur jeu, ou la Montagne triomphant de la faction des hommes d'état. Les meneurs criminels de cette faction mis en état d'arrestation, en attendant leur jugement. L'Ami du peuple suspendant l'exercice de ses fonctions de député, pour prévenir les effets funestes d'un décret irrésistible. L'Assemblée nationale se réveillant de sa léthargie. Espoir de la voir marcher à grands pas au but glorieux de sa mission.

Le comité de salut public, quoique composé d'hommes instruits et bien intentionnés, avoit très-mal jugé



Nº. 225.
L'AMI DU PEUPLE,
OU
LE PUBLICISTE PARISIEN,
JOURNAL POLITIQUE ET IMPARTIAL,
Par M. MARAT, auteur de l'Offrande à la Patrie, du Moniteur, et du Plan de constitution, etc.

Vitam impendere vero.
Du Dimanche 19 Septembre.
Municipalités accapareuses opprimant les pauvres citoyens.

Affreux projet du sieur Guignard d'augmenter les maréchauffées dans tous les départemens. Orgies de plusieurs maréchaux de France avec de simples cavaliers de maréchauffées.

A la séance du 13, le sieur Salomon, député d'Orléans, a fait lecture d'une lettre adressée au président de l'Assemblée par le procureur-Général du département du Loiret, lequel annonce qu'il regne dans la ville d'Orléans & paroisses circonvoisines, une grande fermentation ayant pour prétexte les enlèvements de bleds pour la ville de Nantes; infurration qu'il dit suscitée par les ennemis de la révolution. Cependant la municipalité sollicite un décret à l'effet d'assurer le succès de ses efforts. Le

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Jogo perigoso

A família dita democrata-cristã anda em pé de guerra. Freitas do Amaral garante que se «demite logo ali» se for convocado um congresso extraordinário do CDS; Basílio Horta demite-se das funções partidárias e Lucas Pires assegura não estar à espera de «sapatos de defunto».

Tudo começou, aparentemente, com a polémica entrevista de Freitas do Amaral à televisão onde, blasfémia das blasfémias, heresia das heresias, atacou o PSD pela esquerda. Basílio não gostou, como muitos outros não gostaram. Dizem as más línguas que essa teria sido a gota de água - ou de fel - que fez transbordar a basílica taça.

O *Semanário*, sempre bem informado nestas coisas da direita, garante que há pelo menos dois anos que Freitas e Basílio andam a jogar ao gato e ao rato, a ver quem apanha quem e se situa mais a jeito de se sentar no lugar do chefe.

Até agora, apesar dos pesares, Freitas tem levado a palma. Mas com a direita a passar-se cada vez mais em força para o PSD, há que reconhecer que o futuro político do líder histórico dos centristas se afigura negro. Mal vão as coisas quando um dirigente partidário vem a público clamar que se contenta com o terceiro lugar no podium eleitoral e apresenta como projecto político uma miscelânea que tanto dá para alianças à esquerda como à direita.

Basílio, diz quem sabe, representa a «velha direita portuguesa, não fica à espera para ver o resultado das eleições. Demite-se».

E Freitas avança para um conselho nacional com a ameaça clara: «demito-me se houver um congresso extraordinário e não me candidatarei à liderança do CDS. Não aceitarei em caso nenhum esse congresso. Seria um suicídio para o partido, a três meses das eleições».

Um argumento sem peso, para quem, no CDS, considera que o líder anda a fazer harakiri desde a última vez que se foi embora e aceitou voltar em nome dos supremos interesses partidários.

De resto, os centristas, em vésperas de eleições, podem estar de facto interessados em partir a louça, já que os presumíveis lugares parlamentares são poucos e os candidatos muitos. Que o digam os «jovens loucos» da JC - como lhes chama alguém da direcção centrista, a bater-se pelo congresso e um lugar no Parlamento para o respectivo presidente.

Até Rui Oliveira, ex-secretário-geral do CDS, voltou agora à ribalta clamando que «estão a trair a ideologia do CDS dia a dia» e a acusar Freitas do Amaral de «obsessão do poder pelo poder», para além de ser «um homem de direita com complexos de esquerda».

Acresce ainda a esta bagunça a olímpica indiferença dos «piristas» a quem nada do que se está a passar surpreende, dado considerarem que o CDS entrou na sua fase terminal, desde a ruptura de Freitas com Lucas Pires nas eleições europeias. Não falta quem afirme que Lucas Pires considera o CDS hoje mais *desguarnecido e desmuniado do que o próprio PRD* e que o seu futuro passa pelo PSD, que não desdenharia vir a aderir ao Partido Popular Europeu.

E enquanto o CDS lava a sua roupa suja, com Rui Oliveira a reconhecer que «o partido não tem programa que interesse para a satisfação dos portugueses», o PSD de Cavaco Silva esfrega as mãos de contente.

Orfã, a direita portuguesa procura o líder, o pai tirano, o chefe que há-de levar a água ao seu moinho. Sem barulho nem polémica, Cavaco Silva mantém a feitura das listas pendente até ao final da presente legislatura. A alimentar receios e a acalantar esperanças nos candidatos. A deixar portas abertas para convites de última hora.

Um jogo que pode vir a revelar-se perigoso para a democracia portuguesa. Se os democratas não souberem, eles, conjugar as suas forças.

■ AF

Recusada na Firestone a aplicação do «lay-off»

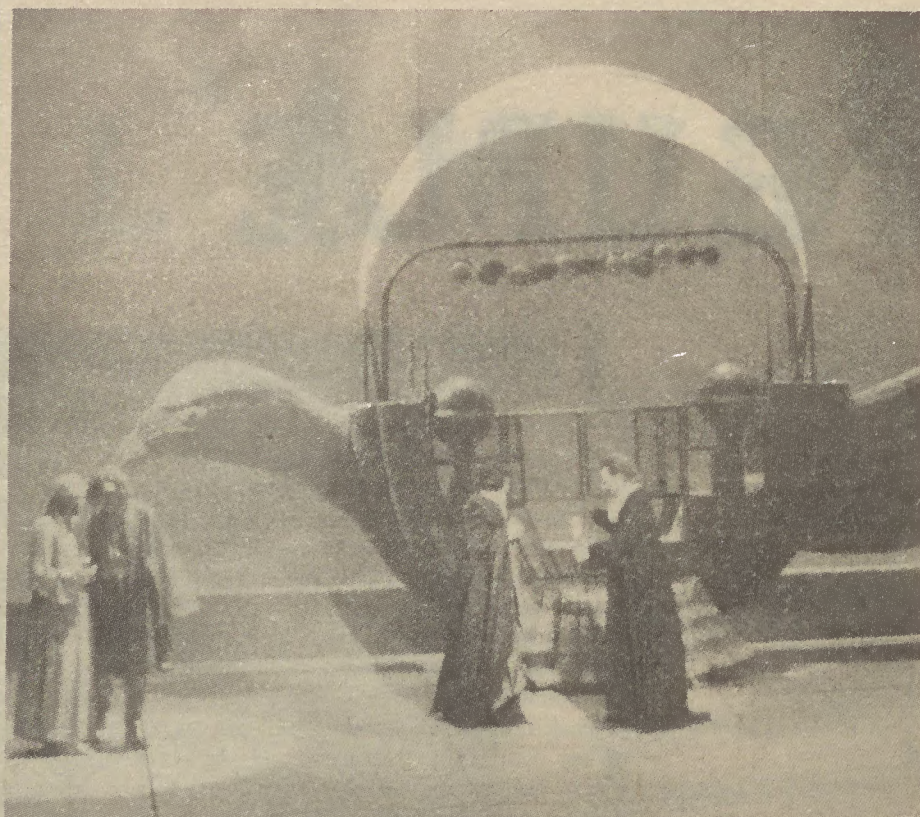
Numa moção aprovada em plenário os trabalhadores da Bridgestone/Firestone de Alcochete consideram que a redução semanal do horário de trabalho em cerca de dois dias («lay-off») não resolve a situação económica e financeira da empresa.

A medida avançada pela administração atingiria 388 trabalhadores aproximadamente.

Ao apelar à participação no plenário de 9 do corrente, o Sindicato sublinha que a direcção da empresa, ao recorrer ao «lay-off» (redução do período de trabalho semanal durante seis meses, a partir de 1 de Junho próximo) mantém ao mesmo tempo «situações flagrantes de recurso contínuo e até escandaloso aos serviços de empreiteiros, à contratação a termo e ao trabalho suplementar».

A viabilidade da empresa não está em causa nos próximos anos, frisam por vez os trabalhadores, pelo que a redução do trabalho visa, em sua opinião, «satisfazer objectivos pouco claros da gestão da Bridgestone/Firestone sediada em Bruxelas».

O «lay-off» é recusado porque, em suma, não representa «qualquer medida estrutural, susceptível de resolver a situação económica e financeira da empresa».



«Blimunda» estreou em Lisboa

A estreia no Teatro Nacional de S. Carlos da ópera «Blimunda» constituiu um acontecimento cultural de particular significado. Com música do compositor italiano Azio Corghi, a ópera baseia-se no romance de José Saramago «Memorial do Convento», tendo o escritor colaborado com Corghi na composição do libreto. Do trabalho dos dois nasceu uma obra que, reflectindo, naturalmente, a personalidade artística e cultural do compositor, se revela profundamente portuguesa nos ambientes, sensibilidades e mesmo expressões plásticas em que a presença da escrita de Saramago é decisiva. Da sua estrutura musical até à encenação, «Blimunda» é uma obra que se afasta dos padrões convencionais da ópera, seja pela própria parte musical (incluindo não apenas música orquestral, mas também electroacústica e concedendo um largo espaço ao texto declamado), seja pela audaciosa encenação de Jérôme Savary e cenografia de Michel Lebois. A interpretação de «Blimunda» no S. Carlos esteve a cargo de dois cantores estrangeiros - Katya Lytting e William Lewis - e de um excelente naipe de intérpretes portugueses: Jorge Vaz de Carvalho, Marina Ferreira, Fernando Serafim, José Wallenstein e Susana Borges. Apesar do adiamento da estreia imposto pelo conflito entre a direcção do S. Carlos e a orquestra, esta, dirigida pelo maestro Will Humburg, foi calorosamente aplaudida numa merecida manifestação de apreço pelo seu trabalho e, seguramente também, de solidariedade com os músicos. O público da estreia aplaudiu com entusiasmo todos os intérpretes e autores, com natural destaque para Azio Corghi e José Saramago.



Encontro do PCP com o PEV

No dia 20 de Maio realizou-se um encontro entre uma delegação do Partido Comunista Português composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e José Casanova e Luís Sá, da Comissão Política, e uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes» composta por Luís Cardoso, Manuela Cunha e Álvaro Saraiva, da Comissão Executiva.

No encontro foi examinada a intervenção dos dois partidos na campanha das próximas eleições legislativas no quadro da Coligação Democrática Unitária.

Foi sublinhada a importância da cooperação entre os



Encontro do PCP com a ID

No dia 20 de Maio realizou-se um encontro entre uma delegação do Partido Comunista Português composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e Carlos Brito e Octávio Teixeira, da Comissão Política, e uma delegação da Intervenção Democrática composta por Blasco Hugo Fernandes, presidente do Conselho Directivo, Lindim Ramos, vice-presidente, e Corregedor da Fonseca, membro do Conselho Geral e deputado.

No encontro - informa um comunicado do Gabinete de Imprensa do PCP - foi examinada a acção do PCP e da ID, no quadro da Coligação

Democrática Unitária, na campanha das próximas eleições legislativas. Foi sublinhada a importância da cooperação entre o PCP e a ID e da intervenção da ID na vida política nacional, nomeadamente através da representação parlamentar, que ficará assegurada pela posição dos seus candidatos nas listas da CDU.

As duas delegações trocaram impressões sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios da CDU para as próximas eleições, anotando a crescente participação nas suas iniciativas e o alargamento do apoio de democratas independentes.